

# Confiamos no futuro, INVESTIMOS no PRESENTE

Estamos passando por uma transformação com foco no futuro e na **Saúde Integral** dos nossos clientes, mas evoluindo com os desafios enfrentados em uma **sólida trajetória** de mais de 126 anos. Veja mais informações sobre 2021 em nosso relatório anual e descubra as **conquistas** e os **desafios** que nos levarão ainda mais longe.

Saiba mais sobre nossos resultados em:  
[sulamerica.com.br/ri](http://sulamerica.com.br/ri)

## SulAmérica



FTSE4Good



Sustainability Award  
Industry Mover 2022  
S&P Global

**SULA**  
B3 LISTED N2

**IBOVESPA B3**

**ITAG B3**

**IGCT B3**

**IGC B3**

**IFNC B3**

**IBRA B3**

**IBRX100 B3**

**ICO2 B3**

**ISE B3**



# Confiamos no futuro, INVESTIMOS no PRESENTE



Sul América S.A. | CNPJ 29.978.814/0001-87



## Relatório da Administração

Senhores Acionistas,  
Submetemos à apreciação de V.S. as demonstrações financeiras da Sul América S.A. ("Companhia") e controladas, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2021, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes, do Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e do Parecer do Conselho Fiscal.

Neste relatório, a Sul América S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Sul América" é usado para tratar o conjunto formado pela Sul América S.A. e suas controladas.

### 1. Conjuntura econômica

Os efeitos da pandemia da COVID-19 continuaram sendo notados na economia global em 2021, moldando assim o cenário prospectivo para o crescimento econômico. O avanço dos programas de vacinação da população mundial permitiu um maior controle sobre a pandemia, ampliando a mobilidade e redução das medidas de isolamento social. Com isso, a retomada da economia global se mostrou vigorosa, com países avançados – EUA, Zona do Euro, Inglaterra e China – mostrando recuperação em suas taxas de crescimento. As projeções para o PIB mundial apontam para expansão em torno de 6% para 2021.

A economia brasileira iniciou 2021 com uma melhor atividade econômica, mesmo em meio a uma segunda onda da pandemia e do fim do suporte emergencial concedido pelo governo em 2020. A adaptação dos consumidores às novas condições sociais resultou em um melhor desempenho do consumo e serviços e uma atividade industrial mais dinâmica. A alta das cotações internacionais das commodities também favoreceu o aumento dos investimentos no agronegócio e a expansão das exportações.

Apesar de, no decorrer do segundo semestre, no entanto, foram observados sucessivos choques de oferta que, combinados à alta desvalorização da moeda brasileira, levaram a uma inflação acumulada próxima a 10%, acima da meta anual. O Banco Central passou a praticar uma política monetária contracionista, visando retornar o controle sobre a dinâmica inflacionária. A SELIC subiu de 2% no início de 2021 para 9,25% em dezembro, resultando em forte elevação da taxa real de juros, contribuindo para a desaceleração da atividade ao longo da segunda metade do ano. Ainda assim, as projeções mostram crescimento próximo a 4,5% para o PIB em 2021, recuperação ante a queda do ano anterior.

A economia brasileira aos poucos retorna aos níveis de pré-pandemia, acompanhando, principalmente, o controle da pandemia com o avanço da vacinação, que já imunizou cerca de 70% da população, ainda que se observem incertezas decorrentes do surgimento de novas variantes do coronavírus. Por outro lado, mesmo que a pandemia continue representando riscos à economia mundial, o sucesso do programa de vacinação brasileiro alimenta expectativas mais otimistas para 2022, criando um ambiente para reativação da atividade econômica, impulsionando à confiança de empresários e consumidores, necessários para a retomada do crescimento da economia brasileira.

### 2. Principais informações financeiras consolidadas

O tablel abaixo considera apenas as operações concluídas da Companhia para o período de 2020, desconsiderando os segmentos de automóveis e massificados. Tais linhas de negócios foram objeto de transação de venda, concluída em julho de 2020, e seus resultados foram reportados como operações descontinuadas.

Recargas Operacionais (R\$ milhões)	2021	2020	$\Delta$
<b>Seguros</b>	<b>19.931,7</b>	<b>18.915,6</b>	<b>5,4%</b>
Saúde	19.398,9	18.419,7	5,3%
Pessoas	527,5	499,8	5,5%
Outros	5,3	-3,9	NA
Previdência	783,2	889,4	-11,9%
Capitalização	1,1	14,8	-92,7%
Planos de saúde administrados	80,2	73,1	9,7%
Gestão e administração de ativos	71,8	67,4	6,5%
Outras receitas operacionais	135,5	72,2	87,6%
<b>Total de receitas operacionais</b>	<b>21.003,5</b>	<b>20.032,6</b>	<b>4,8%</b>

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	2021	2020	$\Delta$
<b>Seguros</b>	<b>-18.892,8</b>	<b>-16.447,1</b>	<b>-14,9%</b>
Sinistros	-18.892,8	-14.529,2	-16,9%
Custo de comercialização	-1.426,2	-1.361,6	-4,7%
Outras despesas operacionais	-480,2	-556,3	13,7%
Previdência	-141,5	-130,9	-8,1%
Capitalização	-1,6	-3,7	57,9%
Planos de saúde administrados	-24,7	-17,0	-45,2%
Gestão e administração de ativos	-5,5	-6,0	7,4%
<b>Total de despesas operacionais</b>	<b>-19.066,0</b>	<b>-16.604,6</b>	<b>-14,8%</b>

Resultados (R\$ milhões)	2021	2020	$\Delta$
Margem bruta operacional	1.296,9	2.611,1	-50,3%
Despesas administrativas	-1.569,2	-1.593,3	1,5%
Resultado financeiro	279,8	123,6	126,4%
Lucro líquido de operações continuadas	332,7	797,2	-58,3%
Lucro líquido das operações descontinuadas	0,0	1.550,2	N/A
<b>Lucro líquido após participação de não controladores</b>	<b>332,5</b>	<b>2.347,8</b>	<b>-85,8%</b>

Índices Operacionais de Seguros	2021	2020	$\Delta$
Índice de sinistralidade (% dos prêmios ganhos)	84,9%	76,4%	-8,5 p.p.
Índice de custos de comercialização (% dos prêmios ganhos)	7,1%	7,2%	0,1 p.p.
Índice combinado	102,7%	95,7%	-7,0 p.p.
Índice combinado ampliado	101,3%	95,1%	-6,3 p.p.

Índices Consolidados (% das receitas operacionais totais)	2021	2020	$\Delta$
Margem bruta operacional	6,2%	13,0%	-6,9 p.p.
Despesas administrativas	7,5%	8,0%	0,5 p.p.
Margem líquida	1,6%	10,9%	-9,3 p.p.

Os principais destaques do período foram:

- crescimento de 4,8% nas receitas operacionais, atingindo R\$21,0 bilhões, impulsionadas pelos segmentos de Seguro Saúde e de Pessoas;
- sinistralidade consolidada de 84,9%, aumento de 8,5 p.p., impactada negativamente pelos efeitos da pandemia da COVID-19 nos segmentos de Seguro Saúde e de Pessoas, combinados à retomada dos níveis de frequência de sinistros eletivos no segmento de saúde;
- índice de despesas administrativas de 7,5% em 2021, melhor em 0,5 p.p., refletindo a busca por maior eficiência operacional;
- resultado financeiro atingiu R\$279,8 milhões, superior em 126,4% em relação a 2020, refletindo principalmente o aumento na taxa básica de juros (SELIC) ocorrido no decorrer de 2021; e
- lucro líquido após participação de não controladores de R\$332,5 milhões, redução de 85,8% em relação ao período anterior, explicado, principalmente, pelo lucro obtido com a alienação do segmento de automóveis e massificados em 2020, com resultado de operações descontinuadas beneficiando aquele período, além do maior sinistralidade nos segmentos de Saúde e Pessoas, conforme comentado no item (ii).

### 3. Visão geral

No enfrentamento das fases mais agudas da pior crise sanitária do último século, 2021 certamente ficará marcado como um dos anos mais desafiadores da história. A severa segunda onda da pandemia trouxe inúmeros impactos para a sociedade. Considerando os segmentos em que a Sul América atua – em particular Saúde e Pessoas – o desempenho operacional também foi bastante afetado pela dinâmica da COVID-19 e seus efeitos diretos e indiretos. Contudo, mesmo em um cenário difícil e de elevadas incertezas em função da maior frequência, severidade e volatilidade atípica de sinistros, a Sul América cumpriu seu papel, sempre ao lado de seus beneficiários e clientes, garantindo apoio e assistência com uma oferta cada vez mais completa de Saúde Integral. Ao mesmo tempo, a Companhia demonstrou resiliência e robustez do modelo de negócios, que novamente se provou capaz de atravessar mesmo os cenários mais adversos, como foi feito nas mais diversas crises ao longo dos 126 anos de atuação.

Deste modo, cabe frisar que os resultados recentes são atípicos e, especialmente o desempenho em 2021, com uma sinistralidade acima da tendência histórica, não deve ser extrapolado para períodos futuros. A Sul América segue confiante em, gradativamente, retornar os patamares usuais de rentabilidade e retorno da operação, voltando à trajetória de resultados consistentes apresentados até 2019, à medida que é observada a normalização tanto dos sinistros de COVID-19 quanto de demais procedimentos eletivos no segmento de Saúde. Na carteira de vida, a Companhia espera uma recuperação até mais rápida, uma vez que o incremento recente no número de casos de coronavírus não se traduziu em um aumento de mortes em igual proporção.

Nos últimos meses, a despeito do rápido avanço da variante ômicron, que traz alguns impactos de curto prazo, e da possibilidade do surgimento de novas cepas, a continuidade da vacinação – muito bem aceita no País, apesar de um início mais lento se comparado a países globais – e o progressivo controle da pandemia, tanto no Brasil quanto no mundo, trazem confiança de que gradualmente será observada a normalização dos resultados.

Em paralelo à esta retomada, a Companhia continua investindo em seu crescimento e, neste sentido, os resultados foram positivos em 2021. O desenvolvimento operacional continuou consistente, impulsionado por um bom ritmo de vendas novas e altas taxas de retenção. Adicionalmente, esta expansão foi também beneficiada pelo avanço da linha Direto, que, com produtos mais acessíveis, tem acelerado o crescimento e ampliado o mercado endereçável do segmento de Saúde. A Sul América continua com uma ativa agenda de aquisições, com os investimentos na Santa Casa de Ponta Grossa e na Somo Seguro – este último ainda pendente de ser concluído. Ainda, cabe destacar a evolução no crescimento da Paraná Clínicas após aquisição em 2020, quebrando records de vendas novas em 2021 e superando organicamente a marca de 100 mil beneficiários. Em 2022, a Companhia buscará manter movimentos de expansão orgânica e também via aquisições. 2021 também foi um ano de evoluções e reconhecimentos na jornada ESG. Além da atuação durante a pandemia na forma de doativos e contribuições, a Companhia emitiu seu primeiro *sustainability-linked bond* (SLB), no montante de R\$1,5 bilhão, atrelado a uma meta de saúde emocional, um tema de suma relevância para a sociedade e que ganhou ainda mais foco durante a pandemia. A Companhia integrou a nova e reformulada carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, o mais relevante índice de sustentabilidade do mercado de capitais brasileiro. A Sul América segue engajada nas iniciativas para incorporar temas ESG à estratégia, além de contribuir ativamente com os diversos compromissos de que é signatária: Princípios para o Investimento Responsável (PRI), os Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI) e o Pacto Global, iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU).

A sustentabilidade da estratégia da Companhia também passa por investimentos contínuos em inovação, tecnologia e melhoria da experiência dos clientes, corretores, fornecedores e colaboradores. O reconhecimento com o melhor NPS (*net promoter score*) do Brasil em Planos de Saúde, o prêmio Reclame Aqui pelo terceiro ano consecutivo e a conquista do nível de 87% de satisfação na Pesquisa de Engajamento dos colaboradores, são apenas alguns exemplos que mostram que a Companhia está no caminho certo em busca de satisfação, qualidade e impacto positivo para sociedade.

Assim, em um ano tão desafiador, mais repleto de conquistas importantes, a Sul América agradece o engajamento e a resiliência de todos. Os milhares de colaboradores da Companhia não mediram esforços para dar apoio aos clientes na busca pela entrega de cada vez mais Saúde Integral. A Companhia agradece também os *stakeholders* que são essenciais nesta jornada: corretores, prestadores, fornecedores, parceiros de negócios, investidores e acionistas.

### 4. Comentários do desempenho das áreas de negócios

#### 4.1. Impactos da COVID-19

Em 2021, a Companhia continua observando os impactos da pandemia no Brasil, e percebe que com a redução nas taxas de ocupação dos leitos nos hospitais no quarto trimestre de 2021, em conjunto com o avanço na vacinação da população, tornou-se possível para a Sul América a reabertura de algumas filiais e a retomada gradual das atividades presenciais das áreas comerciais e relacionamento, assim como da área de negócios de gestão de investimentos de terceiros.

Além disso, a reabertura dos demais escritórios (sede e filiais) ocorreu a partir de 03/01/2022. O retorno de todas as equipes às atividades presenciais/híbridas se dará ao longo de 2022, por ondas, considerando: (1) um modelo de trabalho híbrido (combinando o presencial e o remoto), que visa maximizar eficiência operacional e engajamento dos colaboradores; e (2) retração ou evolução dos casos de COVID-19 nas regiões onde a Companhia atua presencialmente.

Destaques que durante o exercício de 2021, a Sul América permaneceu com todos os processos operacionais em pleno funcionamento e sem quaisquer impactos para clientes, corretores, prestadores de serviços e investidores. A Companhia segue mantendo o monitoramento temporário de sua liquidez e solvência e adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados. Entre tais medidas está a manutenção do rígido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando os investimentos programados pela Sul América em suas operações e que sejam considerados prioritários neste atual ambiente.

Dando continuidade às ações de apoio à sociedade no contexto da pandemia, em 2021 a Companhia destinou recursos para a compra de materiais e equipamentos hospitalares e para a manutenção de leitos em hospitais públicos. Ainda conduziu, em maio de 2021, uma campanha para arrecadar fundos junto aos seus colaboradores, seguida de um reforço na doação por parte da Sul América, no valor de R\$1 milhão, para distribuição de alimentos às populações mais vulneráveis fortemente impactadas pelas consequências da pandemia.

As ações da Companhia para combater os efeitos da pandemia da COVID-19 totalizaram mais de R\$6 milhões em 2021, em adição às doações realizadas em 2020. Para os colaboradores que trabalham em regime integral de *home office* desde abril/2020, a Companhia segue disponibilizando ajuda de custo, totalizando R\$4,8 milhões em 2021.

O segmento de Saúde e Odonto, ainda no cenário econômico desafiador no contexto da pandemia, apresentou crescimento nas receitas de prêmios emitidos de aproximadamente 7,5% comparados com exercício de 2020.

A sinistralidade do segmento de Saúde e Odonto apresentou um aumento de 8,1 p.p. em relação ao exercício de 2020, impactada principalmente pelos sinistros relacionados à COVID-19, tais como internações (em especial aquelas que necessitam de tratamento em unidades de terapia intensiva – UTI), exames, EPIs, que continuaram impactando o resultado da Companhia, contribuindo com aproximadamente R\$1.175,8 milhões no valor dos sinistros reconhecidos pela Sul América em 2021. Outro fator que também contribuiu para a maior sinistralidade no período foi o retorno das frequências dos procedimentos médicos para patamares similares ao período pré-pandemia, inclusive com níveis superiores para procedimentos eletivos de consulta e exame.

A aplicação da cobrança dos reajustes de planos de saúde suspensos de forma espontânea pela Sul América e por determinação da ANS, provisionados e divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, seguiu seu calendário previsto de cobrança em 2021, restando o saldo a receber de R\$18,9 milhões em 31/12/2021, formados por R\$6,9 milhões de prêmios a receber em 2022 e R\$12 milhões vencidos. Em 08 de julho de 2021, durante a 553ª Reunião da Diretoria Colegiada, a ANS definiu que os planos de saúde individuais ou familiares pós-lei e adaptados (contratados a partir de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei nº 9.656/1998), terão reajuste de -8,19% no período de maio/2021 a abril/2022.

Já para os planos individuais e familiares pré-Lei, que representam a maior parte das receitas de prêmios individuais e familiares, o regulador fixou reajuste de -7,24% no período de julho/2021 a junho/2022.

Na Sul América, as receitas dos prêmios de planos de saúde individuais e familiares pós e pré-Lei, que contribuíam com 11% do total das receitas de prêmios de saúde e odontológicos no resultado, foram impactadas por uma redução estimada de R\$100,3 milhões até dezembro de 2021, em função da aplicação dos reajustes negativos anteriormente mencionados.

Em 2021, a unidade de negócios de Vida e Previdência apresentou crescimento de 6,1% nos prêmios emitidos na carteira de Vida em comparação ao exercício anterior (R\$550,9 milhões em 2021 x R\$519,4 milhões em 2020), influenciado pelo aumento de 362,9% nas emissões do Seguro Viagem devido à retomada gradual das viagens tanto nacionais quanto internacionais, e também pelo crescimento de 14,3% nos demais produtos de Vida no quarto trimestre de 2021.

O impacto total de sinistros reconhecidos no resultado de 2021 no segmento de Vida, potencialmente vinculados à morte por COVID-19 foi de R\$157,5 milhões representando 29,1 p.p. na sinistralidade do ano. Em 2020 o valor foi de R\$29,3 milhões, com impacto de 6,2 p.p. na sinistralidade do exercício anterior. Em relação à quantidade de sinistros vinculados à morte por COVID-19, em 2021 foram regulados 3.029 casos, contra 851 em 2020, que representa um aumento de 252%. Desde o início da pandemia até dezembro/2021, foram regulados 3.890 sinistros vinculados à COVID-19, totalizando uma despesa acumulada de sinistro de R\$186,8 milhões.

Com relação à Gestão e Administração de Ativos, na comparação da receita operacional acumulada em 2021 x 2020, foi observado um aumento de 2,22%, influenciado pelas receitas semestrais oriundas da taxa de performance, acompanhando o melhor desempenho dos fundos em relação ao ano de 2020. Mesmo no contexto da pandemia e seus efeitos na economia, verificamos um crescimento no volume de ativos sob gestão e administração da Sul América.

A Sul América continua a acreditar na força e resiliência do seu modelo de negócio e na eficiência de seus processos, e como uma empresa especializada em gestão de risco, destacadamente em gestão de saúde, a Companhia, em parceria constante com sua rede de prestadores, vem usando toda a sua experiência para minimizar possíveis impactos e continuar cuidando das pessoas com a mesma qualidade pela qual é reconhecida.

#### 4.2. Segmento de Saúde

As receitas operacionais de seguros do segmento de Saúde e Odonto somaram R\$19,4 bilhões em 2021, em crescimento de 5,3% na comparação com o ano anterior. Este aumento se deve pelo bom desempenho de todas as carteiras direcionadas, sendo os maiores destaques o termo de pequenas e médias empresas – PME (+11,2%), odonto (+10,8%) e empresarial/adesso (+3,9%).

A performance do segmento em 2021 foi fruto dos esforços da Companhia direcionados ao plano de expansão tanto em termos operacionais quanto orgânicos. A ampliação do seu alcance regional e do portfólio, inclusive com opções mais acessíveis, como é o caso do Sul América Direto, que ao final de 2021 alcançou 10 cidades e cerca de 53 mil beneficiários. Além disso, o crescimento contínuo é resultado da força da marca Sul América, associada à efetividade de uma estratégia comercial acertada, que mesmo diante do cenário desafiador no contexto da pandemia da COVID-19, seguiu com altas taxas de retenção e um bom desempenho de vendas novas, impulsionada pela forte parceria com os corretores.

O total de beneficiários em Saúde e Odonto em planos coletivos atingiu 4,4 milhões, incluindo 23 mil vidas da carteira da Santa Casa de Ponta Grossa, incorporadas em outubro/2021, representando um aumento de 8,8% (+357 mil adições líquidas) quando comparado com o ano de 2020. Em termos orgânicos, desconsiderando as vidas incorporadas da Santa Casa de Ponta Grossa, o crescimento dos planos coletivos foi de 8,2% (+334 mil vidas) em relação a dezembro/2020.

Apenas em saúde, o aumento no número de beneficiários foi de 7,5% (+170 mil vidas) na comparação com o ano anterior, com destaque para o crescimento de 8,5% (+110 mil adições líquidas) na carteira empresarial/adesso, incluindo as vidas da Santa Casa de Ponta Grossa, e do aumento de 11,0% (+58 mil vidas) no PME. Em termos orgânicos, o segmento de Saúde apresentou aumento de 6,5% (+148 mil vidas). Os beneficiários de odonto atingiram 2,0 milhões ao final de 2021, com aumento de 186 mil segurados em relação ao ano passado, impulsionado pelo melhor desempenho nas vendas no varejo e um maior *cross-sell* com a carteira de saúde.

A sinistralidade do ano atingiu 85,0%, resultado de um cenário atípico observado ao longo de 2021, que combinou patamares elevados de custos médicos associados à COVID-19, que somaram R\$1,2 bilhão em 2021, combinados à normalização das frequências de procedimentos eletivos. Desconsiderando os impactos da COVID-19, o indicador de sinistralidade teria sido 78,9%, dentro dos patamares históricos. A Companhia ressalta que tanto o período de 2020 quanto o de 2021 foram atípicos em função das dinâmicas da pandemia e que não refletem a tendência de longo prazo do portfólio. Apesar da volatilidade observada nos últimos anos, a Companhia segue focada na retomada dos níveis habituais de sinistralidade, fruto das diversas iniciativas de gestão de sinistros e saúde e da estratégia de Cuidado Coordenado, que possui papel fundamental na prevenção, cuidado e acompanhamento da jornada do beneficiário. Ao final de 2021, eram 826 mil beneficiários ativos coordenados, representando 32% da base total de segurados.

Planos de saúde administrados (*Administrative Services Only – ASO*): as receitas operacionais dos planos administrados aumentaram 9,7% na comparação com 2020, alcançando R\$80,2 milhões. O número de beneficiários seguiu a trajetória de crescimento observada ao longo do ano, atingindo 481 mil beneficiários, sendo 453 mil vidas na carteira de Saúde e 28 mil em Odonto.

#### 4.3. Segmento de Pessoas

**4.3.1. Seguro de Vida e Acidentes Pessoais**  
O seguro de vida e acidentes pessoais alcançou R\$523,8 milhões de receitas em 2021, crescimento de 5,9% em relação a 2020, demonstrando recuperação, impulsionadas principalmente pelo melhor desempenho do produto individual e a retomada de vendas do produto viagem, acompanhando o retorno de viagens nacionais e internacionais, que foram impactadas pelas dinâmicas de distanciamento social e restrições a viagens no ano anterior.

A sinistralidade encerrou o ano com 81,3%, frente a 56,8% em 2020. O índice foi afetado pela cobertura de sinistros vinculados à morte por COVID-19, incluída voluntariamente pela Companhia desde o início da pandemia. Ao final de 2021, os impactos com esses sinistros foram de aproximadamente R\$158 milhões e, desconsiderando este efeito, a sinistralidade do segmento teria sido de 52,2%, próxima a patamares históricos.

#### 4.3.2. Previdência Privada

As reservas de previdência somaram R\$9,2 bilhões, redução de 2,7% quando comparado a 2020, explicada pelo maior saldo negativo de portabilidade líquida no volume. As receitas operacionais do segmento no ano foram de R\$783,2 milhões, redução de 11,9%, reflexo do menor volume de contribuições, além do maior volume de resgates no contexto da pandemia.

#### 4.4. Gestão e Administração de Ativos

A Sul América Investimentos, gestora de ativos da Companhia, encerrou o ano de 2021 com R\$48,3 bilhões em ativos sob gestão, com expansão do volume de ativos próprios (+14,0%) e ativos de terceiros (+5,5%). As receitas do segmento totalizaram R\$71,8 milhões, aumento de 6,5%, impulsionadas pelo aumento das receitas com taxa de performance, com maior rentabilidade dos fundos de renda variável no primeiro semestre do ano. Tal desempenho mais do que compensou as menores receitas com taxa de administração, em consequência, principalmente, da migração de clientes para fundos de menor risco no decorrer de 2021.

### 5. Vendas e marketing

A Sul América possui uma ampla gama de produtos que está aliada a canais de distribuição diversificados, presença nacional e forte relacionamento com a rede de corretores, prestadores e instituições financeiras. Em 2021, com o objetivo de reforçar sua estratégia de aumento da competitividade e maior foco nas necessidades dos clientes, corretores e parceiros, a Companhia realizou um importante movimento em sua área comercial, migrando as atividades comerciais para as unidades de negócios. A mudança contribuiu para o fortalecimento do time, trazendo maior fluidez e agilidade no desenvolvimento de produtos, além de gerar uma maior sinergia entre a área comercial e as áreas de negócios.

Apesar do cenário de pandemia em 2021, a Sul América promoveu diversos treinamentos voltados para os corretores. Considerando o programa PRA SABER – Escola de Negócios da Sul América – e os *webinars* oferecidos, a Companhia encerrou o ano com mais de 43 mil treinamentos realizados, superando mais de 38 mil participantes. Adicionalmente, em novembro, a Companhia lançou o Programa de Educação Financeira para os corretores, em parceria com a B3 e FGV Conhecimento.

A Sul América também promoveu a 15ª edição do Programa "Corretor Nova Geração" em 2021 que contou com 39 filhos de corretores em todo o Brasil através de uma plataforma de eventos 100% virtual. Ainda, seguiu, por mais um ano, com seu programa de reconhecimento de corretores, com premiações dos desempenhos de venda através do PRA Corretor.

### 6. Capital humano

Ao longo de 2021, a Sul América buscou impulsionar a promoção da Saúde Integral dentro e fora da organização, a promoção da Diversidade e Inclusão e o reforço de iniciativas voltadas para a cultura e transformação digital.

Considerando os desafios impostos pela pandemia da COVID-19, a prioridade da Companhia sempre foi cuidar da segurança e do bem-estar de seus colaboradores e familiares. Visando garantir o alinhamento de todos em relação às principais ações adotadas, a Sul América implementou uma série de comunicações sobre a pandemia e eventos virtuais especiais para seus funcionários focados nos cuidados com a saúde física, emocional e financeira.

Ao longo de 2021, assim como desde o início da pandemia, os funcionários permaneceram trabalhando de casa, contendo com uma ajuda de custo mensal, além de um reforço para a aquisição de equipamentos ergonômicos. Ainda, apoiada nos aprendizados acumulados ao longo do período e com apoio de uma consultoria, uma equipe multidisciplinar definiu as preparações para a proposta de um novo modelo de trabalho no formato híbrido, combinando momentos presenciais e remotos. Em 2021, foram admitidos mais de 960 colaboradores, estagiários e aprendizes, com todo o processo de *onboarding* feito de maneira 100% digital.

Além disso, demos um passo importante em nossa jornada, valorizando a diversidade, respeitando as pessoas e apoiando o cuidado com a Saúde Integral, fazendo parte da Empresa Cidadã.

Os resultados da atuação acertada da Companhia estão traduzidos no indicador de retenção de pessoas chave que atingiu 91% e no Índice de Engajamento dos colaboradores que alcançou 87% em 2021, além da percepção positiva dos colaboradores em relação à produtividade, qualidade de vida e atuação da Companhia na adoção do *home-office* integral durante a pandemia, medidos por meio de pesquisas recorrentes com os funcionários desde março/2020.

A Sul América segue investindo no desenvolvimento dos colaboradores e líderes através de ações síncronas e assíncronas realizadas de forma totalmente online. O ano foi marcado pelo lançamento da nova plataforma de experiência de aprendizagem da Companhia, o SulaAprende, assim como a volta de eventos que haviam sido interrompidos em 2020, com temas ligados a novos modelos de trabalho, liderança de equipes remotas, transformação digital, diversidade e inclusão, autoconhecimento e saúde emocional.

De forma conjunta com seus colaboradores e com forte apoio da alta liderança e do Conselho de Administração, a Sul América implantou o Programa de Inclusão e Diversidade, com cinco frentes de atuação: Equidade de Gênero, LGBTQIA+, Raça e Étnia, Gerações e Pessoas com Deficiência. No final de 2021, foi aprovado um Plano de Ação priorizando acessibilidade física e digital, jornadas internas e externas, recrutamento e seleção, revisão de processos e políticas, engajamento e treinamentos, além do estabelecimento de metas e processo de acompanhamento para diversas frentes do programa.

### 7. Sustentabilidade

A Companhia tem se estruturado nos últimos anos para inserir cada vez mais a sustentabilidade na estratégia de negócios, de modo que essa visão integrada dos aspectos sociais, ambientais, econômicos e de governança permeie todas as decisões e processos, gerando valor que possa ser compartilhado com a sociedade em médio e longo prazo.

Em 2021, a Sul América fortaleceu o novo posicionamento da marca com o propósito de melhorar a vida das pessoas pelo apoio ao equilíbrio da Saúde Integral, alinhando ainda mais o comprometimento de incorporar as melhores práticas ambientais, sociais e de governança à atuação da Companhia. Em particular, o conceito de Saúde Integral está em total consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 3 – Saúde e Bem-Estar. Como parte do processo de construção de valor e impacto positivo, a Companhia mantém sua estratégia de atuação em cinco temas principais, diretamente ligados aos negócios e presentes na Política de Sustentabilidade: i. Qualidade de Atendimento e Serviços, ii. Inovação de Produtos e Serviços, iii. Responsabilidade na Cadeia de Valor, iv. Desenvolvimento do Capital Humano e v. Educação Financeira e Uso Consciente de Seguros. Estes temas buscam o equilíbrio entre riscos e oportunidades considerando os impactos econômicos, sociais e ambientais.

A Sul América conta com o Comitê de Sustentabilidade, que atua no assessoramento do Conselho de Administração. Sua principal atribuição é trabalhar os riscos e as oportunidades da organização, alinhados ao plano estratégico, ultrapassando fronteiras tradicionais dos negócios, e inserindo nas discussões da liderança uma visão de sustentabilidade articulada ao redor dos desafios socioambientais que compõem as agendas e pautas de suas partes interessadas.

Este modelo de negócios viabilizou um importante marco para a Companhia: a 9ª Emissão de Debêntures enquadrada como títulos vinculados a desempenho ESG, denominadas *Sustainability Linked Bond (SLB)*, em que estabelece o compromisso da promoção de acesso ao tratamento e diagnóstico em Saúde Emocional para 150 mil pessoas até 2026. Em complemento, no mesmo período, a Companhia foi incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3, evidenciando seu desempenho em métricas ESG, e também foi considerada como um dos destaques no *S&P Global Sustainability Yearbook*, resultado que confirma uma jornada de excelência reconhecida externamente. Além disso, a Sul América também integrou outros importantes índices de referência ao longo de 2021, reforçando seu comprometimento na evolução dos temas ESG.

Com seu público interno, visando evoluir a integração da sustentabilidade na cultura organizacional, a Companhia ampliou as discussões sobre a agenda de sustentabilidade junto ao Conselho de Administração e Comitê Executivo, que atuaram conjuntamente para o atingimento das metas ESG corporativas. De forma complementar, o Programa de Reconhecimento da Sul América passou a considerar aspectos ESG como um dos critérios de avaliação e premiações dos colaboradores.

Em relação aos negócios da Companhia, o lançamento de produtos mais acessíveis intensifica a promoção do acesso à saúde, sendo uma vertical em crescimento abrangendo mais de 175 mil vidas beneficiadas neste nicho de mercado ao final de 2021. Ao longo do ano várias frentes avançaram na direção da promoção de uma cultura organizacional alinhada à Política Corporativa de Sustentabilidade, incentivando a transformação digital como um direcionador de acesso à saúde, sobretudo diante do cenário da pandemia da COVID-19, e redução de emissão de CO<sub>2</sub> em função de deslocamento de clientes.

No âmbito social, o Programa de Voluntariado mobilizou centenas de colaboradores ao longo do ano, com ações de filantropia que totalizaram R\$5,8 milhões em doações para redução dos impactos da pandemia, combate à fome e suporte a grupos vulneráveis em 2021.

### 8. Mercado de capitais e governança corporativa

Em 2021, as units da Companhia fizeram parte das seguintes carteiras: Índice Bovespa - Ibovespa, principal indicador de desempenho das ações negociadas na B3, Índice Brasil 100 - IBRX 100, que representa os 100 ativos com maior índice de negociabilidade e representatividade da B3, Índice Financeiro - IFNC, Índice Small Cap – SMML, Índice de Ações com Tag-Along Diferenciado - ITAG, Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC, Índice de Governança Corporativa Trade - IGCT e Índice Brasil Amplo - IBRA. Além disso, as units da Companhia também integram importantes índices ESG, que consideram aspectos ambientais, sociais e de governança: *FTSE4Good Index - apurado pela FTSE (Financial Times Stock Exchange) Russell*, uma divisão da bolsa de valores

Confiamos no futuro,  
**INVESTIMOS**  
no **PRESENTE**



SulAmérica

**Balancos patrimoniais**

em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

Ativo	Notas	Companhia		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>		<b>1.318.802</b>	<b>298.111</b>	<b>19.699.114</b>	<b>18.990.312</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7	50	257	1.805.351	956.465
Aplicações financeiras	8	1.237.652	229.988	15.820.327	15.836.487
Recebeíveis	9	52.928	56.264	1.324.248	1.597.858
Tributos	10.1	27.760	11.092	244.199	178.218
Ativos de resseguro	11	-	-	65.215	46.430
Custos de comercialização diferidos	12	-	-	395.680	339.564
Outros	-	412	510	44.094	35.290
<b>Não circulante</b>		<b>10.180.991</b>	<b>9.461.445</b>	<b>9.365.770</b>	<b>8.878.809</b>
Aplicações financeiras	8	-	-	1.536.372	1.315.335
Recebeíveis	9	1	1	1.620.385	1.591.649
Depósitos judiciais e fiscais	22.1	-	22	2.239.617	2.795.301
Ativos de resseguro	11	-	-	9.406	7.601
Custos de comercialização diferidos	12	-	-	865.341	706.686
Tributos	10.1	21.490	8.875	1.834.219	1.257.804
Outros	-	-	-	14.776	6.250
Ativos de arrendamentos	14	64	191	125.133	164.127
Investimentos	15	10.159.256	9.452.122	88.116	106.450
Imobilizado	-	25	34	110.321	109.968
Intangível	16	155	200	922.084	817.638
<b>Total do ativo</b>		<b>11.499.793</b>	<b>9.759.556</b>	<b>29.064.884</b>	<b>27.869.121</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de resultados**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Companhia		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas operacionais líquidas</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>21.003.473</b>	<b>20.032.623</b>
<b>Seguros</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.931.689</b>	<b>18.915.557</b>
Prêmios líquidos	26	-	-	19.875.508	18.870.290
Outras receitas operacionais	-	-	-	56.181	45.267
<b>Previdência</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>783.159</b>	<b>889.421</b>
Prêmios, rendas e taxa de gestão líquidos	27	-	-	783.159	889.405
Outras receitas operacionais	-	-	-	-	16
<b>Capitalização</b>	<b>31</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.078</b>	<b>14.839</b>
<b>Planos de saúde administrados</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>80.248</b>	<b>73.149</b>
<b>Gestão e administração de ativos</b>	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>71.795</b>	<b>67.430</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>34</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>135.504</b>	<b>72.227</b>
<b>Variações das provisões técnicas de prêmios</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(640.572)</b>	<b>(816.832)</b>
Seguros	28	-	-	(18.383)	(65.831)
Previdência	28	-	-	(622.189)	(751.001)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(19.066.036)</b>	<b>(16.604.646)</b>
<b>Seguros</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(18.892.774)</b>	<b>(16.447.101)</b>
Sinistros	29.1	-	-	(16.986.458)	(14.529.236)
Custos de comercialização	29.2	-	-	(1.426.152)	(1.361.559)
Outras despesas operacionais	29.3	-	-	(480.164)	(556.306)
<b>Previdência</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(141.492)</b>	<b>(130.851)</b>
Despesas com benefícios e resgates	30.1	-	-	(89.596)	(79.017)
Custos de comercialização	30.2	-	-	(35.810)	(35.737)
Outras despesas operacionais	-	-	-	(16.086)	(16.097)
<b>Capitalização</b>	<b>31</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.573)</b>	<b>(3.734)</b>
<b>Planos de saúde administrados</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(24.677)</b>	<b>(17.001)</b>
<b>Gestão e administração de ativos</b>	<b>33</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.520)</b>	<b>(5.959)</b>
<b>Margem bruta operacional</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.296.865</b>	<b>2.611.145</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>35</b>	<b>(41.513)</b>	<b>(36.408)</b>	<b>(1.569.247)</b>	<b>(1.593.298)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>36.1</b>	<b>(116.360)</b>	<b>(78.389)</b>	<b>279.777</b>	<b>123.569</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>15</b>	<b>478.061</b>	<b>820.187</b>	<b>(18.458)</b>	<b>(9.001)</b>
<b>Resultado patrimonial</b>		<b>3</b>	<b>-</b>	<b>10.716</b>	<b>(30.315)</b>
<b>Resultado antes de impostos e contribuições</b>		<b>320.191</b>	<b>705.390</b>	<b>(347)</b>	<b>1.102.100</b>
Imposto de renda e contribuição social	37	12.355	92.220	333.041	(304.856)
<b>Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas</b>		<b>332.546</b>	<b>797.610</b>	<b>332.694</b>	<b>797.244</b>
<b>Lucro líquido do exercício proveniente das operações descontinuadas</b>	<b>13</b>	<b>-</b>	<b>1.550.213</b>	<b>-</b>	<b>1.550.213</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>332.546</b>	<b>2.347.823</b>	<b>332.694</b>	<b>2.347.457</b>
<b>Lucro líquido do exercício atribuível a:</b>					
Acionistas da Companhia	-	332.546	2.347.823	332.546	2.347.823
Acionistas não controladores de controlada indireta	-	-	-	148	(366)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>332.546</b>	<b>2.347.823</b>	<b>332.694</b>	<b>2.347.457</b>
<b>Resultado básico por ação atribuído aos acionistas</b>	<b>24.6</b>				
Por ação preferencial (em R\$)	-	0,2796	2,0516	0,2796	2,0516
Por ação ordinária (em R\$)	-	0,2801	2,0158	0,2801	2,0158
<b>Resultado diluído por ação atribuído aos acionistas</b>	<b>24.6</b>				
Por ação preferencial (em R\$)	-	0,2773	2,0324	0,2773	2,0324
Por ação ordinária (em R\$)	-	0,2790	2,0065	0,2790	2,0065
<b>Resultado básico por ação de operações em continuidade atribuído aos acionistas</b>	<b>24.6</b>				
Por ação preferencial (em R\$)	-	0,2796	0,6970	0,2796	0,6970
Por ação ordinária (em R\$)	-	0,2801	0,6848	0,2801	0,6848
<b>Resultado diluído por ação de operações em continuidade atribuído aos acionistas</b>	<b>24.6</b>				
Por ação preferencial (em R\$)	-	0,2773	0,6905	0,2773	0,6905
Por ação ordinária (em R\$)	-	0,2790	0,6817	0,2790	0,6817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações do valor adicionado**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receitas</b>			<b>21.509.061</b>	<b>20.395.996</b>
Receitas com operações de seguros	-	-	20.464.439	19.413.732
Receitas com operações de previdência complementar	-	-	718.072	829.119
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	-	-	68.550	63.203
Receitas com administração de títulos de capitalização	-	-	-	3.861
Resultado na alienação de ativos - investimentos, imobilizado e intangível	-	-	(3.704)	(32.338)
Resultado com operações de assistência à saúde	-	-	40.422	42.842
Resultado da atividade financeira	-	-	72.510	67.574
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	-	-	(86.878)	(154.562)
Outras	-	-	235.650	162.565
<b>Variações das provisões técnicas de seguros e previdência</b>			<b>(640.572)</b>	<b>(816.832)</b>
Operações de seguros	-	-	(18.383)	(65.831)
Operações de previdência	-	-	(622.189)	(751.001)
<b>Receita líquida operacional</b>			<b>20.868.489</b>	<b>19.579.164</b>
<b>Benefícios e sinistros</b>			<b>(17.727.595)</b>	<b>(15.127.282)</b>
Sinistros	-	-	(17.598.221)	(14.009.671)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	-	-	230.251	(805.218)
Despesas com benefícios e resgates	-	-	(90.658)	(81.008)
Varição da provisão de eventos ocorridos mas não avisados	-	-	(3.181)	457
Outros sinistros	-	-	(265.786)	(231.842)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(8.250)</b>	<b>(15.879)</b>	<b>(2.165.436)</b>	<b>(2.178.896)</b>
Materiais, energia e outros	(3.439)	(3.423)	(82.940)	(100.160)
Serviços de terceiros, comissões líquidas	(4.811)	(12.456)	(2.301.314)	(2.080.818)
Varição dos custos de aquisição diferidos	-	-	218.818	2.082
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(8.250)</b>	<b>(15.879)</b>	<b>975.458</b>	<b>2.272.986</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(75)</b>	<b>(50)</b>	<b>(146.741)</b>	<b>(107.514)</b>
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>(8.325)</b>	<b>(15.929)</b>	<b>828.717</b>	<b>2.165.472</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>500.406</b>	<b>2.448.511</b>	<b>657.207</b>	<b>1.952.934</b>
Receitas (despesas) financeiras	15.517	11.374	911.071	726.049
Resultado de equivalência patrimonial	478.061	820.187	(18.458)	(9.001)
Resultado com operações de resseguros cedidos	-	-	2.882	5.803
Resultado com operações de cosseguros cedidos	-	-	12.012	3.057
Variações monetárias e cambiais - seguros e previdência	-	-	(497.373)	(547.476)
Atualizações monetárias - depósitos judiciais	-	1	63.978	65.692
Resultado de operações descontinuadas	-	1.550.213	-	1.550.213
Outras	6.828	66.736	183.095	158.597
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>492.081</b>	<b>2.432.582</b>	<b>1.485.924</b>	<b>4.118.406</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>492.081</b>	<b>2.432.582</b>	<b>1.485.924</b>	<b>4.118.406</b>
<b>Pessoal</b>	<b>8.007</b>	<b>6.012</b>	<b>716.266</b>	<b>668.766</b>
Remuneração direta	8.031	5.955	571.914	531.990
Benefícios	(24)	57	123.856	115.411
FGTS	-	-	20.496	21.365
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>19.931</b>	<b>(10.875)</b>	<b>162.516</b>	<b>881.307</b>
Federais	19.912	(10.888)	140.922	866.268
Estaduais	-	-	1	-
Municipais	19	13	21.593	15.039
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>131.597</b>	<b>89.622</b>	<b>274.448</b>	<b>220.876</b>
Juros	128.469	87.602	240.995	165.638
Aluguéis	-	3	290	3.716
Outras	3.128	2.017	33.163	51.522
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>332.546</b>	<b>2.347.823</b>	<b>332.694</b>	<b>2.347.457</b>
Juros sobre o capital próprio	90.000	290.000	90.000	290.000
Dividendos	-	343.000	-	343.000
Lucros retidos do período	242.546	1.714.823	242.546	1.714.823
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	148	(366)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações de resultados abrangentes**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

	Notas	Companhia		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>332.546</b>	<b>2.347.823</b>	<b>332.694</b>	<b>2.347.457</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado:</b>					
Ganhos atuariais, líquidos de perdas, não realizados com plano de pensão de benefício definido	-	628	-	1.971	-
Efeitos fiscais	38	(214)	-	(793)	-
<b>Itens que poderão ser reclassificados para o resultado:</b>					
Ganhos / (perdas) não realizados com ativos financeiros disponíveis para venda	8.2	1.290	(1.290)	(156.318)	(104.810)
Efeitos fiscais	38	(439)	439	60.375	40.965
Perdas de variação de participação acionária	15	5.309	(4.167)	(631)	-
Outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial	15	(101.970)	(58.827)	-	-
<b>Componentes do resultado abrangente</b>		<b>(95.396)</b>	<b>(63.845)</b>	<b>(95.396)</b>	<b>(63.845)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>237.150</b>	<b>2.283.978</b>	<b>237.298</b>	<b>2.283.612</b>
<b>Resultado abrangente do exercício atribuível a:</b>					
Acionistas da Companhia	-	237.150	2.283.978	237.150	2.283.978
Acionistas não controladores de controlada indireta	-	-	-	148	(366)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>237.150</b>	<b>2.283.978</b>	<b>237.298</b>	<b>2.283.612</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais)

Descrição	Companhia		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro antes dos tributos sobre o lucro das operações em continuidade</b>	<b>320.191</b>	<b>705.390</b>	<b>(347)</b>	<b>1.102.100</b>
<b>Lucro antes dos tributos proveniente das operações descontinuadas</b>				

Confiamos no futuro,  
**INVESTIMOS**  
no **PRESENTE**



**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
(em milhares de reais)

Descrição	Consolidado														
	Reservas de capital							Reservas de lucros					Participação de Acionistas Não controladores	Total	
	Capital social	Reserva especial de ágio na incorporação	Reserva de ágio na subscrição de ações	Deságio (Ágio) em transações de capital	Opções outorgadas	Total das reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Patrimônio líquido dos acionistas da Companhia		
<b>Saldos em 01/01/2020</b>	<b>3.319.882</b>	<b>25.995</b>	<b>286.269</b>	<b>(39.913)</b>	<b>98.602</b>	<b>370.953</b>	<b>2.516</b>	<b>326.947</b>	<b>3.255.786</b>	<b>3.582.733</b>	<b>(130.258)</b>	<b>-</b>	<b>7.145.826</b>	<b>1.879</b>	<b>7.147.705</b>
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 24.3)	-	-	-	8.079	-	8.079	(63.845)	-	-	-	-	-	(55.766)	-	(55.766)
Transação de capital	-	-	-	(46.000)	-	(46.000)	-	-	-	-	-	-	(46.000)	-	(46.000)
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria (Nota 24.4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(677.590)	-	(677.590)	-	(677.590)
Venda de ações em tesouraria	-	-	3.405	-	-	3.405	-	-	-	-	6.127	-	9.532	-	9.532
Aumento de capital com reservas de lucros conforme RCA do dia 23/11/2020	300.000	-	-	-	-	-	-	-	(300.000)	(300.000)	-	-	-	-	-
Opções outorgadas	-	-	-	-	11.338	11.338	-	-	-	-	-	-	11.338	-	11.338
Reconhecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	(2.168)	-	-	(2.168)	-	-	-	-	2.168	-	-	-	-
Transferidas	-	-	(16.156)	-	-	(16.156)	-	-	-	-	16.156	-	-	-	-
Bonificação de ações	-	-	4.379	-	-	4.379	-	-	-	-	(4.379)	-	-	-	-
<b>Lucros / Prejuízos acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(135)</b>	<b>(135)</b>	<b>-</b>	<b>(135)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.347.823</b>	<b>2.347.823</b>	<b>(366)</b>	<b>2.347.457</b>
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	117.384	-	117.384	-	-	(117.384)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-	1.597.304	1.597.304	-	(1.597.304)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intercalares obrigatórios - R\$0,9077 por UNIT e R\$0,3026 por ação ON e PN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(343.000)	(343.000)	-	(343.000)
Juros sobre o capital próprio - R\$0,2067 por UNIT e R\$0,0689 por ação ON e PN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(80.000)	(80.000)	-	(80.000)
Juros sobre o capital próprio - R\$0,1933 por UNIT e R\$0,0644 por ação ON e PN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75.000)	(75.000)	-	(75.000)
Juros sobre o capital próprio - R\$0,1985 por UNIT e R\$0,0661 por ação ON e PN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(75.000)	(75.000)	-	(75.000)
Juros sobre o capital próprio - R\$0,1576 por UNIT e R\$0,0525 por ação ON e PN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.000)	(60.000)	-	(60.000)
Participação de acionistas não controladores (Nota 4.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230	230
<b>Saldos em 31/12/2020</b>	<b>3.619.882</b>	<b>25.995</b>	<b>275.729</b>	<b>(77.834)</b>	<b>109.940</b>	<b>333.830</b>	<b>(61.329)</b>	<b>444.331</b>	<b>4.553.090</b>	<b>4.997.421</b>	<b>(787.776)</b>	<b>-</b>	<b>8.102.028</b>	<b>1.743</b>	<b>8.103.771</b>
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 24.3)	-	-	-	-	-	-	(95.396)	-	-	-	-	-	(95.396)	-	(95.396)
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 29/03/2021 (Nota 24.1)	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	(1.000.000)	(1.000.000)	-	-	-	-	-
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria (Nota 24.4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(130.332)	-	(130.332)	-	(130.332)
Venda de ações em tesouraria	-	-	(564)	-	-	(564)	-	-	-	-	5.628	-	5.064	-	5.064
Opções outorgadas	-	-	-	-	11.934	11.934	-	-	-	-	-	-	11.934	-	11.934
Reconhecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercidas	-	-	(25.173)	-	-	(25.173)	-	-	-	-	25.173	-	-	-	-
Bonificação de ações	-	-	65.685	-	-	65.685	-	-	-	-	(65.685)	-	-	-	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>332.546</b>	<b>332.546</b>	<b>148</b>	<b>332.694</b>
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	16.627	-	16.627	-	-	(16.627)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	-	-	225.919	225.919	-	(225.919)	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio - R\$0,2247 por UNIT e R\$0,0749 por ação ON e PN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)	-	(90.000)
Participação de acionistas não controladores (Nota 4.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	641	641
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>4.619.882</b>	<b>25.995</b>	<b>315.677</b>	<b>(77.834)</b>	<b>121.874</b>	<b>385.712</b>	<b>(156.725)</b>	<b>460.958</b>	<b>3.779.009</b>	<b>4.239.967</b>	<b>(952.992)</b>	<b>-</b>	<b>8.135.844</b>	<b>2.532</b>	<b>8.138.376</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e 2020**

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

**1. Contexto operacional**

A SUL AMÉRICA S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, na Rua Beatriz Larragoti Lucas - 121, no bairro Cidade Nova. A Companhia participa, por intermédio de sociedades controladas e coligadas, dos segmentos de saúde (seguro saúde e odontológico, planos de saúde e odontológico administrados e soluções de saúde e bem-estar), seguros de pessoas, previdência privada, e gestão e administração de ativos.

Suas units (certificados de depósitos de ações compostos, cada um por uma ação ordinária e duas ações preferenciais) são listadas no Nível 2 da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) de práticas diferenciadas de Governança Corporativa, sob o código SULA11.

A Sul América S.A. é controlada pela Sulaspar Participações S.A. (SULASAPAR), sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, que detém 52,32% das ações ordinárias e 0,01% das ações preferenciais, representando, em conjunto, 26,79% do capital total da Companhia, excluídas as ações mantidas em tesouraria.

Nessas demonstrações financeiras, a Sul América S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "SulAmérica" é usado para tratar o conjunto formado pela Sul América S.A., suas controladas e os fundos de investimentos dos quais essas empresas são as únicas cotistas, denominados "Fundos Exclusivos", detalhados na nota 4.

**1.1. Alienação da carteira de Auto e Ramos Elementares**

Em 10 de julho de 2020, em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 23 de agosto de 2019, a Companhia informou seus acionistas e o mercado em geral, que após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, foi concluída com sucesso, nesta data, a venda das operações de seguro de automóveis e ramos elementares do Grupo SulAmérica para o Grupo Allianz, que passou a detê-las e operá-las a partir desta data.

Em contrapartida à aquisição, foi pago pelo Grupo Allianz, também nesta data, o preço ajustado de R\$3.181.454, considerando o patrimônio líquido total das companhias vendidas estimado para o fim de junho de 2020 em R\$881.650, sujeito, ainda, a determinados ajustes residuais previstos no contrato de compra e venda. Cabe destacar que os resultados das operações ora desinvestidas ainda constam das demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31/12/2020, sendo destacadas como resultados de operações descontinuadas, conforme descrito na nota 13.

Em 18 de dezembro de 2020, conforme registrado em alteração contratual, as empresas do Grupo SulAmérica e do Grupo Allianz, partes integrantes do contrato de compra e venda das operações de automóveis e ramos elementares, decidiram conjuntamente, de forma definitiva e irrevogável, que nenhum ajuste de preço de compra será aplicável, concedendo liberação total e completa, e quitação de quaisquer obrigações relacionadas ao ajuste do preço de compra.

**1.2. Venda da carteira de capitalização e sua participação minoritária na Caixa Capitalização S.A. ("CaixaCap") para o Grupo ICATU**

Em 03 de fevereiro de 2020, a Companhia comunicou ao mercado, que mediante a implementação de todas as condições precedentes, incluindo as aprovações regulatórias, foi concluída com sucesso, pelo montante de R\$70.454 e apurando um ganho no consolidado de R\$2.883, líquido dos custos da operação e baixa de intangível pela ausência de geração de benefícios futuros após a alienação da carteira, a operação de venda de quase a totalidade da carteira de capitalização de sua controlada indireta RIOSCAP (nova denominação da SULACAP), bem como a alienação da participação minoritária de sua controlada indireta SANTA CRUZ na CaixaCap, correspondente a 24,5% de seu capital total e votante, ao Grupo Icatu, já acionista da CaixaCap. Em 10 de maio de 2021, a SANTA CRUZ recebeu o montante de R\$5.536 referente ao earn-out, negociado na venda da participação da CaixaCap, pelo atingimento de proventos recebidos pela Icatu da participação adquirida.

A seguir, os principais ativos e passivos transferidos:

Ativo		Passivo	
<b>Circulante</b>	<b>683.974</b>	<b>Circulante</b>	<b>684.994</b>
Aplicações	683.464	Contas a pagar	1.567
Créditos com operações de capitalização	510	Débito de operações com capitalização	181
<b>Não circulante</b>	<b>2.998</b>	Depósitos de terceiros	1.009
Intangível	2.998	Provisões técnicas - Capitalização	682.237
<b>Total do ativo</b>	<b>686.972</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>684.994</b>
		<b>Acervo líquido</b>	<b>1.978</b>

**1.3. Compra de participação na O10 Participações S.A. ("O10"), controladora da Órama**

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, concluiu a operação de investimento de R\$100.000 na Órama, composto por patrimônio líquido no montante de R\$20.709, ativos intangíveis reconhecidos no montante de R\$25.352 e ágio fundamentado na expectativa de resultados futuros de R\$53.939. O investimento ocorreu mediante capitalização pela controlada indireta SAMI na O10, controladora da Órama, passando o Grupo SulAmérica a deter participação de 25% no capital social total e votante da O10.

Durante o ano de 2020, foram identificados ajustes no valor contábil do patrimônio líquido base para aquisição no montante de R\$677, e efeitos fiscais sobre a mais valia dos intangíveis no valor de R\$8.572, não alterando o preço de aquisição do investimento, porém alterando sua composição para patrimônio líquido de R\$21.826, mais valia líquida dos efeitos fiscais de R\$16.780 e ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$61.834, totalizando o investimento de R\$100.000.

**1.4. Aquisição da carteira da Santa Casa de Ponta Grossa**

Em 19 de março de 2021, a Companhia, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que a aquisição da carteira Parana Clínicas – Planos de Saúde S.A. assinou nesta data com a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, contrato para aquisição de carteira de planos privados de assistência à saúde pelo preço base de R\$14.400, registrado como Intangível.

Em 08 de junho de 2021, a operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo da Defesa Econômica (CADE), e em 01 de outubro de 2021 a operação foi concluída, após o cumprimento das condições precedentes e aprovação pela ANS. A transação reforça a posição e relevância da SulAmérica no estado do Paraná e no Sul do Brasil, reafirmando seu plano de crescimento no segmento de Saúde e Odonto em regiões estratégicas.

**1.5. Aquisição da Sompço Saúde**

Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, que sua controlada Sul América Companhia de Seguro Saúde celebrou, nesta data, com a Sompço Seguros S.A. contrato para aquisição de 100% das ações representativas da totalidade do capital social da Sompço Saúde Seguros S.A. ("Sompço Saúde"), companhia que hoje detém uma carteira de beneficiários no estado de São Paulo, pelo preço de R\$230 milhões.

Quando concluída, a transação reforçará ainda mais a posição de relevância da SulAmérica na cidade de São Paulo e região metropolitana, reafirmando a estratégia de crescimento no segmento de Saúde e Odonto, inclusive por meio das sinergias operacionais que serão viabilizadas. O fechamento da transação está condicionado ao cumprimento de determinadas condições precedentes usuais previstas no respectivo contrato, incluindo a aprovação prévia dos órgãos reguladores competentes.

**1.6. Liquidação da 9ª Emissão de Debêntures**

Em 30 de novembro de 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, em complemento ao Fato Relevante divulgado em 26 de outubro de 2021, a conclusão da liquidação da 9ª (nona) emissão de debêntures simples, não convulsivas em ações, da espécie girografaria, em 2 (duas) séries da Sul América S.A., conforme dispositivos legais e regulamentos aplicáveis, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. Conforme previsto na respectiva escritura, foram emitidas 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$1, perfazendo o valor total da Emissão de R\$1.500.000, tendo as Debêntures da primeira série, e vencimentos em 08 de novembro de 2026 e 08 de novembro de 2028, respectivamente.

As Debêntures objeto da Emissão foram as primeiras da Companhia enquadradas como títulos vinculados a desempenho ASG ("sustainability-linked bond"), nos termos exigidos pela International Capital Market Association no âmbito do Sustainability-Linked Bond Principles, tendo a Companhia se comprometido a promover acesso à saúde emocional por meio da conscientização, oferta de diagnóstico ou tratamento para 30.000 (trinta mil) pessoas até 31 de dezembro de 2024 e 150.000 (cento e cinquenta mil) pessoas até 31 de Dezembro de 2026 (Meta e Indicador-chave de Desempenho de Sustentabilidade / Sustainability Key Performance Indicator ou "SKPI").

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para fins corporativos diversos.

**1.7. Análise de impactos trazidos pela COVID-19**

Em 2021, continuamos observando os impactos da pandemia no Brasil, e percebemos que com a redução nas taxas de ocupação dos leitos nos hospitais no quarto trimestre de 2021, em conjunto com o avanço na vacinação da população, tornou-se possível para SulAmérica a reabertura de algumas filiais e a retomada gradual das atividades presenciais das áreas comerciais e relacionamento, assim como da área de negócios de gestão de investimentos de terceiros. Além disso, a reabertura dos demais escritórios (sede e filiais) ocorreu a partir de 03/01/2022. O retorno de todas as equipes às atividades presenciais/híbridas se dará ao longo de 2022, por ondas, considerando: (1) um modelo de trabalho híbrido (combinando o presencial e o remoto), que visa maximizar eficiência operacional e engajamento dos colaboradores; e (2) retração ou evolução dos casos de COVID-19 nas regiões onde atuamos presencialmente. Destacamos que durante o exercício de 2021, a SulAmérica permaneceu com todos os processos operacionais em pleno funcionamento e sem quaisquer impactos para clientes, corretores, prestadores de serviços e investidores.

A Companhia segue mantendo o monitoramento tempestivo de sua liquidez e solvência e adotando medidas para garantir sua manutenção em níveis adequados.

Entre tais medidas está a manutenção do rígido controle de desembolsos financeiros (custos, despesas e investimentos), preservando os investimentos programados pela SulAmérica em suas operações e que sejam considerados prioritários neste atual ambiente.

Dando continuidade às ações de apoio à sociedade no contexto da pandemia, em 2021 a Companhia destinou recursos para a compra de materiais e equipamentos hospitalares e para a manutenção de leitos em hospitais públicos. Ainda conduziu, em maio de 2021, uma campanha para arrecadar fundos junto aos seus colaboradores, seguida de um reforço na doação por parte da SulAmérica, no valor de R\$1 milhão, para distribuição de alimentos às populações mais vulneráveis fortemente impactadas pelas consequências da pandemia.

As ações da Companhia para combater os efeitos da pandemia da COVID-19 totalizaram mais de R\$6 milhões em 2021, em adição às doações realizadas em 2020.

Para os colaboradores que trabalham em regime integral de home office desde abril/2020, a Companhia segue disponibilizando ajuda de custo, totalizando R\$4,8 milhões em 2021.

O segmento de Saúde e Odonto, ainda no cenário econômico desafiador no contexto da pandemia, apresentou crescimento nas receitas de prêmios emitidos de aproximadamente 7,5% comparados com exercício de 2020.

A sinistralidade do segmento de Saúde e Odonto apresentou um aumento de 8,1 p.p. em relação ao exercício de 2020, impactada principalmente pelos sinistros relacionados a COVID-19, tais como interações (em especial aquelas que necessitam de tratamento em unidades de terapia intensiva - UTI), exames, EPs, que continuaram impactando o resultado da Companhia, contribuindo com aproximadamente R\$1.175,8 milhões no valor dos sinistros reconhecidos pela SulAmérica em 2021. Outro fator que também contribuiu para a maior sinistralidade no período foi o retorno das frequências dos procedimentos médicos para patamares similares ao período pré-pandemia, inclusive com níveis superiores para procedimentos eletivos de consulta e exame. A aplicação da cobrança dos reajustes de planos de saúde suspensos de forma espontânea pela SulAmérica e por determinação da ANS, provisionados e divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, seguiu seu calendário previsto de cobrança em 2021, restando o saldo a receber de R\$18,9 milhões em 31/12/2021, formados por R\$16,9 milhões de prêmios a receber em 2022 e R\$2,0 milhões vencidos.

Em 08 de julho de 2021, durante a 553ª Reunião da Diretoria Colegiada, a ANS definiu que os planos de saúde individuais ou familiares pós-Lei e adaptados (contratados a partir de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei nº 9.656/1998), terão reajuste de -8,19% no período de maio/2021 a abril/2022.

Já para os planos individuais e familiares pré-Lei, que representam a maior parte das receitas de prêmios individuais e familiares, o regulador fixou reajuste de -7,24% no período de julho/2021 a junho/2022.

Na SulAmérica, as receitas dos prêmios de planos de saúde individuais e familiares pós e pré-Lei, que contribuirão com 11% do total das receitas de prêmios de saúde e odontológicos no resultado, foram impactadas por uma redução estimada de R\$100,3 milhões até dezembro de 2021, em função da aplicação dos reajustes negativos anteriormente mencionados.

Em 2021, a unidade de negócios de Vida e Previdência apresentou crescimento de 6,1% nos prêmios emitidos na carteira de Vida em comparação ao exercício anterior (R\$550,9 milhões em 2021 x R\$519,4 milhões em 2020), influenciado pelo aumento de 362,9% nas emissões do Seguro Viagem devido à retomada gradual das viagens tanto nacionais quanto internacionais, e também pelo crescimento de 14,3% nos demais produtos de Vida no quarto trimestre de 2021.

O impacto total de sinistros reconhecidos no resultado de 2021 no segmento de Vida, potencialmente vinculados à morte por COVID-19 foi de R\$157,5 milhões representando 29,1 p.p. na sinistralidade do ano. Em 2020 o valor foi de R\$29,3 milhões, com impacto de 6,2 p.p. na sinistralidade do exercício anterior. Em relação à quantidade de sinistros vinculados à morte por COVID-19, em 2021 foram regulados 3.029, contra 861 em 2020, que representa um aumento de 252%. Desde o início da pandemia até dezembro/2021, foram regulados 3.890 sinistros vinculados à COVID-19, totalizando uma despesa acumulada de sinistro de R\$186,8 milhões.

Com relação à Gestão e Administração de Ativos, na comparação da receita operacional acumulada em julho x 2020, observamos um aumento de 2,22%, influenciado pelas receitas semestrais oriundas da taxa de performance, acompanhando o melhor desempenho dos fundos em relação ao ano de 2020. Mesmo no contexto da pandemia e seus efeitos na economia, verificamos um crescimento no volume de ativos sob gestão e administração da SulAmérica.

A SulAmérica continua a acreditar na força e resiliência do seu modelo de negócio e na eficiência de seus processos, e como uma empresa especializada em gestão de risco, destacadamente em gestão de saúde, a Companhia, em parceria constante com sua rede de prestadores, vem usando toda a sua experiência para minimizar possíveis impactos e continuar cuidando das pessoas com a mesma qualidade que lhe é reconhecida.

# Confiamos no futuro, INVESTIMOS no PRESENTE



Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios.

**3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**

As provisões para imposto de renda e para contribuição social correntes e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras.

O reconhecimento de imposto de renda e de contribuição social diferidos no ativo é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos, são compensados, respeitada a individualidade das entidades da SulAmérica, quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro, lançados pela mesma autoridade tributária.

**3.9. Provisões técnicas de contratos de seguros**

As provisões técnicas são constituídas nas controladas operacionais de acordo com normas da SUSEP e da ANS, conforme o caso, e estão ajustadas nas demonstrações financeiras consolidadas nos seguintes aspectos:

- Os montantes referentes às despesas de sinistros alocadas direta e indiretamente, respectivamente ALAE e ULAE estão registrados na Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) e na Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (Incurred But Not Reported - IBNR);
- Manutenção, nas demonstrações consolidadas, de Provisão de Insuficiência de Contribuição (PIC) para cobrir eventuais deficiências na expectativa de mortalidade;
- Emissões antecipadas não são consideradas como prêmios emitidos nestas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não afetam a Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG);
- Os demais custos diretamente relacionados ao processo de angariação de contratos de seguros (INSS sobre comissão de corretagem, inspeção de risco, bônus de produção, custos de terceiros e despesas de pessoal) são diferidos de forma linear, pelo prazo médio de vigência dos contratos de seguros;
- A Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados para casos judiciais não é contabilizada nas controladas reguladas pela ANS, como determina o regulador.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a provisão é registrada de acordo com metodologia e premissas próprias descritas na nota 3.9.4.;

- A Provisão para Prêmios ou Contribuições Não Ganhos (PPNG) é calculada nas controladas reguladas pela ANS, conforme determinam as normas desse órgão regulador. Nas demonstrações financeiras consolidadas, essa provisão é recalculada e está registrada de acordo com metodologia da SUSEP, visando uniformizar a prática contábil; e
- O teste de adequação de passivos nas demonstrações financeiras consolidadas observa as melhores práticas consideradas pela Administração no que se refere a premissas e metodologia. Possíveis inadequações são registradas na Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

**3.9.1. Provisão para Prêmios Não Ganhos (PPNG)**

Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de saúde e pessoas, a PPNG é constituída pelo método pro rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais, multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco.

**3.9.2. Provisão para Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes mas Não Emitidos (PPNG - RVNE)**

Para os contratos de cobertura de risco de previdência e seguros de pessoas, a PPNG-RVNE é constituída para apurar a parcela de prêmios ainda não ganhos, relativa às apólices ainda não emitidas, cujos riscos já estão vigentes. A provisão é calculada a partir de um fator esperado de atrito, determinado trimestralmente em função do prêmio mensal emitido.

**3.9.3. Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**

**Processos administrativos**

PSL é constituída para a cobertura dos valores a pagar por sinistros já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo:

- Para o segmento de Pessoas, a PSL é constituída pelo valor dos sinistros avisados até a data-base, adicionada à PSL em bases individuais, por sinistro avisado, é registrado um valor adicional calculado com base na estimativa total de sinistros, metodologia conhecida como IBNP. Depois de apurado, o valor do ajuste é classificado proporcionalmente, parte como PSL e parte como IBNR, conforme descrito na nota 3.10.4;
- Para o segmento Saúde, a PSL é constituída pelo valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada à ALAE, calculada com base nos avisos de sinistros; e
- As despesas referentes à gestão da regulação de sinistros que não são alocadas individualmente (ULAE).

**Processos judiciais**

Provisões de sinistros a liquidar relacionadas a processos judiciais são estimadas e contabilizadas com base na opinião do Departamento Jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração, considerando a respectiva estimativa de perda. No caso de processos judiciais de massa, a provisão de sinistros a liquidar leva em consideração fatores calculados por probabilidade de perda, a partir da relação dos valores despensados com processos encerrados nos últimos meses e as seus correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. Para os processos judiciais de características singulares e relevantes, a PSL Judicial corresponde a 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais de perda para os casos com probabilidade de perda provável.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e juros de 10,79% ao ano (10,71% em 2020), baseado no histórico de pagamentos de juros observados.

As provisões e os honorários de sucumbência referentes às causas de natureza cível relacionadas às indenizações contratuais de sinistros estão contabilizadas na rubrica "Provisões técnicas - seguros", no passivo circulante e no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, e podem ser atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) ou Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e juros de 6% ao ano.

**3.9.4. Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR)**

**Processos administrativos**

A IBNR é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e considera:

- Para os ramos de seguros de pessoas, a provisão de IBNR é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos, mas ainda não avisados. A IBNR é calculada a partir de métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de run-off, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos avisos de sinistros para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito por montante de sinistros e utiliza 140 meses, buscando uma metodologia melhor adaptável às características dos ramos dos contratos. Ao montante calculado, é registrado um valor adicional referente a estimativa de desenvolvimento dos sinistros após o aviso com base na metodologia conhecida como IBNP, que considera a estimativa total de sinistro obtida por métodos estatístico-atuariais similares ao IBNR; e
- Para o ramo de seguro de saúde, a IBNR é constituída com base no IBNP subtraído da PSL. Para apurar o IBNP é calculada a estimativa final de sinistros já ocorridos e ainda não pagos com base em triângulos de run-off mensais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos nos últimos 36 meses, adicionado da ALAE, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.

A ULAE da IBNR é calculada para todos os ramos de atuação das controladas que operam com seguros e previdência.

**Processos judiciais**

A IBNR referente às demandas judiciais é constituída para dar cobertura aos sinistros ocorridos e ainda não citados que, com base na experiência histórica, geram desembolsos financeiros na esfera judicial. A provisão independe do fato desses sinistros terem sido negados com embasamento técnico pelas controladas, ou ainda, não terem sido avisados em função do segurado ou terceiro ter decidido entrar diretamente na justiça sem antes pleitear a indenização junto à Companhia.

Para o ramo de pessoas a provisão de IBNR judicial é calculada com base no método conhecido como triângulos de run-off, considerando o desenvolvimento semestral histórico das citações dos sinistros judiciais para estabelecer uma projeção futura para cada período de ocorrência. Tal desenvolvimento é realizado por quantidade de sinistros, sendo posteriormente multiplicado pelo valor médio de sinistro.

Para os ramos de saúde a metodologia de cálculo é baseada na quantidade de recusadas observadas na data-base de cálculo, no percentual de retorno dos casos recusados administrativamente, e no valor médio dos sinistros judiciais registrados.

**3.9.5. Provisão Matemática de Benefícios a Conceder (PMBAC)**

A PMBAC é relativa aos contratos de previdência complementar, seguros de vida com cobertura por sobrevivência e seguros de vida individual no regime de capitalização, abrangendo os compromissos assumidos com os participantes/segurados enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício. A PMBAC é calculada com base nas movimentações financeiras de cada participante. A alocação contábil no passivo circulante e não circulante tem como base o fluxo de caixa projetado de benefícios a pagar para os próximos exercícios, que considera premissas atuariais, tais como tabela de sobrevivência, taxas de cancelamento e idade de entrada em aposentadoria ou baseado na experiência histórica observada nos últimos anos para as baixas das reservas.

**3.9.6. Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBE)**

A PMBE é relativa aos contratos de previdência complementar, seguros de vida com cobertura por sobrevivência e saúde correspondendo ao valor dos benefícios cujo evento gerador tenha ocorrido e tenha sido avisado.

A PMBE relativa aos contratos de previdência complementar e seguros de vida com cobertura por sobrevivência é calculada com base na expectativa de benefícios futuros, descontada pela taxa de juros dos contratos para a data-base das demonstrações financeiras e estimada a partir da garantia contratada de tabela de sobrevivência.

A PMBE para os ramos de saúde é constituída para a garantia existente em alguns contratos dos benefícios de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato (máximo de 5 anos) em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada considerando a expectativa de vida dos beneficiários e juros de 6% ao ano, conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS.

**3.9.7. Provisão para Insuficiência de Contribuição (PIC)**

Para os contratos de previdência complementar, esta provisão visa cobrir possíveis deficiências na expectativa de sobrevivência para a PMBAC e PMBE. Tais deficiências são apuradas através de cálculos que levam em consideração a projeção dos fluxos de recebimento de contribuições e de pagamento de benefícios. Para a elaboração das projeções, são consideradas pressões, sendo as mais importantes a sobrevivência dos participantes, apurada com base na tabela de sobrevivência BR-EMS e a persistência esperada dos participantes na carteira. A provisão é constituída quando o saldo das provisões se mostra contratual de cada apólice para a data-base do cálculo.

**3.10. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT)**

O CPC 11/IFRS 4 requer que as seguradoras e operadoras que emitam contratos classificados como contratos de seguro, analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente.

O resultado do LAT é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de comercialização diferidos e dos ativos intangíveis diretamente ligados às provisões técnicas.

Quando aplicável, deficiências encontradas no LAT são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado.

**Resultado do cálculo do LAT**

Para os contratos de previdência e seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL), o resultado do LAT é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e o saldo contábil da PMBE, PMBAC, Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) e da PIC. A estimativa de sobrevivência utilizada é a tabela de sobrevivência BR-EMS e para as estimativas de conversão em renda vitalícia, cancelamento e resgate são utilizadas premissas realistas.

Os fluxos de caixa são descontados pela taxa interna de retorno dos ativos relacionados. O resultado do LAT demonstra suficiência de provisões, portanto não há necessidade de constituição adicional.

Alguns contratos de seguro de vida com a figura de estipulante e sem reenquadramento de prêmios por faixa etária atingida, para fins de aplicação do LAT, foram agrupados com os contratos de seguro de pessoas e previdência em regime de repartição, conforme requerido nas Circulares SUSEP nº 543/2016 e 583/2018, cujo prazo de implementação era até 31 de dezembro de 2019, por se tratarem de contratos que apresentam riscos similares (cobertura de morte e invalidez) e que são gerenciados em conjunto.

Diante do exposto, o resultado do LAT, para todos os contratos mencionados anteriormente, apresentou suficiência de provisões e por esse motivo não há necessidade de constituição da PCC.

Conforme requerido pelo IFRS 4, o teste de adequação do passivo deve considerar de forma agregada os contratos que estão sujeitos a riscos semelhantes e são administrados em conjunto, desta forma para apuração do LAT relacionado às carteiras de saúde foram consideradas, de forma agregada, os contratos das seguintes modalidades: (i) individual, (ii) coletiva empresarial acima de 100 vidas, (iii) coletiva por adesão e (iv) coletiva empresarial até 99 vidas. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa das receitas e das despesas futuras, deduzida dos custos de aquisição diferidos. O resultado do LAT demonstra adequação, não havendo necessidade de constituição adicional.

Para as demais operações de seguros também é realizado o LAT que aponta adequação das provisões e, portanto, não há necessidade de constituição adicional.

**3.11. Provisões para ações judiciais**

A Companhia e suas controladas constituem provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhados pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia e de suas controladas.

**3.11.1. Cíveis e trabalhistas**

No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia ou de suas controladas e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despensados com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda, o desembolso financeiro e o grupamento do ramo do seguro envolvido, quando aplicável. Caso o processo judicial cível seja classificado como especial, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Especiais da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, dada a individualidade e particularidade destas ações, não é possível basear as provisões nos valores já despensados em outros casos.

A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como especiais em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido.

Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais. Os processos cíveis são atualizados mensalmente pelo IPCA, com incidência de juros de 10,79% ao ano (10,71% em 2020). Já os processos trabalhistas são atualizados considerando o índice de correção monetária individualizado por processo, de acordo com as regras de modulação estabelecidas pelo STF. Neste caso, os processos podem ser atualizados apenas pela SELIC, ou pelos índices IPCA-E, INPC ou TR, com incidência de juros de 10,79% ao ano (10,71% em 2020). Os processos previdenciários, por sua vez, são atualizados apenas pela SELIC.

As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões judiciais".

Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, e pela taxa da SELIC para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente.

**3.11.2. Fiscais**

As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente, conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. Nestes termos, provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, sob rubrica "Provisões judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal são provisionados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica de "Contas a pagar". Os valores relativos às demais obrigações presentes, em que seja provável a saída de recursos, estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente.

**3.12. Benefícios pós-emprego**

Os benefícios compreendem o Plano de Contribuição Definida, por intermédio do Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), o Benefício de Renda Vitalícia, o Programa de Indenização por Executivos, Seguro Saúde e Seguro de Vida.

Os custos com o PGBL são reconhecidos nos resultados pelo valor das contribuições efetuadas. Os compromissos com os beneficiários de renda vitalícia, com o programa de indenização de executivos, com seguro saúde e seguro de vida são provisionados pelo regime de competência, com base em cálculos atuariais, de acordo com o Método da Unidade de Crédito Projetada e outras premissas atuariais.

**3.13. Plano de incentivos baseado em ações**

A Companhia adota um plano de incentivos que os respectivos valores justos são calculados na data anterior da outorga e de acordo com a metodologia aprovada. O registro contábil é efetuado, na data anterior da outorga, na rubrica "Despesas administrativas", com correspondente aumento no Patrimônio líquido, na rubrica "Reservas de capital", pelo período em que os beneficiários adquirem incondicionalmente o direito às units (vide nota 23.2).

**3.14. Dividendos**

Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração, ao apreciar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pelo Conselho de Administração é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras.

**3.15. Resultado por ação**

O resultado por ação é calculado com base no lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas e considera a média ponderada da base de ações em circulação durante o exercício e as metodologias de cálculo denominadas: "básico" e "diluído".

O cálculo da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais considera:

- O cálculo baseado na média diária;
- A média ponderada das ações ordinárias e preferenciais, deduzida do número total de ações em tesouraria; e
- As quantidades das concessões e cancelamentos emitidos para os incentivos em ações de emissão da Companhia, durante o exercício, no ajuste da média ponderada.

**3.16. Informações por segmento de negócios**

A apresentação por segmentos de negócios (nota 25) leva em consideração a estrutura utilizada pela Administração na análise de resultado para a tomada das decisões, na composição e apresentação dos segmentos em relatórios internos com características, riscos e retornos semelhantes entre eles, e a relevância dessas informações. Os segmentos de negócios reconhecidos pela Administração são:

**Saúde**

O segmento é formado pelos planos administrados e seguros de saúde e odontológico, que são divididos em "grupal" e "individual".

O grupo abrange o seguro e plano de saúde e também o plano odontológico. É um segmento voltado para pequenas, médias e grandes empresas. Os produtos disponíveis possuem condições diferenciadas, atendendo ao perfil de cada empresa.

O individual atende a pessoa física e possui características padronizadas.

**Pessoas**

O segmento "Pessoas" é formado pelos seguros de vida e previdência.

O seguro de vida é composto por seguro de vida individual e grupal e acidentes pessoais, individual e coletivo. O conjunto de coberturas definido e os prêmios pagos variam de acordo com o perfil e o objetivo de cada segurado ou grupo de segurados.

A previdência é um produto no qual o cliente escolhe um perfil que se identifique (moderado, agressivo e conservador) e faz seus aportes, com base no montante que deseja ter na aposentadoria. As formas de pagamentos dos benefícios são negociadas no momento da aposentadoria.

**Gestão e administração de ativos**

Resultados de atividades financeiras, operadas pelas controladas SAMI e SAGA, e as despesas e receitas alocadas às unidades corporativas de apoio.

**Outros**

Outros Seguros Habitacional e massificados que se encontram em fase de descontinuação, receitas e despesas alocadas às unidades corporativas de apoio, e ajustes e eliminações das operações entre os segmentos do grupo, conforme citada na nota 4.3 (a).

**3.17. Demonstrações de valor adicionado**

As demonstrações de valor adicionado foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas (que no IFRS representam informação financeira adicional) e individuais (que no BR GAAP são mandatórias para as companhias abertas).

**3.18. Classificação dos contratos**

A SulAmérica analisa seus contratos através de processo estruturado, buscando a identificação da essência de cada uma das operações e de componentes existentes nesses contratos, cujas normas exigem tratamento contábil diferenciado ao do contrato em alguns casos, como por exemplo os derivativos embutidos, os componentes de depósito e participações discionárias, previstos na norma CPC 11/IFRS 4, para que possa ser feito o devido registro contábil de cada um dos contratos e componentes.

Os contratos de seguros são aqueles onde uma seguradora aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar o beneficiário no caso de um acontecimento futuro incerto, específico e adverso. Os contratos de resseguro também estão inseridos nesse contexto. Estes contratos estão sendo registrados conforme a norma CPC 11/IFRS 4 nestas demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros não transferem risco de seguro significativo e são registrados de acordo com a norma CPC 28/IAS 39, caso dos produtos de capitalização.

Os contratos de arrendamento estão sendo classificados de acordo com norma IFRS 16/ CPC 06(R2) em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, onde o arrendatário reconhece um ativo representado pelo direito de uso do ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento, os valores das depreciações desses ativos e os juros sobre as obrigações estão sendo reconhecidas no resultado. Os contratos de curto prazo e itens de baixo valor estão sendo reconhecidos no resultado conforme isenção contida na norma.

**3.19. Estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as IFRS e o CPC requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, a probabilidade de êxito nas ações judiciais e ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais, da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros e demais saldos sujeitos a esta avaliação.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Valor justo dos equivalentes de caixa (nota 7);
- Valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através do resultado e disponíveis para a venda (notas 6 e 8);
- Provisões de créditos de liquidez duvidosa (nota 9);
- Provisão do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (nota 9.1.2.);
- Créditos e débitos tributários (nota 10);
- Custos de comercialização diferidos (nota 12);
- Provisões para impairment (nota 16);
- PSL e IBNR (nota 21);
- Obrigações fiscais (nota 22.2.1.); e
- Provisões judiciais (nota 22.2.2.).

**3.20. Normas e interpretações novas e revisadas**

**3.20.1. Normas internacionais (IFRS) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

**Adoção e seus impactos na SulAmérica, quando permitida às demonstrações financeiras, das normas novas e revisadas que não tiveram efeito material ou não foram adotadas em função de isenções opcionais temporárias contidas nas IFRS.**

**Isenção opcional temporária para a aplicação do CPC 48**

Em 21/12/2017, o CPC, pela divulgação da Revisão 12 – Revisão de Pronunciamentos Técnicos, aprovada pela CVM, efetuou alterações no CPC 11, para adequar as datas de adoção efetivas do CPC 48 e o novo padrão contábil para contratos de seguros (IFRS 17), emitido pelo IASB e ainda não foi recepcionado pela SUSEP e/ou ANS.

O CPC 48 trata da contabilização de instrumentos financeiros. No entanto, para a companhia que atenda certos critérios determinados nesta alteração, é proporcionada uma alternativa de isenção temporária que permite, mas não exige que a companhia aplique o CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração, em vez do CPC 48, para períodos anuais até 1º de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelos órgãos reguladores.

Uma companhia pode aplicar a isenção temporária do CPC 48 se, e somente se: (a) não tiver aplicado anteriormente qualquer versão do CPC 48, a não ser os requisitos para a apresentação de ganhos e perdas em passivos financeiros designados como valor justo por meio do resultado; e (b) as suas atividades sejam predominantemente relacionadas com seguro, na data do seu relatório anual que precede imediatamente 1º de abril de 2016, ou em data posterior da apresentação de relatório anual.

Durante 2017 a SulAmérica efetuou uma avaliação de tais alterações e concluiu, nos termos do CPC 11, que suas atividades são predominantemente relacionadas com seguros em 31 de dezembro de 2015, pelos motivos a seguir apresentados: (a) o valor contábil de seus passivos decorrentes de contratos dentro do âmbito do CPC 11, é significativo em comparação com a quantia total escriturada de todos seus passivos; e (b) a porcentagem do valor contábil total de suas obrigações relacionadas com seguro em relação ao valor contábil total de todos os seus passivos era de 81% e a seguradora não se envolveu em atividades significativas não relacionadas com seguros. Desta forma, com base nas avaliações realizadas, a Companhia optou pela isenção temporária na adoção do CPC 48, e será implementado quando o IFRS 17 entrar em vigor.

As atividades que não são relacionadas a seguros na SulAmérica são representadas, principalmente, por: gestão e administração de ativos, capitalização (taxa de carregamento), operações de assistência à saúde (saúde administrado), prestação de serviços odontológicos em empresas (disponibilização de dentistas – In Company) e prestação de serviços administrativos na emissão de apólices, regulação de sinistros entre outros prestados a outras seguradoras. Tais atividades representam aproximadamente 1% da receita total bruta da SulAmérica, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

O valor justo em 31/12/2020 e em 31/12/2021 e por consequência a variação de tal valor justo, para os ativos financeiros com termos contratuais que dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto, exceto qualquer outro ativo financeiro cujo resultado seja determinado pela definição de mantidos para negociação, estão apresentados nas notas 8.1 e 8.2 nas classificações: disponível para venda e mantidos até o vencimento.

**Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2021 e não adotadas de forma antecipada pela SulAmérica**

Espera-se que a norma a seguir possa ter impacto nas demonstrações financeiras da SulAmérica no período de adoção inicial.

• CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023, em relação a essa norma a Administração está avaliando os impactos. A Companhia adotará o IFRS 9 quando o IFRS 17 entrar em vigor.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da SulAmérica ou não são aplicáveis às suas operações.

- Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao IAS 1) – Em vigor a partir de 01/01/2023;
- Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16) – Em vigor a partir de 01/01/2022; e
- Contratos Onerosos - Custo de Cumprir um Contrato (alterações ao IAS 37) – Em vigor a partir de 01/01/2022.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**3.21. Operações descontinuidas**

Conforme orientação do CPC 31, a Companhia classifica um ativo ou grupo de ativos não circulantes mantidos para venda, se o seu valor contábil for recuperado por meio de uma transação de venda e não pelo seu uso contínuo. Desta forma, este ativo ou grupo de ativos deve estar disponível

# Confiamos no futuro, INVESTIMOS no PRESENTE



Sul América adquire um novo centro médico ainda em construção em São José dos Pinhais (PR) que ampliará a capilaridade e capacidade de atendimento na região. A aquisição da Paraná Clínicas representa um importante movimento para reforçar a posição e relevância da Sul América no Sul do Brasil. A operação foi mensurada pelo valor justo e divulgada como combinação de negócios, conforme o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios.

### Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Paraná Clínicas e GNI22 na data-base da aquisição, é apresentado da seguinte forma:

Paraná Clínicas	
<b>Ativos</b>	<b>Valor justo reconhecido na aquisição</b>
Caixa e equivalentes de caixa	8.148
Aplicações financeiras	61.892
Créditos de contraprestações a receber	3.530
Outros recebíveis	82
Créditos tributários	14.781
Bens e títulos a receber	4.654
Despesas diferidas	44
Despesas antecipadas	170
Depósitos judiciais e fiscais	16.285
Investimentos	4
Imobilizado (a)	20.159
Intangível (b)	83.582
<b>Total dos ativos</b>	<b>213.331</b>
<b>Passivos</b>	
<b>Provisões técnicas</b>	<b>42.554</b>
Operadoras de planos de assistência à saúde	226
Débitos de operações de assistência à saúde	2.814
Outros débitos não relacionados com planos de saúde da operadora	741
Empréstimos e financiamentos	1.161
Tributos e encargos sociais a recolher	1.740
Provisão para imposto de renda e contribuição social a recolher	6.358
Provisões judiciais	14.825
Tributos e contribuições diferidos (c)	32.737
Débitos diversos	4.292
<b>Total dos passivos</b>	<b>107.448</b>
<b>Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo</b>	<b>105.883</b>
<b>Agio na aquisição</b>	<b>284.701</b>
<b>Total da contraprestação</b>	<b>390.584</b>

GNI22 (d)	
<b>Ativos</b>	<b>Valor justo reconhecido na aquisição</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2
Outros créditos	6
Investimento para venda	8.812
<b>Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo</b>	<b>8.820</b>
<b>Agio na aquisição</b>	<b>38</b>
<b>Total da contraprestação</b>	<b>8.858</b>

(a) Mais valia identificada na apuração do valor justo do imobilizado adquirido no valor de R\$11.808, composto da seguinte forma: (i) através da metodologia de comparativo direto de dados de mercado, foi reconhecido o valor de R\$9.445 em terreno; (ii) R\$1.105 em edificações, pela metodologia do custo de reprodução ou reposição; (iii) R\$720 em máquinas e equipamentos pela metodologia de custo de reprodução ou reposição, e comparativo direto de dados de mercado; (iv) R\$109 em veículos pela metodologia de comparativo direto de dados de mercado; e (v) R\$429 em outros grupos de ativos, na sua maioria através da metodologia do custo de reposição e alguns pelo método comparativo com dados de mercado.W

(b) O montante de R\$82.143 relativos a ativos intangíveis reconhecidos na combinação de negócios, foi ajustado em R\$280 no 1º trimestre de 2021 em função da reavaliação da vida útil de determinados ativos intangíveis, totalizando R\$82.423, composto pelos seguintes itens: (i) R\$12.804 referentes a relacionamento com cliente – empresas e individual, com prazo de amortização estimado em 7,3 anos e 19,3 anos, respectivamente, através da metodologia Multi-Period Excess Earnings; (ii) R\$65.871 de marca, utilizando a metodologia de avaliação Relief from Royalties, com vida útil remanescente de 44,3 anos; (iii) R\$2.444 relativo a contrato vantajoso, pela metodologia de avaliação With / Without que será amortizado em 2 anos; e (iv) R\$1.304 de acordo de não competição, através da metodologia de avaliação With / Without, com prazo de amortização de 4,76 anos.

(c) R\$32.037 referente ao efeito fiscal sobre os ativos identificados mencionados nas letras “(a)” e “(b)”.  
(d) Em 27 de abril de 2021, a GNI22 realizou a venda do terreno contendo um prédio em construção para a Paraná Clínicas, pelo seu valor contábil no montante de R\$11.389. Em 30 de abril de 2021, a SAEPAR adquiriu 100% das quotas da GNI22, tornando-se sua controladora direta, pelo preço certo e irrevogável de R\$11.804, determinado com base no valor de Patrimônio Líquido da companhia na data da operação. Em 31 de maio de 2021, a GNI22 foi incorporada pela SAEPAR a fim de simplificar a estrutura societária das sociedades envolvidas, trazendo benefícios de ordem administrativa e econômica, com a redução de custos.

O agio por expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$284.924 reconhecido inicialmente na data de aquisição, foi ajustado no 1º trimestre de 2021, em função da reavaliação de mais valia de ativos intangíveis, conforme citado anteriormente nas letras “(b)” e “(c)”, alterando seu valor líquido dos efeitos tributários em R\$185, passando a totalizar R\$284.701. Conforme item 46 do CPC 15 (R1), durante o período de um ano, denominado de período de mensuração, a Companhia pode ajustar ou reconhecer novos ativos e passivos de forma retrospectiva, em função de nova informação obtida acerca de fatos e circunstâncias já existentes na data de aquisição.

O valor justo na Paraná Clínicas foi estimado aplicando taxa de desconto sobre o fluxo de caixa. A estimativa de valor justo se baseou na taxa de desconto de 12,39%, conforme o Purchase Price Allocation (PPA).

### Análise do fluxo de caixa da aquisição

Custos da transação da aquisição (incluídos no fluxo de caixa das atividades operacionais) (1.731)  
Caixa líquido adquirido da controlada (incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento) 8.150

**Fluxo de caixa líquido da aquisição 6.419**

### 4.5. Fundos de investimentos exclusivos

As demonstrações financeiras dos fundos de investimentos dos quais a Companhia e suas controladas são cotistas exclusivas são consolidadas a partir da data da aquisição do controle e até que este controle seja extinto.

A tabela a seguir relaciona os fundos de investimentos cujas controladas são cotistas exclusivas e que, por isso, integram as demonstrações financeiras consolidadas:

Cotista	Fundos exclusivos	CNPJ	Legenda
SULASEG	MULTIGESTORES PREV SUL AMÉRICA EXCLUSIVO COM RENDA VARIÁVEL FI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	23.748.493/0001-48	(a)
SULASEG	JGP SULAMÉRICA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	22.759.978/0001-74	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA FIX 100 III FICFI RENDA FIXA	17.797.527/0001-91	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA FIX 100 VII FICFI RENDA FIXA	19.040.239/0001-13	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA PRESTIGE INFLATIE I FICFI RENDA FIXA	17.797.568/0001-88	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA MIX 30 V FICFI MULTIMERCADO	17.797.444/0001-00	(a)
SULASEG	SUL AMERICA BRASIL PLURAL FDO DE INVEST EM COTAS DE FDO DE INVEST RENDA FIXA II CRÉDITO PRIVADO	23.502.688/0001-03	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA BRASIL PLURAL FICFI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	23.502.671/0001-56	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA MIX 15 III FICFI MULTIMERCADO	17.797.410/0001-08	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA MIX 15 V FICFI MULTIMERCADO	17.797.418/0001-74	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA MIX 30 III FICFI MULTIMERCADO	17.797.436/0001-56	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA MIX 49 IV FICFI MULTIMERCADO	17.797.524/0001-58	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA MULTICARTEIRA PREV II FICFI MULTIMERCADO	17.797.565/0001-44	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA PRESTIGE STRATEGIE FICFI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	19.959.552/0001-50	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA VOO LIVRE PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	20.889.498/0001-00	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA PRESTIGE TOTAL PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.255.292/0001-55	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA SAGE PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.823.011/0001-13	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA SHELL PREV 49 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	20.789.994/0001-84	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA SHELL PREV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	20.789.951/0001-07	(a)
SULASEG	TURNAROUND PREV SULAMÉRICA EXCLUSIVO FI MULTIMERCADO	23.502.637/0001-81	(a)
CIA SAÚDE	SUL AMÉRICA CAMBIAL FUNDO DE INVESTIMENTO	10.399.849/0001-33	(a)
SULASEG	SUL AMÉRICA SAP CONCEDIDOS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.004.427/0001-56	(a)
SULASEG	SUL AMÉRICA EFFECTUS PREV FI MULTIMERCADO	11.314.728/0001-04	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA EQUIPE PREV FI MULTIMERCADO	13.255.292/0001-88	(a)
SULASEG	SUL AMÉRICA ESPECIAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	02.127.428/0001-25	(a)
SULASEG	SUL AMÉRICA SAP GRUPAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	02.498.201/0001-96	(a)
SULASEG	SULAMERICA FIX 100 II FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.738.195/0001-22	(a)
SULASEG	SUL AMÉRICA FUTURE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	13.255.321/0001-89	(a)
SULASEG	SULAMERICA MIX 49 I FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.616.035/0001-00	(a)
SULASEG	SULAMERICA MIX 30 IV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.061.652/0001-97	(a)
SULASEG	SULAMERICA FIX 100 VI FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.738.201/0001-41	(a)
Diversos (**)	GRUPAL CASH FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	08.648.673/0001-64	(a)
SULASEG	SULAMERICA FIX 100 V FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.077.322/0001-27	(a)
SULASEG	SULAMERICA FIX 100 IV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	04.056.135/0001-20	(a)
SULASEG	SULAMERICA MIX 15 IV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	03.077.193/0001-77	(a)
SULASEG	SUL AMÉRICA SAP INDIVIDUAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	05.549.144/0001-15	(a)
SULASEG	SUL AMÉRICA PRESTIGE INFLATIE FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	13.768.597/0001-60	(a)
SULASEG	SULAMERICA MIX 20 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	03.307.621/0001-00	(a)
SULASEG	SULAMERICA MIX 40 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	04.484.351/0001-76	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA MULTICARTEIRA PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO PARTICIPAÇÕES CASH FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO COM INVESTIMENTO NO EXTERIOR	08.702.303/0001-68	(a)
SANTA CRUZ	SULAPREVI INDIVIDUAL FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	09.637.456/0001-31	(a)
SULASEG	SUL AMÉRICA PRESTIGE PREV FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	05.508.431/0001-87	(a)
SULASEG	SAS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	10.394.850/0001-75	(a)
SULASEG	SAS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.182.384/0001-07	(a)
Diversos (***)	SUL AMÉRICA SAS CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	05.508.529/0001-34	(a)
Diversos (*)	SANTANDER FUNDO DE INVESTIMENTO SAS CASH RENDA FIXA	10.979.008/0001-03	(a)
CIA SAÚDE	SASA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES COM INVESTIMENTO NO EXTERIOR	08.637.022/0001-79	(a)
SULASEG	SULAPREVI CONCEDIDOS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.181.085/0001-40	(a)
NOVA SULAMED	SULACAP MASTER II FI RENDA FIXA	03.707.168/0001-20	(a)
SULASEG	SULAMERICA FIX 100 FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	03.077.330/0001-73	(a)
SULASEG	SULAMERICA MIX 49 FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	02.811.681/0001-01	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA TI PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	10.383.755/0001-76	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA FIX 100 PLUS FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	20.889.471/0001-00	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA IBIUNA LONG BIASED PREV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	29.091.168/0001-21	(a)
SULASEG	SUL AMÉRICA CONC FII MULTIMERCADO	28.516.239/0001-38	(a)
SULASEG	CONSTELLATION SULAMÉRICA PREV FI MULTIMERCADO	29.092.136/0001-50	(a)
SULASEG	ATSU PREV SULAMERICA FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	28.516.138/0001-67	(a)
SULASEG	SAFARI SULAMERICA PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	28.516.168/0001-73	(a)
SULASEG	ARX SULAMERICA K2 INFLAÇÃO CURTA PREV FICFI MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO	33.701.805/0001-11	(a)
SULASEG	PANDHORA SULAMERICA PREV I FI MULTIMERCADO	35.587.673/0001-74	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA PREV MODERADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	34.567.300/0001-79	(a)
SULASEG	SULAMÉRICA PREV ARROJADO FICFI MULTIMERCADO CRÉDITO	39.598.239/0001-40	(b)
SULASEG	SULAMÉRICA SOBERANO PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA	36.935.458/0001-80	(b)
SULASEG	SULAMÉRICA OCCAM PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	39.599.654/0001-19	(b)
SULASEG	SULAMÉRICA PANAMBY INNO PREV FIE I FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	39.598.187/0001-02	(b)
SULASEG	SULAMÉRICA ADAM PREV FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	39.599.579/0001-96	(b)
SULASEG	SULAMÉRICA PREV JGP 70 ESG FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO	38.082.985/0001-14	(b)
SULASEG	SULAMÉRICA PREV CONSERVADOR FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	35.589.502/0001-84	(b)
SULASEG	SULAMÉRICA PREV CRÉDITO ESG FI RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	19.922.130/0001-00	(b)

(a) Fundos exclusivos que fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas nas datas-base de 31/12/2021 e 2020;  
(b) Fundos exclusivos que fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas nas datas-base de 31/12/2021;  
(\*) Este fundo de investimento tem como cotistas as companhias SASA, SULASEG, SULAODONTO, TRADITIO, SAMI, SAGA, CIA. SAÚDE, SAEPAR, SANTA CRUZ, SULAMED, RIOSCAP, DOCWAY, PARANÁ CLÍNICAS e PRODENT.  
(\*\*) Este fundo de investimento tem como cotistas as companhias SULASEG, TRADITIO, CIA. SAÚDE, SULAODONTO, SULAMED, PRODENT, RIOSCAP e PARANÁ CLÍNICAS; e  
(\*\*\*) Este fundo de investimento tem como cotistas as companhias SASA, SANTA CRUZ e SAH.

### 5. Gestão de riscos

O processo de gestão de riscos (“Enterprise Risk Management – ERM”) da Sul América tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigente.

A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma:

### Identificação dos riscos e controles

Processo de identificação, controle e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos;

### Quantificação dos riscos

Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos;

### Resposta aos riscos

De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigente, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e

### Monitoramento e reporte

As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios elaborados pela área de riscos corporativos, a qual os reporta às Unidades de Negócio, ao Comitê de Riscos (CoRI), Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e Conselho de Administração, de acordo com periodicidade mínima pré-definida ou sempre que julgar necessário.

Adicionalmente, a Sul América, para cada uma de suas controladas, a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos respectivos reguladores. Com o objetivo de complementar esta avaliação e de acordo com as melhores práticas de gestão de riscos, a Sul América possui modelos internos próprios para apuração do capital econômico para as suas principais linhas de negócio e categorias de riscos, observando, desta forma, independente do capital regulatório, sua própria estimativa de capital baseado em risco.

As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Conselho de Administração, que também tem como responsabilidade definir o Apetite a Riscos da Companhia. O Apetite a Riscos tem por objetivo criar fronteiras para assunção dos riscos pela Companhia, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites.

É papel do Comitê de Riscos e da Divisão de Riscos Corporativos, reportar ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, na periodicidade definida pelos mesmos, os resultados e desenvolvimentos do programa de gestão de riscos corporativos.

O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na Sul América, além de ser o elo com o regulador cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Sul América.

A área de controles internos sob a responsabilidade do Gestor de Riscos da Sul América tem a função de realizar avaliações contínuas, através de testes de eficácia, para se certificar da presença e do funcionamento dos controles.

O programa de gestão de riscos da Sul América está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (The Institute of Internal Auditors), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha.

Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da Sul América. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna da primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha).

Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na Sul América.

O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Sul América está exposta. A Sul América desenvolveu dicionário próprio de risco a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos de subscrição, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais.

As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Sul América e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

### 5.1. Concentração das operações

Com presença em todo território nacional, a Sul América apresenta maior concentração no segmento de Saúde e na região Sudeste, de forma consistente com a distribuição e localização do polo econômico do Brasil. As operações da Sul América contam com um amplo perfil de produtos focados na saúde integral de seus clientes, abrangendo não só saúde física, mas também emocional e financeira.

Em 31/12/2021, a Sul América registrou um total de receitas, brutas de impostos, de R\$20.979.244 (R\$20.136.547 em 2020), distribuídas nas seguintes linhas de negócios:

Recargas operacionais	2021		2020	
	Receita	%	Receita	%
Saúde	19.497.161	92,93%	18.579.155	92,26%
Pessoas	530.028	2,53%	505.712	2,51%
Previdência privada	786.622	3,75%	892.322	4,43%
Capitalização	-	0,00%	3.861	0,02%
Operações de assistência à saúde	87.402	0,42%	81.962	0,41%
Gestão de ativos	78.031	0,37%	73.535	0,37%
<b>Total</b>	<b>20.979.244</b>	<b>100,00%</b>	<b>20.136.547</b>	<b>100,00%</b>

A tabela a seguir apresenta a distribuição regional destas receitas:

Região	2021		
	Saúde	Pessoas	Outros
Sudeste	78,04%	67,06%	63,79%
Sul	3,90%	17,43%	18,24%
Nordeste	12,46%	7,67%	12,33%
Norte	1,04%	1,22%	1,59%
Centro-Oeste	4,56%	6,62%	3,95%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Região	2020			
	Saúde	Pessoas	Capitalização	Outros
Sudeste	78,05%	63,94%	61,58%	67,02%
Sul	3,14%	18,45%	18,03%	12,45%
Nordeste	12,65%	9,00%	3,10%	12,40%
Norte	0,90%	0,95%	7,10%	1,08%
Centro-Oeste	5,26%	7,66%	10,19%	7,05%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

# Confiamos no futuro, INVESTIMOS no PRESENTE



## 5.2.2. Riscos de inadequação das provisões técnicas

A gestão das provisões técnicas constituídas é um processo contínuo coordenado pelo departamento atuarial corporativo através de metodologias específicas e internacionalmente consagradas, adaptadas para as características de cada um dos produtos, comportamento dos clientes e processos de regulação de sinistros administrativos e judiciais.

Para gestão dos riscos envolvidos neste processo, a Sul América conta com diversas técnicas que visam revisar premissas e procedimentos de cálculo que possam gerar falhas no processo de tomada de decisão, entre elas podem-se destacar:

- Testes de consistência das metodologias de constituição de provisões; e
- Avaliação prospectiva quanto à adequação das provisões técnicas.

A evolução das provisões de sinistros contabilizadas é apresentada na tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento, até a data-base destas demonstrações financeiras, dos sinistros ocorridos em relação a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores.

A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

Ano	Consolidado									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Provisão de sinistros contabilizada</b>	<b>1.748,81</b>	<b>2.058,24</b>	<b>2.386,44</b>	<b>2.467,10</b>	<b>2.515,57</b>	<b>2.769,65</b>	<b>3.037,53</b>	<b>3.286,66</b>	<b>3.678,13</b>	<b>3.912,92</b>
<b>Efeito do desconto financeiro</b>	<b>(32,89)</b>	<b>(39,82)</b>	<b>(46,93)</b>	<b>(39,85)</b>	<b>(40,97)</b>	<b>(39,19)</b>	<b>(45,76)</b>	<b>(47,78)</b>	<b>(54,71)</b>	<b>(50,27)</b>
<b>Provisão de sinistros sem desconto financeiro</b>	<b>1.781,70</b>	<b>2.098,06</b>	<b>2.433,37</b>	<b>2.506,95</b>	<b>2.556,54</b>	<b>2.808,84</b>	<b>3.083,29</b>	<b>3.334,44</b>	<b>3.732,83</b>	<b>3.963,19</b>
<b>Estimativa de sinistros acumulada:</b>										
No final do ano	1.781,70	2.098,06	2.433,37	2.506,95	2.556,54	2.808,84	3.083,29	3.334,44	3.732,83	3.963,19
Um ano depois	1.893,13	2.200,30	2.443,52	2.479,24	2.595,46	2.867,31	3.031,84	3.297,84	3.613,22	-
Dois anos depois	1.932,03	2.205,76	2.478,10	2.485,09	2.613,14	2.873,28	3.070,58	3.322,61	-	-
Três anos depois	1.953,11	2.267,41	2.504,43	2.502,54	2.625,48	2.903,80	3.074,22	-	-	-
Quatro anos depois	1.978,80	2.288,34	2.524,30	2.519,53	2.644,01	2.912,63	-	-	-	-
Cinco anos depois	2.000,13	2.306,38	2.535,75	2.528,76	2.648,78	-	-	-	-	-
Seis anos depois	2.012,18	2.317,13	2.540,95	2.531,92	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	2.017,43	2.321,57	2.543,54	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	2.018,55	2.323,97	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	2.020,31	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Estimativa de sinistros acumulada até 2021</b>	<b>2.020,31</b>	<b>2.323,97</b>	<b>2.543,54</b>	<b>2.531,92</b>	<b>2.648,78</b>	<b>2.912,63</b>	<b>3.074,22</b>	<b>3.722,61</b>	<b>3.131,22</b>	<b>3.963,19</b>
<b>Pagamentos já realizados até 2021</b>	<b>2.011,95</b>	<b>2.314,55</b>	<b>2.533,40</b>	<b>2.518,61</b>	<b>2.628,73</b>	<b>2.880,94</b>	<b>3.027,05</b>	<b>3.466,34</b>	<b>2.992,13</b>	-
<b>Operações descontinuadas</b>	<b>(0,01)</b>	<b>(0,01)</b>	<b>(0,01)</b>	<b>(2,40)</b>	<b>(8,17)</b>	<b>(18,07)</b>	<b>(30,71)</b>	<b>(221,06)</b>	-	-
<b>Sinistros pendentes de pagamento em 2021</b>	<b>8,35</b>	<b>9,41</b>	<b>10,13</b>	<b>10,91</b>	<b>11,88</b>	<b>13,62</b>	<b>16,46</b>	<b>35,21</b>	<b>139,09</b>	<b>3.963,19</b>

A evolução de sinistros administrativos não considera, em 31/12/2021, R\$11,2 milhões (R\$12,2 milhões em 2020) de ULAE, R\$0,2 milhões (R\$0,1 milhão em 2020) de provisões de sinistros de vida individual em regime de capitalização, R\$10,4 milhões (R\$10,6 milhões em 2020) de retrocessão e R\$2,4 milhões (R\$1,9 milhões em 2020) de provisões de sinistros de pecúlios, pensões e rendas por invalidez relacionadas a previdência. Estes itens não são segregados por ocorrência e, portanto, não há como acompanhar a evolução dos sinistros. No entanto, são valores com representatividade pequena no universo total dos sinistros, como pode ser visto na tabela acima.

**Judicial**  
A evolução das provisões de sinistros judiciais contabilizadas é dada pela tabela a seguir, onde é verificado o desenvolvimento, até a data-base destas demonstrações financeiras, dos sinistros citados em relação a respectiva provisão contabilizada nos exercícios anteriores.

A parte superior da tabela demonstra a evolução da provisão no decorrer dos anos seguintes ao registro da provisão. A parte inferior da tabela apresenta a segregação do valor mais atualizado dos sinistros entre pagamentos e casos ainda pendentes.

Ano	Consolidado									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
<b>Provisão de sinistros judiciais contabilizada</b>	<b>453,64</b>	<b>485,98</b>	<b>498,70</b>	<b>313,69</b>	<b>354,06</b>	<b>373,98</b>	<b>446,97</b>	<b>430,96</b>	<b>212,40</b>	<b>238,69</b>
<b>Provisão de sinistros judiciais sem desconto financeiro</b>	<b>453,64</b>	<b>485,98</b>	<b>498,70</b>	<b>313,69</b>	<b>354,06</b>	<b>373,98</b>	<b>446,97</b>	<b>430,96</b>	<b>212,40</b>	<b>238,69</b>
<b>Estimativa de sinistros acumulada:</b>										
No final do ano	453,64	485,98	498,70	313,69	354,06	373,98	446,97	430,96	212,40	238,69
Um ano depois	498,51	524,55	571,50	405,28	413,07	474,84	516,95	471,24	256,85	-
Dois anos depois	540,30	584,97	659,84	457,09	496,40	533,28	557,64	522,37	-	-
Três anos depois	582,24	637,71	703,97	522,97	541,98	549,90	589,51	-	-	-
Quatro anos depois	639,02	681,93	769,88	559,48	557,41	582,55	-	-	-	-
Cinco anos depois	676,22	730,13	810,94	575,57	581,85	-	-	-	-	-
Seis anos depois	718,67	774,68	821,19	618,81	-	-	-	-	-	-
Sete anos depois	764,35	795,49	823,70	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos depois	791,21	768,07	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos depois	749,53	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Estimativa de sinistros judiciais acumulada até 2021</b>	<b>749,53</b>	<b>768,07</b>	<b>823,70</b>	<b>618,81</b>	<b>581,85</b>	<b>582,55</b>	<b>589,51</b>	<b>522,37</b>	<b>256,85</b>	<b>238,69</b>
<b>Pagamentos já realizados até 2021</b>	<b>484,20</b>	<b>479,05</b>	<b>491,77</b>	<b>401,84</b>	<b>326,41</b>	<b>264,20</b>	<b>199,26</b>	<b>84,70</b>	<b>47,33</b>	-
<b>Sinistros pendentes de pagamento em 2021</b>	<b>265,33</b>	<b>289,02</b>	<b>331,93</b>	<b>216,97</b>	<b>255,44</b>	<b>318,35</b>	<b>390,25</b>	<b>437,67</b>	<b>209,52</b>	<b>238,69</b>

A evolução de sinistros judiciais representa os sinistros já conhecidos e pendentes de pagamento, por essa razão não considera, em 31/12/2021, R\$52,7 milhões (R\$45 milhões em 2020) de IBNR Judicial. Vale ressaltar que parte da evolução observada contempla correção monetária e juros da data de registro da provisão até a data-base destas demonstrações financeiras.

## 5.3. Riscos de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas.

A gestão dos investimentos da Sul América é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece e descreve as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Sul América de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos; e
- Liquidez mínima exigida.

Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudança do ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoRI.

Permanente e, o Comitê de Investimentos, faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos.

Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (Value at Risk) e realizados Testes de Estresses (Stress Tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e o Teste de Estresse são revisados anualmente e definidos conforme Apetite a Riscos da Sul América. Os resultados obtidos para o período de VaR e Teste de Estresse podem ser observados na nota 8.3.

A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2021 e 2020:

Indexador	2021				2020			
	%	%	%	%	%	%	%	
SELUC/CDI	7,526.758	62,53%	6,714.865	64,62%				
IGPM	1.519.637	12,63%	1.738.687	16,73%				
IPC-A	1.358.431	11,29%	294.496	2,83%				
Pré-Fixado	1.524.683	12,67%	1.401.365	13,48%				
Ações	90.964	0,76%	239.745	2,31%				
Outros (b)	13.856	0,12%	3.497	0,03%				
<b>Total</b>	<b>12.034.329</b>	<b>100,00%</b>	<b>10.392.655</b>	<b>100,00%</b>				

(a) Os valores referentes às operações de planos PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) e VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) na fase de acumulação de benefícios no montante de R\$7,0 bilhões (R\$7,6 bilhões em 2020) não figuram na tabela tendo em vista que o risco de mercado correspondente a estes investimentos é dos participantes; e

(b) A categoria "Outros", apresentada em 31/12/2021 e 2020, é composta, basicamente, por fundos de investimento multimercado e imobiliário.

## 5.3.1. Risco de liquidez

Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos.

A Política de Investimentos da Sul América prevê e descreve montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios.

São realizadas projeções diárias da caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez.

As tabelas a seguir apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros, exceto aqueles relacionados à fase de acumulação de benefícios dos planos PGBL e VGBL, onde a exposição é do participante.

Descrição	Companhia 2021									
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Valor de curva / custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil	Valor contábil
<b>Instrumentos financeiros</b>										
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>1.237.652</b>	-	-	-	-	<b>1.237.652</b>	<b>1.237.652</b>	-	<b>1.237.652</b>	-
Valor justo por meio do resultado	1.237.652	-	-	-	-	1.237.652	1.237.652	-	1.237.652	-
<b>Empréstimos e financiamentos (b)</b>	<b>- 856.408</b>	<b>543.739</b>	<b>2.296.896</b>	<b>- 3.697.043</b>	<b>-</b>	<b>- 3.697.043</b>	<b>-</b>	<b>- 3.264.780</b>	<b>-</b>	<b>- 3.264.780</b>
Empréstimos e financiamentos	- 856.408	543.739	2.296.896	- 3.697.043	-	- 3.697.043	-	- 3.264.780	-	- 3.264.780

Descrição	Companhia 2020									
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Valor de curva / custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil	Valor contábil
<b>Instrumentos financeiros</b>										
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>57.607</b>	-	-	<b>100.539</b>	<b>73.132</b>	<b>231.278</b>	<b>229.988</b>	<b>(1.290)</b>	<b>229.988</b>	-
Valor justo por meio do resultado	57.607	-	-	100.539	73.132	231.278	229.988	(1.290)	229.988	-
Disponível para venda	- 364.863	1.091.649	3.584.946	290.278	163.572	5.495.488	5.297.704	(197.784)	-	5.297.704
Mantido até o vencimento	-	-	-	151	1.519.637	69.013	1.588.801	1.793.675	204.874	-
<b>Prêmios a receber (a)</b>	<b>- 218.826</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 218.826</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 218.826</b>	<b>-</b>
<b>Contraprestações a receber (a)</b>	<b>439.405</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>439.405</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>439.405</b>	<b>-</b>
<b>Empréstimos e financiamentos (b)</b>	<b>856.408</b>	<b>543.739</b>	<b>2.296.896</b>	<b>888.284</b>	<b>- 4.585.327</b>	<b>- 4.585.327</b>	<b>-</b>	<b>- 3.267.305</b>	<b>-</b>	<b>- 3.267.305</b>
Empréstimos e financiamentos	856.408	543.739	2.296.896	888.284	- 4.585.327	- 4.585.327	-	- 3.267.305	-	- 3.267.305
<b>Refinanciamento fiscal - REFIS</b>	<b>- 17.740</b>	<b>15.734</b>	<b>5.132</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 38.606</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 38.606</b>	<b>-</b>
<b>Provisões de capitalização</b>	<b>- 37</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 37</b>	<b>-</b>
<b>Saúde administrada</b>	<b>3.183</b>	<b>406.606</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 409.789</b>	<b>-</b>
<b>Seguros e resseguros</b>	<b>- 5.034.035</b>	<b>153.349</b>	<b>410.303</b>	<b>458.562</b>	<b>582.922</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 279.264</b>	<b>6.918.435</b>
Provisões técnicas	- 5.034.035	153.349	410.303	458.562	582.922	-	-	-	- 279.264	6.918.435
Ativos de resseguros	- 35.545	199	1.956	2.996	1.629	-	-	-	-	42.325
Passivos de seguros e previdência (c)	- 5.069.580	153.548	412.259	461.558	584.551	-	-	-	- 279.264	6.960.760

Descrição	Consolidado 2021									
	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de 01 ano e até 02 anos	Mais de 02 anos e até 05 anos	Mais de 05 anos e até 10 anos	Valor de curva / custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Outras	Valor contábil
<b>Instrumentos financeiros</b>										
<b>Equivalentes de caixa</b>	<b>- 1.383.547</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 1.383.547</b>	<b>1.383.547</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>- 1.383.547</b>
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>1.782.231</b>	<b>666.824</b>	<b>1.572.112</b>	<b>4.695.783</b>	<b>1.898.385</b>					

# Confiamos no futuro, INVESTIMOS no PRESENTE



## 6.2.1. Margens dadas em garantia

As margens dadas em garantia das operações de contratos futuros, com a exposição da SulAmérica e dos contratos de PGBL e VGBL, onde a exposição é do participante, são as seguintes:

Margens dadas em garantia SulAmérica (exceto PGBL e VGBL)

Consolidado			
	Vencimento	Quantidade	Valor
<b>Ativo</b>			
LFT	Março/2023	650	7.290
LFT	Março/2026	265	2.942
<b>Total</b>		<b>915</b>	<b>10.232</b>
Consolidado			
	Vencimento	Quantidade	Valor
<b>Ativo</b>			
LFT	Setembro/2021	800	8.598
LFT	Março/2026	150	1.584
<b>Total</b>		<b>950</b>	<b>10.182</b>

LFT: Letras Financeiras do Tesouro.

Margens dadas em garantia PGBL e VGBL

Consolidado			
	Vencimento	Quantidade	Valor
<b>Ativo</b>			
LFT	Março/2022	250	2.808
LFT	Setembro/2021	15	168
LFT	Março/2023	120	1.346
LFT	Setembro/2023	1.550	17.363
LFT	Março/2024	430	4.811
LFT	Setembro/2024	675	7.545
LFT	Março/2025	740	8.255
LFT	Setembro/2025	1.128	12.558
LFT	Março/2026	20	222
LFT	Setembro/2026	50	554
NTN-B	Maio/2023	1.000	3.816
NTN-B	Agosto/2026	187	739
NTN-B	Agosto/2030	751	2.985
NTN-B	Agosto/2050	820	3.265
<b>Total</b>		<b>7.736</b>	<b>66.435</b>

Consolidado			
	Vencimento	Quantidade	Valor
<b>Ativo</b>			
LFT	Março/2021	1.572	16.910
LFT	Setembro/2021	80	860
LFT	Março/2022	300	3.221
LFT	Setembro/2022	45	483
LFT	Março/2023	1.070	11.466
LFT	Setembro/2023	1.905	20.394
LFT	Março/2024	2.262	24.171
LFT	Setembro/2024	525	5.604
LFT	Março/2025	3.233	34.463
LFT	Setembro/2025	2.640	28.111
LFT	Março/2026	120	1.268
NTN-B	Maio/2023	50	191
NTN-B	Maio/2025	468	1.859
NTN-B	Maio/2050	1.635	7.432
<b>Total</b>		<b>15.905</b>	<b>156.433</b>

LFT: Letras Financeiras do Tesouro; e

NTN-B: Notas do Tesouro Nacional – série B.

## 6.2.2. Análise de sensibilidade à exposição em derivativos

A análise de sensibilidade tem por objetivo ilustrar mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da SulAmérica. Como os contratos de derivativos existentes nos fundos de investimentos de PGBL e de VGBL não geram risco para a SulAmérica, essas posições não foram sensibilizadas. As análises de sensibilidade demonstradas a seguir foram estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Os cenários estimados revelam os impactos no resultado para cada cenário em uma posição estática da carteira para o dia 31/12/2021. Apesar da revisão regular das estimativas e premissas utilizadas, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. O dinamismo do mercado faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição demonstrada.

As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos foram elaboradas considerando cenários classificados como "provável", "possível" e "remoto". Foi considerado como "provável", o cenário atual que serviu de base para a determinação do valor justo das operações e os cenários "possível" e "remoto" foram estabelecidos aplicando-se variações adversas de 25% e 50%, respectivamente, sobre as posições atuais, considerando os riscos envolvidos em cada tipo de operação. As variações de 25% e 50% correspondem às variações mínimas estabelecidas nos normativos da CVM.

## Sensibilização dos instrumentos derivativos com finalidade de hedge

Consolidado						
2021						
Ganho ou (perda)						
Operação	Risco	Derivativo	Objeto	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Futuro dólar	Queda do dólar	Liquido comprado em dólar	Dólar Futuro na B3	- (13.691)	(27.383)	
Contas a pagar	Alta do dólar	-	Contas a pagar	- 13.691	27.383	
<b>Efeito líquido no resultado</b>				-	-	-

Consolidado						
2020						
Ganho ou (perda)						
Operação	Risco	Derivativo	Objeto	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Futuro dólar	Queda do dólar	Liquido comprado em dólar	Dólar Futuro na B3	- (18.453)	(36.905)	
Contas a pagar	Alta do dólar	-	Contas a pagar	- 18.453	36.905	
<b>Efeito líquido no resultado</b>				-	-	-

## 7. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas bancárias	50	257	110.183	70.883
Equivalentes de caixa (a)	-	-	1.695.168	885.582
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>257</b>	<b>1.805.351</b>	<b>956.465</b>

(a) São considerados "equivalentes de caixa" as operações compromissadas de um dia com lastro em títulos de renda fixa públicos, com liquidez diária. Essas aplicações possuem rentabilidade próxima à da SELIC e não apresentam risco material de mudança de valor.

## 8. Aplicações financeiras

8.1. Composição das aplicações financeiras

A tabela a seguir, apresenta a composição das aplicações financeiras e suas respectivas classificações contábeis, valores de curva e mercado, além das taxas médias contratadas:

Companhia				
2021				
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil		
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>1.237.652</b>	<b>1.237.652</b>		<b>1.237.652</b>
• Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	1.237.652	1.237.652	- (13.691)	1.237.652
<b>Subtotal</b>	<b>1.237.652</b>	<b>1.237.652</b>		<b>1.237.652</b>
<b>Percentual total - contábil</b>		<b>100,00%</b>		<b>100,00%</b>
<b>Total</b>				<b>1.237.652</b>
<b>Circulante</b>				<b>1.237.652</b>

Companhia					
2020					
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda	Mantido até o vencimento	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil			
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	-	-	<b>173.671</b>	<b>172.381</b>	<b>172.381</b>
Letras financeiras do tesouro	-	-	173.671	172.381	172.381
				SELIC	
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>57.607</b>	<b>57.607</b>	-	-	<b>57.607</b>
• Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	57.607	57.607	-	-	57.607
<b>Subtotal</b>	<b>57.607</b>	<b>57.607</b>	<b>173.671</b>	<b>172.381</b>	<b>229.988</b>
<b>Percentual total - contábil</b>		<b>25,05%</b>	<b>74,95%</b>		<b>100,00%</b>
<b>Total</b>					<b>229.988</b>
<b>Circulante</b>					<b>229.988</b>

(a) A linha de cotas de cotas de investimentos não exclusivos na Companhia é composta por um fundo imobiliário (sem benchmark específico) e por fundos de renda fixa de curto prazo (CDI).

Consolidado							
2021							
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento	Taxa média de juros	Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil			
<b>Títulos de renda fixa - privados</b>	<b>1.045.416</b>	<b>1.396.727</b>	<b>1.333.748</b>	<b>1.325.578</b>	-	-	<b>2.722.305</b>
Certificados de depósito bancário	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI	10.776	10.812	19.802	19.879	-	101,27% CDI	30.691
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI +	-	-	226.168	227.059	-	CDI + 1,73% a.a.	227.059
Pós-fixado CDI %	494.335	494.742	154.629	154.772	-	104,59% CDI	649.514
Pós-fixado IPCA	438	423	-	-	-	IPCA + 5,47% a.a.	423
Pós-fixado IGPM	2.543	2.172	-	-	-	-	2.172
Letras financeiras	897.324	888.578	930.559	921.255	-	110,00% CDI	1.809.833
Notas promissórias	-	-	2.590	2.613	-	101,80% CDI	2.613
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	<b>3.862.530</b>	<b>3.820.287</b>	<b>4.161.740</b>	<b>3.972.126</b>	<b>1.588.801</b>	<b>1.793.675</b>	<b>9.381.214</b>
Letras financeiras do tesouro	3.389.256	3.384.118	1.164.196	1.158.177	-	-	4.542.295
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	6.078	5.945	1.361.427	1.261.910	-	6,43% a.a.	1.267.855
Títulos da dívida agrária	5.776	5.818	-	-	-	TR + 10,64% a.a.	5.818
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
Série F - Pré-fixado	351	325	279.683	262.772	-	5,12% a.a.	263.097
Série B - Pós-fixado IPCA	461.069	424.081	1.356.434	1.289.267	69.164	IPCA + 3,41% a.a.	1.782.512
Série C - Pós-fixado IGPM	-	-	-	-	1.519.637	1,72% a.a.	1.519.637
<b>Títulos de renda variável</b>	<b>374.432</b>	<b>374.432</b>	-	-	-	-	<b>374.432</b>
Ações	374.432	374.432	-	-	-	-	374.501
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	(69)
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>4.874.714</b>	<b>4.874.714</b>	-	-	-	-	<b>4.874.714</b>
Cotas de fundos de investimentos em renda fixa, participações e multimercados	4.805.739	4.805.739	-	-	-	-	4.805.739
Cotas de fundos de investimentos em ações	68.975	68.975	-	-	-	-	68.975
<b>Subtotal</b>	<b>10.517.092</b>	<b>10.466.160</b>	<b>5.495.488</b>	<b>5.297.704</b>	<b>1.588.801</b>	<b>1.793.675</b>	<b>17.352.665</b>
<b>Percentual total - contábil</b>		<b>60,31%</b>	<b>30,53%</b>	<b>9,16%</b>			<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>							<b>4.034</b>
<b>Total</b>							<b>17.356.699</b>
<b>Circulante</b>							<b>15.820.327</b>
<b>Não circulante</b>							<b>1.536.372</b>

Consolidado							
2020							
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Disponível para venda		Mantido até o vencimento		Total
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva / contábil	Valor de mercado	
<b>Títulos de renda fixa - privados</b>	<b>1.521.203</b>	<b>1.471.450</b>	<b>1.334.818</b>	<b>1.277.602</b>	-	-	<b>2.749.052</b>
Debêntures	-	-	-	-	-	-	-
Pós-fixado CDI+	-	-	75.925	75.147	-	CDI + 1,57% a.a.	75.147
Pós-fixado CDI %	297.160	290.543	178.763	174.971	-	107,73% CDI	465.514
Pós-fixado IPCA	12.005	12.163	-	-	-	IPCA + 2,99% a.a.	12.163
Letras financeiras	1.201.494	1.158.205	1.074.272	1.021.629	-	113,50% CDI	2.179.834
Outros	10.544	10.539	5.858	5.855	-	-	16.394
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	<b>3.870.132</b>	<b>3.884.975</b>	<b>4.112.917</b>	<b>4.128.668</b>	<b>1.801.444</b>	<b>2.144.237</b>	<b>9.815.087</b>
Letras financeiras do tesouro	2.604.427	2.595.757	2.511.293	2.495.564	-	-	5.091.321
Letras do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
Pré-fixado	13.228	13.623	1.132.047	1.144.324	-	4,15% a.a.	1.157.947
Títulos da dívida agrária	12.254	13.065	-	-	-	TR + 10,62% a.a.	13.065
Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	-	-
Série F - Pré-fixado	43	46	255.766	257.041	-	4,60% a.a.	257.087
Série B - Pós-fixado IPCA	1.227.212	1.249.472	213.811	231.739	62.757	IPCA + 2,55% a.a.	1.543.968
Série C - Pós-fixado IGPM	-	-	-	-	1.738.687	IGPM + 7,51% a.a.	1.751.699
<b>Títulos de renda variável</b>	<b>429.988</b>	<b>429.988</b>	-	-	-	-	<b>429.988</b>
Ações	429.988	429.988	-	-	68	-	430.056
Redução ao valor recuperável	-	-	-	-	(68)	-	
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	<b>4.153.390</b>	<b>4.153.390</b>	-	-	-	-	<b>4.153.390</b>
Cotas de fundos de investimentos em renda fixa, participações e multimercados	3.937.239	3.937.239	-	-	-	-	3.937.239
Cotas de fundos de investimentos em ações	216.151	216.151	-	-	-	-	216.151
<b>Subtotal</b>	<b>9.974.713</b>	<b>9.939.803</b>	<b>5.447.735</b>	<b>5.406.270</b>	<b>1.801.444</b>	<b>2.144.237</b>	<b>17.147.517</b>
<b>Percentual total - contábil</b>		<b>57,97%</b>			<b>10,50%</b>		<b>100,00%</b>
<b>Outras aplicações</b>							<b>4.305</b>
<b>Total</b>							<b>17.151.822</b>
<b>Circulante</b>							<b>15.836.487</b>
<b>Não circulante</b>							<b>1.315.335</b>

## 8.2. Movimentação das aplicações financeiras

Está demonstrada abaixo a composição da movimentação das aplicações financeiras em relação ao saldo do ano anterior:

Companhia			
2020			
	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total

# Confiamos no futuro, INVESTIMOS no PRESENTE

Sul América S.A. | CNPJ 29.978.814/0001-87



**9. Recebíveis**  
Em 31/12/2021, o saldo de recebíveis da Companhia de R\$52.929 (R\$56.265 em 2020), era composto, basicamente, por valores do plano geral de compra de ações da Companhia a serem recebidos de suas controladas.  
A seguir, os recebíveis de 31/12/2021 e 2020 apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas:

Descrição	Nota	Consolidado	
		2021	2020
Seguro		2.269.672	2.611.889
Prêmios a receber	9.1.1	481.978	947.976
Operações com seguradoras		698	452
Outros créditos operacionais	9.1.2	1.786.996	1.663.461
Previdência		1.112	1.848
Contraprestações a receber - administradora de planos	9.2	473.841	400.777
Outros		200.008	174.993
<b>Total</b>		<b>2.944.633</b>	<b>3.189.507</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.324.248</b>	<b>1.597.858</b>
<b>Não circulante</b>		<b>1.620.385</b>	<b>1.591.649</b>

9.1. Seguros  
**9.1.1. Prêmios a receber**  
**Movimentação de prêmios a receber**  
Os saldos de prêmios a receber incluem os prêmios de emissão direta e de cosseguro aceito, bem como as operações de retrocesso. O faturamento do segmento de Saúde é mensal e o seu saldo representa em 31/12/2021 cerca de 82% (93% em 2020) dos prêmios a receber da SulAmérica.

Descrição	Redução ao valor recuperável		Total
	Prêmios	2021	
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>2.098.185</b>	<b>(531.655)</b>	<b>1.566.530</b>
Aquisição do saldo da Paraná Clínicas (b)	5.862	(2.662)	3.200
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos / constituição	21.247.410	(192.311)	21.055.099
RVNE	(14.690)	-	(14.690)
Recebimentos / reversão	(20.752.136)	82.490	(20.669.646)
Operações descontinuadas (a)	(999.536)	7.019	(992.517)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.585.095</b>	<b>(637.119)</b>	<b>947.976</b>
<b>Circulante</b>			<b>947.976</b>
<b>Não circulante</b>			<b>261</b>

(a) Alienação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 13; e  
(b) Aquisição do saldo da Paraná Clínicas, conforme nota 4.4.1.

Descrição	Redução ao valor recuperável		Total
	Prêmios	2021	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.585.095</b>	<b>(637.119)</b>	<b>947.976</b>
Prêmios emitidos, líquidos de cancelamentos / constituição	20.560.589	(159.966)	20.400.623
RVNE	4.437	-	4.437
Recebimentos / reversão	(20.972.236)	101.178	(20.871.058)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>1.177.885</b>	<b>(695.907)</b>	<b>481.978</b>
<b>Circulante</b>			<b>481.740</b>
<b>Não circulante</b>			<b>238</b>

**Prêmios a receber por vencimento**  
A composição dos prêmios a receber por vencimento está distribuída da seguinte forma:

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
<b>A vencer</b>		
A vencer entre 1 e 30 dias	201.660	234.856
A vencer entre 31 e 60 dias	9.091	48.325
A vencer entre 61 e 180 dias	8.064	180.614
A vencer entre 181 e 365 dias	2.773	266.449
A vencer acima de 365 dias	280	291
<b>Total</b>	<b>221.868</b>	<b>730.535</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(692.865)</b>	<b>(36.273)</b>
<b>Total a vencer</b>	<b>218.826</b>	<b>694.262</b>
<b>Vencidos</b>		
Vencidos entre 1 e 30 dias	123.916	110.399
Vencidos entre 31 e 60 dias	32.157	32.297
Vencidos entre 61 e 180 dias	56.176	56.187
Vencidos entre 181 e 365 dias	79.466	76.635
Vencidos acima de 365 dias	664.302	579.042
<b>Total</b>	<b>956.017</b>	<b>854.560</b>
<b>Redução ao valor recuperável</b>	<b>(692.865)</b>	<b>(600.846)</b>
<b>Total vencidos</b>	<b>263.152</b>	<b>253.714</b>
<b>Total de prêmios a receber</b>	<b>1.177.885</b>	<b>1.585.095</b>
<b>Total de redução ao valor recuperável (a)</b>	<b>(695.907)</b>	<b>(637.119)</b>
<b>Total</b>	<b>481.978</b>	<b>947.976</b>

(a) A redução ao valor recuperável é determinada com base nos prêmios vencidos e a vencer de riscos decorridos. A contabilização no balanço patrimonial é feita pelos valores brutos e na demonstração de resultados pelos valores líquidos de comissão, Impostos sobre Operações Financeiras (IOF), depósitos judiciais refletindo a essência do resultado final de todo o processo de recebimento. A análise do risco de crédito de pessoa jurídica é efetuada com base em tabela de pontuação (classificação de riscos) de probabilidade de perda. Para pessoas físicas é efetuada com base no percentual histórico de recuperação de prêmios vencidos. Os prêmios de risco a decorrer são normalmente cancelados após 60 dias de inadimplência.

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
<b>Valores a receber do FCVS - SFH</b>		
Principal	1.842.315	1.735.186
Redução do valor recuperável	(210.719)	(208.451)
Recursos bloqueados (a)	50.813	63.622
Outros (b)	104.587	73.104
<b>Total</b>	<b>1.786.996</b>	<b>1.663.461</b>
<b>Circulante</b>	<b>168.691</b>	<b>114.496</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.618.305</b>	<b>1.548.965</b>

(a) Referem-se a recursos bloqueados nas contas correntes bancárias e fundos de investimento em decorrência de demandas judiciais; e  
(b) O saldo da linha "Outros" está representado principalmente, por adiantamento a prestadores, e pagamentos relativos ao ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), administrados pelo regulador e registrados como adiantamento até que o regulador autorize a baixa do passivo registrado na PSL (nota 21.1).

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
<b>Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 01/01/2020</b>		
Adições	1.540.206	1.313.779
Baixas	(326.759)	(131.779)
<b>Saldo dos valores a receber FCVS-SFH em 31/12/2020</b>	<b>1.213.447</b>	<b>1.182.000</b>
Saldo da Redução ao valor recuperável em 31/12/2020	(208.451)	(208.451)
<b>Saldo final líquido da redução ao valor recuperável em 31/12/2020</b>	<b>1.005.000</b>	<b>973.549</b>
<b>Circulante</b>	<b>38.918</b>	<b>38.918</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.487.817</b>	<b>1.487.817</b>

Em 31/12/2021, existem processos judiciais relativos ao SFH em que a Companhia é citada e que se encontram em andamento. Ditos processos podem originar desembolso de caixa futuro com o correspondente pedido de reembolso pela Companhia à Caixa Econômica Federal, administradora do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS. Nos casos em que o processo judicial se encontra em fase de execução provisória, para evitar a antecipação do desembolso naqueles não transitados em julgado, a Companhia oferece para garantia do juízo apólices de seguro garantia. Em 31/12/2021, o montante total garantido por meio de seguro garantia é de R\$939.215 (R\$1.036.795 em 2020). O SH/SFH foi criado pelo artigo 14 da Lei nº 4.380/1964 e desde 1967 passou a ser garantido pelo FCVS. As seguradoras são demandadas judicialmente no equivocado papel de representantes do FCVS, papel este de responsabilidade da Caixa Econômica Federal - CAIXA, administradora do referido Fundo. Em decorrência da representação do FCVS nas ações judiciais, é garantido às seguradoras, por serem partes ilegítimas nos processos, o direito de receberem o reembolso de todos os dispêndios incorridos. A Lei nº 12.409/2011, modificada pela Lei nº 13.000/2014, bem como a Resolução CCFCVS nº 364 de 28/03/2014 determinam expressamente a responsabilidade do FCVS, através da sua administradora CAIXA, sobre os processos judiciais que tenham por objeto a apólice pública do SH/SFH. Adicionalmente, a Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu os Pareceres PGFN/CAFE nº 1.842/2014, PGFN/CR nº 1.949/2014, onde reconhece o papel das seguradoras como representantes do FCVS. Em setembro de 2018 o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral em recurso extraordinário interposto pela SulAmérica para analisar a competência da Justiça Federal nos julgamentos das ações desta natureza. Em junho de 2020 foi julgado o mérito do referido recurso, no qual foi dado provimento, por maioria dos votos, para consolidar o interesse da CAIXA, administradora do FCVS, nas demandas relacionadas ao SH/SFH e, por consequência, fixar a competência da Justiça Federal para processamento e julgamento das ações desta natureza. O acórdão contendo o inteiro teor da decisão e a tese fixada pelo STF (processo sob o regime de repercussão geral cuja tese é publicada vincula todos os Tribunais do País) foi publicado no dia 21/08/2020. Sobre essa decisão, foi interposto recurso de Embargos de Declaração, que não tem efeito suspensivo. A partir da edição da Resolução nº 448/2019, foram estabelecidos os novos requisitos para o ressarcimento das seguradoras pelo FCVS pelos pagamentos realizados em ações judiciais envolvendo o SH/SFH. Estes novos requisitos permitiram a retomada dos ressarcimentos desde dezembro de 2019.

9.2. Contraprestações a receber – planos de saúde administrados  
Planos de saúde administrados são a modalidade em que a SulAmérica administra as despesas médicas e hospitalares em favor de seus clientes e é integralmente reembolsada pelos clientes, registrando como receita da operação somente sua taxa de administração. Os valores referentes a contraprestações a receber, por faixa de vencimento, são:

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
<b>A vencer</b>		
A vencer entre 1 e 30 dias	407.354	377.552
A vencer entre 31 e 60 dias	32.051	8.310
<b>Total a vencer</b>	<b>439.405</b>	<b>385.862</b>
<b>Vencidos</b>		
Vencidos entre 1 e 30 dias	33.784	14.539
Vencidos entre 31 e 60 dias	131	279
Vencidos entre 61 e 180 dias	932	92
Vencidos entre 181 e 365 dias	64	18
Vencidos acima de 365 dias	3.154	3.073
<b>Total</b>	<b>38.065</b>	<b>18.001</b>
<b>Provisão para redução ao valor recuperável</b>	<b>(3.629)</b>	<b>(3.086)</b>
<b>Total vencidos</b>	<b>34.436</b>	<b>14.915</b>
<b>Total de prêmios a receber</b>	<b>473.841</b>	<b>400.777</b>
<b>Total de provisão para redução ao valor recuperável</b>	<b>(3.629)</b>	<b>(3.086)</b>
<b>Total</b>	<b>473.841</b>	<b>400.777</b>

Descrição	Companhia		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021
Impostos a compensar / recuperar	10.1.1	42.450	19.322	570.593
Créditos tributários	10.1.2	6.822	648	1.560.032
Débitos tributários	10.1.2	(22)	(3)	(52.207)
<b>Total</b>		<b>49.250</b>	<b>19.967</b>	<b>2.078.418</b>
<b>Circulante</b>		<b>27.760</b>	<b>11.092</b>	<b>244.199</b>
<b>Não circulante</b>		<b>21.490</b>	<b>8.875</b>	<b>1.834.219</b>

A Companhia e suas controladas impetraram Mandado de Segurança, objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ e CSLL, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por unanimidade, o pleno do STF, sob o abrigo do instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ e CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança. Os processos em que as companhias figuraram como autoras das assinaladas disputas tributárias no ano de 2021 registrou o benefício econômico proveniente das referidas disputas judiciais, em conformidade com a sua melhor estimativa, para a data de 31/12/2021 no valor de R\$294.931. O reconhecimento do benefício econômico a que fazemos alusão neste parágrafo é decorrente da posição firmada pelos advogados que patrocinam estas disputas, que reputam como provável a realização do ganho, aderente às disposições consignadas no Ofício IBRACON Circular nº 09/2021.

Descrição	Companhia		Consolidado	
	Saldo em 01/01/2020	Adições	Atualização monetária	Baixas / compensações
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	145.073	29.382	3.058	(158.191)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.850	-	60	(1.910)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	3	-	(3)
Programa de Integração Social - PIS	-	1	-	(1)
Outros	38	-	-	(38)
<b>Total</b>	<b>146.961</b>	<b>29.386</b>	<b>3.118</b>	<b>(160.143)</b>
<b>Circulante</b>				<b>11.092</b>
<b>Não circulante</b>				<b>8.230</b>

Descrição	Companhia		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização monetária	Baixas / compensações
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	19.322	42.797	827	(22.384)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	-	1.610	234	(5)
Outros	-	39	10	-
<b>Total</b>	<b>19.322</b>	<b>44.446</b>	<b>1.071</b>	<b>(22.389)</b>
<b>Circulante</b>				<b>42.450</b>
<b>Não circulante</b>				<b>27.760</b>

(a) Adições e atualização monetária impactadas pelo reconhecimento do crédito a compensar em razão da não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da taxa SELIC dos débitos tributários, conforme citado na nota 10.1.

Descrição	Companhia		Consolidado	
	Saldo em 01/01/2020	Aquisição do saldo da Paraná Clínicas (b)	Adições	Baixas / compensações
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	197.521	4.604	149.180	5.157
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	43.036	1.639	39.437	1.261
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.053	64	4.419	983
Programa de Integração Social - PIS	2.284	6	630	25
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	27.098	-	1.303	1.068
Outros	310	-	21.848	-
<b>Total</b>	<b>273.302</b>	<b>6.313</b>	<b>216.817</b>	<b>8.494</b>
<b>Circulante</b>				<b>(248.947)</b>
<b>Não circulante</b>				<b>(352)</b>

(a) Alienação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 13; e  
(b) Aquisição do saldo da Paraná Clínicas, conforme nota 4.4.1.

Descrição	Companhia		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2020	Adições	Atualização monetária	Baixas / compensações
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (a)	156.625	286.229	25.161	(152.020)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL (a)	49.141	156.043	17.335	(26.773)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.599	4.703	4.307	(2.103)
Programa de Integração Social - PIS	2.082	743	916	(183)
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	23.200	84	836	(2.589)
Outros	21.980	2.004	329	(56)
<b>Total</b>	<b>255.627</b>	<b>449.806</b>	<b>48.884</b>	<b>(183.724)</b>
<b>Circulante</b>				<b>570.593</b>
<b>Não circulante</b>				<b>244.199</b>

(a) Adições e atualização monetária impactadas pelo reconhecimento do crédito a compensar em razão da não incidência de IRPJ e CSLL sobre a correção da taxa SELIC dos débitos tributários, conforme citado na nota 10.1.

Descrição	Companhia		Consolidado	
	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização / reversão	Saldo em 31/12/2020
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	209	-	-	209
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	10.250	66.718	(76.968)	439
Perda com ajuste a valor de mercado	-	613	(174)	439
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>10.459</b>	<b>67.331</b>	<b>(77.142)</b>	<b>648</b>
Outros	(2)	(1)	-	(3)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(3)</b>

Descrição	Companhia		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2020	Constituição	Realização / reversão	Saldo em 31/12/2021
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	209	-	(209)	-
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	-	6.822	-	6.822
Perda com ajuste a valor de mercado	439	68	(507)	-
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>648</b>	<b>6.890</b>	<b>(716)</b>	<b>6.822</b>
Ganho atuarial com plano de pensão de benefício definido	-	(4)	-	(4)
Outros	(3)	(15)	-	(18)
<b>Total dos débitos tributários</b>	<b>(3)</b>	<b>(19)</b>	<b>-</b>	<b>(22)</b>

Descrição	Companhia		Consolidado	
	Saldo em 01/01/2020	Aquisição do saldo da Paraná Clínicas (b)	Constituição	Realização / reversão
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	726.691	4.474	53.782	(48.268)
Redução ao valor recuperável de créditos	170.632	416	88.248	(66.374)
Provisões	64.908	-	30.299	(32.108)
Reversão de reserva	34.376	-	-	-
Participações nos lucros	8.946	-	9.528	(7.928)
Perda atuarial com plano de pensão de benefício definido	15.481	-	4.921	(4.921)
Perda com ajuste a valor de mercado	37	-	51.428	(30.053)
Outros	29.865	1.615	24.604	(5.782)
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>1.050.936</b>	<		

# Confiamos no futuro, INVESTIMOS no PRESENTE



Descrição	Consolidado			Total
	Danos	Pessoas	Saúde	
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	-	<b>2.688</b>	-	<b>2.688</b>
Emissões/RVNE	-	17.181	66.982	84.163
Amortizações	-	(16.601)	(66.982)	(83.583)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	-	<b>3.268</b>	-	<b>3.268</b>

### 11.1.2. Movimentação da provisão de sinistros a liquidar / IBNR – resseguros

Descrição	Consolidado			Total
	Danos	Pessoas	Saúde	
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>9.582</b>	<b>10.661</b>	<b>1.261</b>	<b>21.504</b>
Adições/baixas	(1.106)	(1.207)	4.195	1.882
Atualização monetária / cambial / juros	1.586	758	(24)	2.320
Varição IBNR/ IBNC/ IBNER	(1.633)	7.450	3.606	9.423
Operações descontinuadas (a)	(2.023)	-	-	(2.023)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>6.406</b>	<b>17.662</b>	<b>9.038</b>	<b>33.106</b>

(a) Alienação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 13.

Descrição	Consolidado			Total
	Danos	Pessoas	Saúde	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>6.406</b>	<b>17.662</b>	<b>9.038</b>	<b>33.106</b>
Adições/baixas	1.795	1.385	2.551	5.731
Atualização monetária / cambial / juros	(555)	303	5	(247)
Varição IBNR/ IBNC/ IBNER	-	(1.593)	2.060	467
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>7.646</b>	<b>17.757</b>	<b>13.654</b>	<b>39.057</b>

### 11.2. Operações com resseguradoras

Descrição	Ativo		Passivo	
	2021	2020	2021	2020
Recuperação de indenização	33.108	17.342	-	-
Prêmios líquidos de comissão	-	-	36.754	22.278
Salvados e ressarcimento	-	-	320	456
Redução ao valor recuperável	(4.181)	(1.920)	-	-
Outros	3.334	2.799	664	384
<b>Total</b>	<b>32.261</b>	<b>18.221</b>	<b>37.738</b>	<b>23.118</b>
<b>Circulante</b>	<b>29.635</b>	<b>15.909</b>	<b>37.738</b>	<b>23.118</b>
<b>Não circulante</b>	<b>2.626</b>	<b>2.312</b>	-	-

### 12. Custos de comercialização diferidos

Descrição	Consolidado		
	Nota	2021	2020
<b>Custos de comercialização diferidos</b>			
Saúde	12.1	1.194.316	964.736
Pessoas	12.3	36.844	46.827
Previdência privada	12.4	29.861	34.687
<b>Total</b>		<b>1.261.021</b>	<b>1.046.250</b>
<b>Circulante</b>		<b>395.680</b>	<b>339.564</b>
<b>Não circulante</b>		<b>865.341</b>	<b>706.686</b>

#### 12.1. Saúde

Descrição	Consolidado		Total
	Seguro direto líquido de cosseguro cedido	Resseguro	
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>964.950</b>	<b>(244)</b>	<b>964.706</b>
Aquisição do saldo da Paraná Clínicas (a)	44	-	44
Custos de comercialização gerados	1.215.573	(1.726)	1.213.847
Amortização	(1.140.735)	1.267	(1.139.468)
Cancelamento	(74.493)	100	(74.393)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>965.339</b>	<b>(603)</b>	<b>964.736</b>
<b>Circulante</b>	<b>304.055</b>		<b>304.055</b>
<b>Não circulante</b>	<b>660.681</b>		<b>660.681</b>

(a) Aquisição do saldo da Paraná Clínicas, conforme nota 4.4.1.

Descrição	Consolidado		Total
	Seguro direto líquido de cosseguro cedido	Resseguro	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>965.339</b>	<b>(603)</b>	<b>964.736</b>
Custos de comercialização gerados	1.530.151	(2.554)	1.527.597
Amortização	(1.233.683)	2.522	(1.231.161)
Cancelamento	(67.095)	239	(66.856)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>1.194.712</b>	<b>(396)</b>	<b>1.194.316</b>
<b>Circulante</b>	<b>366.040</b>		<b>366.040</b>
<b>Não circulante</b>	<b>828.276</b>		<b>828.276</b>

#### 12.2. Danos

Descrição	Consolidado		Total
	Seguro direto líquido de cosseguro cedido	Cosseguro aceito	
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>379.387</b>	<b>3.799</b>	<b>383.186</b>
Custos de comercialização gerados	340.431	3.398	343.829
Amortização	(339.620)	(4.574)	(344.194)
Cancelamento	(26.978)	(345)	(27.323)
RVNE	(2.353)	-	(2.353)
Operações descontinuadas (a)	(350.867)	(2.278)	(353.145)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	-	-	-
<b>Circulante</b>	-	-	-
<b>Não circulante</b>	-	-	-

(a) Alienação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 13.

#### 12.3. Pessoas

Descrição	Consolidado		Total
	Seguro direto líquido de cosseguro cedido	Cosseguro aceito	
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>27.936</b>	<b>27.936</b>	<b>55.872</b>
Custos de comercialização gerados	164.659	164.659	329.318
Amortização	(128.279)	(128.279)	(256.558)
Cancelamento	(16.072)	(16.072)	(32.144)
RVNE	(1.417)	(1.417)	(2,834)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>46.827</b>	<b>46.827</b>	<b>93.654</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.624</b>		<b>16.624</b>
<b>Não circulante</b>	<b>30.203</b>		<b>30.203</b>

Descrição	Consolidado		Total
	Seguro direto líquido de cosseguro cedido	Cosseguro aceito	
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>27.936</b>	<b>27.936</b>	<b>55.872</b>
Custos de comercialização gerados	183.193	183.193	366.386
Amortização	(156.478)	(156.478)	(312.956)
Cancelamento	(37.114)	(37.114)	(74.228)
RVNE	416	416	832
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>36.844</b>	<b>36.844</b>	<b>73.688</b>
<b>Circulante</b>	<b>13.472</b>		<b>13.472</b>
<b>Não circulante</b>	<b>23.372</b>		<b>23.372</b>

#### 12.4. Previdência privada

Descrição	Consolidado		Total
	Previdência	Total	
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>41.010</b>	<b>41.010</b>	<b>82.020</b>
Custos de comercialização gerados	14.282	14.282	28.564
Amortização	(18.955)	(18.955)	(37.910)
Cancelamento	(1.650)	(1.650)	(3.300)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>34.687</b>	<b>34.687</b>	<b>69.374</b>
<b>Circulante</b>	<b>18.885</b>		<b>18.885</b>
<b>Não circulante</b>	<b>15.802</b>		<b>15.802</b>

Descrição	Consolidado		Total
	Previdência	Total	
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>34.687</b>	<b>34.687</b>	<b>69.374</b>
Custos de comercialização gerados	19.586	19.586	39.172
Amortização	(19.612)	(19.612)	(39.224)
Cancelamento	(4.800)	(4.800)	(9.600)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>29.861</b>	<b>29.861</b>	<b>59.722</b>
<b>Circulante</b>	<b>16.168</b>		<b>16.168</b>
<b>Não circulante</b>	<b>13.693</b>		<b>13.693</b>

### 13. Operações descontinuadas

Conforme mencionado na nota 1.1, em 10 de julho de 2020 foi concluída a venda das operações de automóveis e outros ramos elementares pelo montante de R\$3.181.454, gerando um ganho líquido de R\$1.440.837, após a dedução dos custos dos ativos negociados de R\$908.081, despesas com tributos de R\$726.936 e demais despesas associadas a venda de R\$105.600. Após a conclusão da transação, os ativos classificados como mantidos para venda e os passivos relacionados a esses ativos foram baixados contabilmente. O resultado dessas operações para o período comparativo compreendido entre 01 de janeiro a 10 de julho de 2020, está apresentado a seguir:

	2020
<b>Receitas operacionais de seguros</b>	<b>1.492.975</b>
Prêmios líquidos	1.492.683
Outras receitas operacionais	292
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>12.179</b>
<b>Variações das provisões técnicas de prêmios</b>	<b>172.968</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(1.323.158)</b>
Sinistros	(924.326)
Custos de comercialização	(374.889)
Outras despesas operacionais	(23.943)
<b>Margem bruta operacional</b>	<b>354.964</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(228.311)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>48.655</b>
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>3.594</b>
<b>Resultado antes de impostos e contribuições</b>	<b>178.872</b>
Imposto de renda e contribuição social	(69.496)
<b>Lucro líquido do período proveniente das operações descontinuadas, antes do resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para a venda</b>	<b>109.376</b>
<b>Resultado na venda dos ativos líquidos mantidos para venda</b>	<b>1.440.837</b>
<b>Lucro líquido do período proveniente das operações descontinuadas</b>	<b>1.550.213</b>

A seguir destacamos as principais classes de ativos e passivos da operação de automóveis e ramos elementares classificados como ativos e passivos de operações descontinuadas em 30 de junho de 2020, e baixados após a conclusão da operação:

	30/06/2020
<b>Ativo</b>	<b>3.358.292</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.358.292</b>
Caixa e equivalentes de caixa	9.195
Aplicações financeiras	1.839.068
Recebíveis	1.058.222
Tributos	352
Ativos de resseguro	5.080
Salvados a venda	91.080
Custos de comercialização diferidos	351.769
Outros	3.526
<b>Não circulante</b>	<b>190.495</b>
Aplicações financeiras	9.137
Recebíveis	704
Depósitos judiciais e fiscais	55.698
Ativos de resseguro	2.362
Custos de comercialização diferidos	1.376
Tributos	34.689
Outros	3.777
Ativos de arrendamentos	15.171
Imobilizado	5.386
Intangível	62.195
<b>Ativos classificados como mantidos para venda</b>	<b>3.548.787</b>
<b>Passivo</b>	<b>2.389.567</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.389.567</b>
Contas a pagar	198.162
Passivos de seguros e resseguros	103.673
Provisões técnicas de seguros	2.076.868
Provisões judiciais	3.166
Outros	7.698

	2020
<b>Passivo</b>	<b>251.139</b>
<b>Não circulante</b>	<b>251.139</b>
Contas a pagar	8.941
Impostos e contribuições diferidos	14.311
Provisões técnicas de seguros	214.319
Provisões judiciais	11.700
Outros	1.868
<b>Obrigações diretamente associadas a ativos classificados como mantidos para venda</b>	<b>2.640.706</b>
<b>Ativos líquidos diretamente associados ao grupo de mantidos para venda</b>	<b>908.081</b>

O fluxo de caixa líquido incorrido pela operação descontinuada para o período comparativo compreendido entre 01 de janeiro a 10 de julho de 2020 está demonstrado a seguir:

	2020
Atividades operacionais	(3.399.206)
Atividades de investimento	3.180.704
Atividades de financiamento	227.451
<b>Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.949</b>

O lucro líquido das operações descontinuadas por ação para o exercício findo em 31/12/2020 está demonstrado a seguir:

Descrição	Companhia		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Lucro por ação - básico (em R\$)	1,3310	1,3547	1,3427
Lucro por ação - diluído (em R\$)	1,3249	1,3419	1,3333

### 14. Arrendamentos

A seguir, demonstramos os valores relacionados aos arrendamentos, conforme descrito na nota 3.

Ativo de direito de uso	Contratos de alugueis de imóveis		Contratos de alugueis de veículos de frota		Contratos de alugueis de equipamentos		Total
	alugueis de imóveis	de veículos de frota	alugueis de imóveis	de veículos de frota	alugueis de equipamentos	de veículos de frota	
Valor contábil de ativos de direito de uso em 01/01/2020	158.619	4.748	-	-	-	-	163.367
Adições a ativos de direito de uso	56.853	786	268	-	-	-	57.907
Encargos de depreciação	(40.139)	(1.830)	-	-	(7)	-	(41.976)
Operações descontinuadas (c)	(12.548)	(2.623)	-	-	-	-	(15.171)
<b>Valor contábil de ativos de direito de uso em 31/12/2020</b>	<b>162.785</b>	<b>1.081</b>	<b>261</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>164.127</b>
<b>Não circulante</b>	<b>162.785</b>	<b>1.081</b>	<b>261</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>164.127</b>

Passivo de arrendamento (b)	2020		2021	
	2020	2021	2020	2021
Valor contábil do passivo de arrendamento em 01/01/2020	177.052	4.816	-	-
Adições a passivos de arrendamento	56.853	1.307	268	-
Saídas de caixa totais para arrendamentos	(55.008)	(1.797)	-	-
Despesas de juros	12.280	266	1	-
Operações descontinuadas (c)	(17.025)	(3.403)	-	-
<b>Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2020</b>	<b>174.152</b>	<b>1.189</b>	<b>269</b>	<b>-</b>
<b>Circulante</b>	<b>174.152</b>	<b>1.189</b>	<b>269</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado</b>	<b>67</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>67</b>

(a) Despesas com prazo inferior a 12 meses possuem isenção da norma para registro no balanço;

(b) Valores contabilizados e demonstrados na rubrica "Contas a pagar" – nota 17; e

(c) Alienação da carteira de auto e ramos elementares conforme nota 13.

||
||
||

# Confiamos no futuro, INVESTIMOS no PRESENTE



33 – Benefícios a empregados;  
(d) Referem-se a ganhos e/ou perdas de capital nos investimentos diretos da Companhia, onde a mutação do investimento ocorreu de forma desproporcional, alterando o percentual de participação da Companhia na investida;  
(e) A Companhia adquiriu em 26/03/2020 participação na SAH através de 229.026.643 ações ordinárias pelo montante de R\$230.000;  
(f) Valores referentes a reestruturação societária prevista no processo de alienação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 1.1;  
(g) A linha de dividendos e juros sobre o capital próprio contempla a deliberação de dividendos proveniente de recursos obtidos na alienação de participação da SAH na SASAM;  
(h) Baixa pela alienação da participação direta da Companhia na SASAM;  
(i) Refere-se a distribuição de dividendos intermediários da controlada CIA. SAÚDE, com base em seu saldo de reservas de lucros existentes em 31/12/2020; e  
(j) Constituição da investida INTEGRALE em 23/08/2021, com integralização de 10% do capital no ato da constituição e 90% em até 12 meses.

Descrição	Companhia					Total
	TRADITIO (nova denominação da SALIC)	SAEPAR	CIA. SAÚDE	SAH	INTEGRALE	
Ativo	7.310.778	1.953.510	13.760.945	9.398	70.084	23.042.715
Passivo	640.515	73.992	6.030.880	195	192	12.875.874
Patrimônio líquido	6.670.263	1.879.518	7.730.065	9.203	69.892	10.159.256
Receita líquida	8.217	82.967	19.032.969	-	-	19.122.193
Lucro líquido do exercício	266.627	76.419	485.701	191	(108)	828.810
Percentual de participação (%)	72,95%	100,00%	43,89%	62,44%	10,00%	-
Valor contábil do investimento (a)	4.866.204	1.879.818	3.400.499	5.746	6.989	10.159.256
Quantidade de ações ordinárias	137	3.608	34.874.384	229.106.917	7.000.000	-
Quantidade de ações preferenciais	273	-	12.347.749	-	-	-

(a) Em 30/12/2021 a Companhia aumentou o capital da CIA. SAÚDE no valor de R\$200.000 com emissão de 1.314.010 novas ações ordinárias e 1.606.013 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$68,49 (reais) por ação, e em 29/12/2021 aumentou capital no valor de R\$105.000 com emissão de 613.205 novas ações ordinárias e 919.807 novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$68,49 (reais) por ação. Estes valores subscritos mas ainda não integralizados alteram o percentual de participação da Companhia na CIA. SAÚDE para 46,12%.

Descrição	Companhia					Total
	TRADITIO (nova denominação da SALIC)	SAEPAR	CIA. SAÚDE	SAH	INTEGRALE	
Ativo	7.303.741	1.874.969	13.609.483	16.265	16.265	23.810.723
Passivo	827.085	20.246	6.368.136	254	16.011	13.432.732
Patrimônio líquido	6.476.656	1.854.723	7.241.347	16.011	-	10.588.737
Receita líquida	205.905	43.315	18.206.970	-	-	18.455.190
Lucro líquido do exercício	406.270	438.364	909.181	848.979	-	1.792.794
Percentual de participação (%)	72,95%	100,00%	40,05%	62,44%	-	-
Valor contábil do investimento	4.687.525	1.854.723	2.899.877	9.997	9.997	9.452.122
Quantidade de ações ordinárias	131	3.525	29.402.434	229.106.917	-	-
Quantidade de ações preferenciais	262	-	9.371.514	-	-	-

## 15.2. Consolidado

Descrição	2021		2020	
	Participações societárias			
Valor original		9.626		25.135
Mais valia		13.904		25.425
Ágio		62.940		54.368
Imóveis destinados à renda		651		716
Outros		995		806
<b>Total</b>		<b>88.116</b>		<b>106.450</b>

### 15.2.1. Participações societárias

Os seguintes investimentos em coligadas são apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas:

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Participações societárias				
Valor original		9.626		25.135
Mais valia		13.904		25.425
Ágio		62.940		54.368
Imóveis destinados à renda		651		716
Outros		995		806
<b>Total</b>		<b>88.116</b>		<b>106.450</b>

(a) Devido a aquisição da O10 Participações S.A. pela controlada SAMI, seus ativos intangíveis líquidos foram avaliados a valor justo. A amortização da mais valia desses ativos está sendo reconhecida no resultado da controlada SAMI pelo método da equivalência patrimonial.

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Participações societárias				
Valor original		9.626		25.135
Mais valia		13.904		25.425
Ágio		62.940		54.368
Imóveis destinados à renda		651		716
Outros		995		806
<b>Total</b>		<b>88.116</b>		<b>106.450</b>

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Participações societárias				
Valor original		9.626		25.135
Mais valia		13.904		25.425
Ágio		62.940		54.368
Imóveis destinados à renda		651		716
Outros		995		806
<b>Total</b>		<b>88.116</b>		<b>106.450</b>

O Intangível é representado conforme tabela a seguir:

Custo	Consolidado			
	Custos de desenvolvimento e licenças de softwares (a)	Ágio (b)	Outros	Total
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>477.739</b>	<b>173.889</b>	<b>42.008</b>	<b>693.636</b>
Adição	163.390	-	-	163.390
Baixa	(67.350)	(14.039)	(4.740)	(86.129)
Aquisição de controlada (c)	3.057	284.924	82.143	370.124
Operações descontinuadas (d)	(145.907)	-	-	(145.907)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>430.929</b>	<b>444.774</b>	<b>119.411</b>	<b>995.114</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(244.969)</b>	<b>-</b>	<b>(2.131)</b>	<b>(247.100)</b>
Baixa	55.329	-	1.598	56.927
Amortização	(61.780)	-	(7.337)	(69.117)
Aquisição de controlada (c)	(1.898)	-	-	(1.898)
Operações descontinuadas (d)	83.712	-	-	83.712
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(169.606)</b>	<b>-</b>	<b>(7.870)</b>	<b>(177.476)</b>
<b>Saldo residual em 31/12/2020</b>	<b>261.323</b>	<b>444.774</b>	<b>111.541</b>	<b>817.638</b>
Vida útil estimada	5 e 10 anos	-	-	-

Custo	Consolidado			
	Custos de desenvolvimento e licenças de softwares (a)	Ágio (b)	Outros	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>430.929</b>	<b>444.774</b>	<b>119.411</b>	<b>995.114</b>
Adição	178.740	-	-	178.740
Baixa	(83.795)	(38)	-	(83.833)
Aquisição de carteira de clientes (e)	-	-	14.400	14.400
Outros	-	(185)	279	94
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>525.874</b>	<b>444.551</b>	<b>134.090</b>	<b>1.104.515</b>
<b>Amortização acumulada</b>	<b>(169.606)</b>	<b>-</b>	<b>(7.870)</b>	<b>(177.476)</b>
Baixa	83.681	-	-	83.681
Amortização	(78.355)	-	(10.281)	(88.636)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>(164.800)</b>	<b>-</b>	<b>(18.151)</b>	<b>(182.951)</b>
<b>Saldo residual em 31/12/2021</b>	<b>361.594</b>	<b>444.551</b>	<b>115.939</b>	<b>922.084</b>
Vida útil estimada	5 e 10 anos	-	-	-

(c) Aquisição da Paraná Clínicas e GNI22, conforme nota 4.4.1;  
(d) Alienação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 13; e  
(e) Aquisição da carteira da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, conforme nota 1.4.

(a) **Custos de desenvolvimento e licenças de softwares**  
Representam, principalmente, dispêndios com desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site das companhias e das operações da SulAmérica, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional.

(b) **Ágio**  
Os ágios reconhecidos na SulAmérica, referem-se às seguintes transações:

- Ágio gerado na aquisição de participação de acionistas não controladores na TRADITIO (nova denominação da SALIC) pela Companhia, em 1991, no montante de R\$1.970. No terceiro trimestre de 2020, houve a baixa do ágio devido à descontinuidade da operação;
- Ágio gerado na aquisição pela controlada SAEPAR, de participação de acionistas não controladores da TRADITIO (nova denominação da SALIC), em oferta pública de ações realizada em 2008, no montante de R\$15.409. No terceiro trimestre de 2020, houve a baixa de parte do ágio, no montante de R\$7.096, devido à descontinuidade da operação, totalizando um montante de R\$7.413;
- Ágio gerado na aquisição da companhia Dental Plan pela controlada CIA. SAÚDE em 2010, no montante de R\$30.300, posteriormente a Dental Plan foi incorporada pela SULAODONTO;
- Ágio gerado na aquisição da CONTROLADA SAEPAR, em 07 de dezembro de 2018, no montante de R\$15.456;
- Ágio gerado na aquisição da PROIDENT pela controlada SULAODONTO, em 31 de julho de 2019, no montante de R\$111.654. No segundo trimestre de 2020, foi realizado a mensuração subsequente do ágio em função da materialização de fatos e circunstâncias já existentes na data de aquisição ocasionando um ajuste de R\$3.651, conforme é exigido pela norma contábil. Em dezembro de 2020, houve redução do ágio, no montante de R\$1.322, sendo R\$688 referentes a perdas definitivas das novas demandas e R\$634 referentes a perdas provenientes das demandas existentes (valor retido insuficiente), totalizando um montante de R\$106.681; e
- Ágio gerado na aquisição da Paraná Clínicas e GNI22 pela controlada SULAMED, em 10 de setembro de 2020, no montante de R\$284.886 e R\$38, respectivamente. No primeiro trimestre de 2021, o ágio foi ajustado em R\$185, líquido de tributos diferidos, em função da remensuração da mais valia de determinados ativos intangíveis. Já no segundo trimestre de 2021, o ágio gerado na aquisição da GNI22, no montante de R\$38, foi baixado devido à incorporação da GNI22 pela SAEPAR em 31 de maio de 2021 (vide nota 4.4.1), totalizando o montante de R\$284.701. Conforme exigido pela norma contábil vigente, anualmente a SulAmérica realiza teste do valor recuperável do ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura (goodwill) de seus ativos, através do modelo financeiro de desconto de dividendos. As premissas sobre as quais a SulAmérica baseou suas projeções e exerceu seu julgamento, decorrem das projeções orçamentárias aprovadas por seu Conselho de Administração para períodos entre 5 e até 10 anos, momento no qual se dará a estabilização dos fluxos financeiros em decorrência da maturação dos negócios. Tais projeções também levam em consideração o perfil regulatório dos ramos de negócio da SulAmérica, incluindo assim, a previsibilidade de manutenção do patamar financeiro para garantia de sua margem de solvência. Os índices utilizados no modelo de projeções, bem como, as taxas de desconto e crescimento em perpetuidade foram calculadas internamente, em conformidade com a mais recente avaliação do mercado em suas expectativas e tendências, elaborada por entidade independente e com as políticas de gestão de riscos da SulAmérica, como preconiza seu plano de negócios. A Administração da Companhia concluiu que não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável para os ágios reconhecidos em 31/12/2021, mesmo considerando o cenário de incerteza trazido pelo estado de alerta provocado pela COVID-19 (vide nota 1.7).

## 17. Contas a pagar

Descrição	Notas	Companhia			Consolidado		
		2021	2020	2021	2020	2021	2020
Obrigações a pagar	17.1	79.230	53.844	277.685	277.035	-	-
Encargos trabalhistas	-	-	-	55.270	52.254	-	-
Impostos e contribuições a pagar	17.2	11.887	12.965	158.752	210.749	-	-
Capitalização	19.1	-	-	37	1.065	-	-
Saúde administrada (a)	-	-	-	409.789	338.173	-	-
Outras contas a pagar	17.3	6.924	905	237.393	294.761	-	-
Passivos de arrendamento	66	66	204	130.434	175.610	-	-
<b>Total</b>		<b>98.107</b>	<b>67.918</b>	<b>1.269.360</b>	<b>1.349.647</b>		
<b>Circulante</b>		<b>98.049</b>	<b>67.738</b>	<b>1.104.796</b>	<b>1.117.144</b>		
<b>Não circulante</b>		<b>58</b>	<b>180</b>	<b>164.564</b>	<b>232.503</b>		

(a) Conforme nota 9.2, saúde administrada é a modalidade em que a SulAmérica administra as despesas médicas e hospitalares em favor de seus clientes e é integralmente reembolsada pelos clientes.

## 17.1. Obrigações a pagar

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Refinanciamento fiscal - REFIN	-	-	38.606	50.578
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	79.230	53.111	79.230	53.111
Participações no lucro	-	-	70.370	79.381
Honorários e gratificações a pagar	-	-	28.512	44.707
Previdência privada	-	-	5.002	7.797
Benefícios a empregados	-	617	31.531	34.352
Demas	-	116	24.434	7.109
<b>Total</b>	<b>79.230</b>	<b>53.844</b>	<b>277.685</b>	<b>277.035</b>
<b>Circulante</b>	<b>79.230</b>	<b>53.844</b>	<b>257.335</b>	<b>249.243</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>20.350</b>	<b>27.792</b>

## REFIS

Em 11/2009, a controlada RIOSCAP (nova denominação da SULACAP) (adquirida em 04/2013) aderiu ao REFIS referente a Lei nº 11.941/2009, com o objetivo de parcelar as exações tributárias devidas a título de COFINS, CSLL e IRPJ, as quais se encontravam em discussão nas esferas administrativa ou judicial. O montante total objeto deste parcelamento somava na data de sua adesão R\$20.411 líquidos da redução dos benefícios previstos. O parcelamento prevê o pagamento em até 180 parcelas iguais e mensais, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC.

Em 08/2011, a controlada PROIDENT aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (P.P.I.), instituído pela Prefeitura do Município de São Paulo, por meio do advento da Lei nº 14.129 de 11 de janeiro de 2006, visando a regularização de débitos tributários relativos ao ISS devido ao longo do período de 2005 a 2009. O parcelamento prevê o pagamento do débito em 120 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas com base na variação da taxa SELIC. O montante total na data da adesão somava R\$3.424 e o pagamento da última parcela se deu em competência de agosto de 2021.

Em 12/2013, as controladas RIOSCAP (nova denominação da SULACAP), CIA. SAÚDE, SULASEG e TRADITIO (nova denominação da SALIC) aderiram a uma nova edição do REFIS, nos termos dispostos pela Lei nº 12.865/2013, com o objetivo de parcelar em 30 vezes ou quitar, por meio da conversão em renda, em favor da União Federal, depósitos judiciais mantidos como garantia das disputas tributárias relativas à CSLL, IRPJ, INSS, assim como de obrigações de natureza regulatória impostas pela ANS conexas ou não com ressarcimento ao SUS, que estavam em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial. O montante total das obrigações na data da adesão somava R\$66.338, líquido da redução dos benefícios previstos, no qual está compreendido o valor de R\$14.204, registrado no passivo circulante, que será pago através da conversão em renda dos depósitos judiciais de INSS e multas aplicadas pela ANS e ressarcimento ao SUS. Em 04/2016, houve a conversão em renda dos depósitos de CSLL no valor de R\$1.159 da CIA. SAÚDE. Em 04/2016, RIOSCAP (nova denominação da SULACAP), CIA. SAÚDE e TRADITIO (nova denominação da SALIC) realizaram o pagamento da última parcela. Também já houve a conversão em renda do processo 20115101039791 de CSLL da controlada RIOSCAP (nova denominação da SULACAP). Com isso, os valores relativos à CSLL e ao IRPJ foram integralmente quitados, restando, tão somente, a conversão em renda dos depósitos judiciais relativos aos processos previdenciários das controladas TRADITIO (nova denominação da SALIC), SULASEG e CIA. SAÚDE, de multas regulatórias aplicadas pela ANS conexas ou não com ressarcimento ao SUS da controlada CIA. SAÚDE.

Em 16/11/2017, as controladas SULAMED e CIA. SAÚDE aderiram ao Programa de Regularização de Débitos Não Tributários – PRD instituído pela Medida Provisória (MP) nº 780, convertida na Lei nº 13.494/2017, objetivando parcelar valores relativos a débitos oriundos de multas aplicadas pela ANS, que estavam em discussão nas esferas administrativa e judicial. O parcelamento prevê o pagamento de 60 parcelas mensais e sucessivas, atualizadas mensalmente com base na variação da taxa SELIC, sendo que o pagamento da 1ª parcela corresponde a 20% do valor da dívida consolidada, sem reduções, e o parcelamento do restante contou com redução de 60% dos juros e da multa de mora. O montante total na data da adesão foi de R\$23.138, e que será pago por meio de guias expedidas mensalmente. Em 29/12/2017, a controlada PROIDENT aderiu ao referido Programa, com montante total na data da adesão de R\$1.714. Em 28/09/2018, a controlada PARANÁ CLÍNICAS também aderiu a esse parcelamento, com montante total na data da adesão de R\$2.800.

Em 31/12/2021, as obrigações estão registradas na rubrica "Contas a pagar", sendo R\$17.740 no passivo circulante (R\$22.786 em 2020) e R\$20.866 no passivo não circulante (R\$27.792 em 2020).

## 17.2. Impostos e contribuições a pagar

Descrição	Companhia		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda	-	5.649	5.973	11.560
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	114	81	22.231	37.022
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	-	-	13.017	24.212
Imposto Sobre Serviços - ISS	-	3	32.809	20.446
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	-	2.034	3.487	4.833
Contribuições PIS e COFINS	11.604	5.079	37.567	25.842
Contribuição INSS	169	118	39.520	38.1

# Confiamos no futuro, INVESTIMOS no PRESENTE

Sul América S.A. | CNPJ 29.978.814/0001-87



## 18.2. Valor Justo – Debêntures

A tabela a seguir apresenta o valor de mercado das Debêntures em 31/12/2021 e 2020, de acordo com o preço unitário (PU) no mercado secundário disponibilizado pela ANBIMA.

Emissão	Série	2021		2020	
		Valor justo	Taxa	Valor justo	Taxa
3ª Emissão	2ª série	70.573	IPCA + 5,99%	133.830	IPCA + 1,09%
4ª Emissão	2ª série	-	-	97.117	150,11% CDI
5ª Emissão	Série única	253.390	109,85% CDI	489.760	162,35% CDI
6ª Emissão	1ª série	712.340	111,47% CDI	686.191	136,47% CDI
8ª Emissão	2ª série	241.493	CDI + 1,34%	-	-
9ª Emissão	1ª série	487.996	CDI + 1,45%	-	-
9ª Emissão	2ª série	757.020	CDI + 1,50%	-	-
9ª Emissão	2ª série	757.162	CDI + 1,70%	-	-
<b>Total</b>		<b>3.279.974</b>		<b>1.406.898</b>	

## 18.3. Covenants

De acordo com as cláusulas de vencimento antecipado contidas nas escrituras de emissões de debêntures e no contrato de CCB, a Companhia está sujeita à manutenção de certos índices financeiros dentro dos limites previamente estabelecidos (covenants financeiros). A tabela a seguir, apresenta os covenants financeiros pelos quais a Companhia está submetida.

Descrição dos covenants	Índice requerido
Índice financeiro I - dívida financeira líquida / geração de caixa	Igual ou inferior a 2 vezes a geração de caixa
Índice financeiro II - geração de caixa / resultado financeiro líquido	Igual ou superior a 4 vezes o resultado financeiro líquido
Índice financeiro III - geração de caixa	Igual ou superior a zero

**Dívida financeira líquida:** obrigações financeiras menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras líquidas das provisões técnicas a serem cobertas.

**Geração de caixa:** resultado antes dos tributos sobre o lucro menos depreciação e amortização.

Todos os índices financeiros exigidos foram atendidos adequadamente em 31/12/2021 e 2020.

## 19. Capitalização

A operação de capitalização é tratada nestas demonstrações financeiras como instrumento financeiro, de acordo com o CPC 38/IAS 39. Os montantes que compreendem a operação são os seguintes:

Descrição	2021		2020	
	Nota	37	1.065	1.065
<b>Provisões</b>	<b>19.1</b>	<b>37</b>	<b>1.065</b>	<b>1.065</b>
Resgates	-	37	-	1.065

## 19.1. Movimentação de provisões

Descrição	2021		2020	
	Provisão para resgates	Provisão para sorteios	Total	Total
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>643.421</b>	<b>44.318</b>	<b>687.739</b>	<b>687.739</b>
Adições	58.077	3.871	61.948	61.948
Pagamentos	(62.986)	(12.086)	(75.072)	(75.072)
Resgate antecipado	(7)	-	(7)	(7)
Prescritos	(534)	(867)	(1.401)	(1.401)
Reversões	(739)	-	(739)	(739)
Atualização monetária / juros	3.138	9	3.147	3.147
Alienação da carteira de capitalização (a)	(639.305)	(35.245)	(674.550)	(674.550)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.065</b>	<b>-</b>	<b>1.065</b>	<b>1.065</b>
<b>Total</b>	<b>1.065</b>	<b>-</b>	<b>1.065</b>	<b>1.065</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.065</b>	<b>-</b>	<b>1.065</b>	<b>1.065</b>

(a) Conclusão da alienação da carteira de capitalização, conforme exposto na nota 1.2.

Descrição	2021		2020	
	Provisão para resgates	Provisão para sorteios	Total	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>1.065</b>	<b>-</b>	<b>1.065</b>	<b>1.065</b>
Prescritos	(1.028)	-	(1.028)	(1.028)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>37</b>	<b>-</b>	<b>37</b>	<b>37</b>
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>-</b>	<b>37</b>	<b>37</b>
<b>Circulante</b>	<b>37</b>	<b>-</b>	<b>37</b>	<b>37</b>

## 20. Passivos de seguros e resseguros

Descrição	2021		2020	
	Nota	2021	2020	2020
<b>Seguros</b>				
Prêmios a restituir	-	2.810	-	1.828
Operações com seguradoras	-	13.836	-	12.945
Corretores de seguros	20.1	43.331	68.017	68.017
Outros débitos operacionais (a)	-	244.261	-	123.051
Depósitos de terceiros	20.2	42.709	114.170	114.170
<b>Subtotal</b>		<b>346.947</b>		<b>320.011</b>
<b>Resseguros</b>				
Operações com resseguradoras	11.2	37.738	23.118	23.118
<b>Subtotal</b>		<b>37.738</b>		<b>23.118</b>
<b>Total</b>		<b>384.685</b>		<b>343.129</b>
<b>Circulante</b>		<b>384.685</b>		<b>343.129</b>

(a) Variação decorrente das entradas financeiras recebidas nos últimos dias do exercício de 2021, que foram regularizadas em janeiro de 2022.

## 20.1. Corretores de seguros

Descrição	2021		2020	
	2021	2020	2020	2020
Seguro direto e retrocessão	40.675	65.776	65.776	65.776
Seguro direto - RVNE	2.656	2.241	2.241	2.241
<b>Total</b>	<b>43.331</b>	<b>68.017</b>	<b>68.017</b>	<b>68.017</b>
<b>Circulante</b>	<b>43.331</b>	<b>68.017</b>	<b>68.017</b>	<b>68.017</b>

## 20.2. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a SulAmérica, cujas apólices encontram-se em processo de emissão ou as parcelas de prêmios recebidas encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores recebidos parcialmente ou com dados divergentes.

Descrição	2021		2020	
	Prêmio direto	Previdência	Total	Total
De 01 a 30 dias	6.831	7.062	13.893	13.893
De 31 a 60 dias	4.471	837	5.308	5.308
De 61 a 120 dias	2.756	307	3.063	3.063
De 121 a 180 dias	2.876	15	2.891	2.891
De 181 a 365 dias	1.411	1.474	2.885	2.885
Acima de 365 dias	6.714	7.955	14.669	14.669
<b>Total</b>	<b>25.059</b>	<b>17.650</b>	<b>42.709</b>	<b>42.709</b>

Descrição	2021		2020	
	Prêmio direto	Previdência	Total	Total
De 01 a 30 dias	52.645	30.089	82.734	82.734
De 31 a 60 dias	3.578	218	3.796	3.796
De 61 a 120 dias	4.044	1.523	5.567	5.567
De 121 a 180 dias	2.252	586	2.838	2.838
De 181 a 365 dias	1.434	6.064	7.498	7.498
Acima de 365 dias	6.080	5.657	11.737	11.737
<b>Total</b>	<b>70.033</b>	<b>44.137</b>	<b>114.170</b>	<b>114.170</b>

## 21. Provisões técnicas de seguros

Descrição	2021		2020	
	Nota	2021	2020	2020
<b>Provisões técnicas</b>				
Seguros	-	4.847.042	-	4.555.661
Saúde	21.1	4.377.450	-	4.141.710
Danos	21.2	28.886	-	22.398
Pessoas	21.3	440.706	-	391.553
Previdência privada	21.5	9.174.747	-	9.425.913
<b>Total</b>		<b>14.021.789</b>		<b>13.981.574</b>
<b>Circulante</b>		<b>6.486.052</b>		<b>6.215.396</b>
<b>Não circulante</b>		<b>7.535.737</b>		<b>7.766.178</b>

## 21.1. Saúde

Descrição	2021		2020	
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios concedidos (Remissão)	Total
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>420.412</b>	<b>2.861.649</b>	<b>53.140</b>	<b>3.335.201</b>
Aquisição do saldo da Paraná Clínicas (a)	-	42.493	61	42.554
Emissões	18.607.497	(13.807.010)	(5.365)	4.795.122
Pagamentos/ baixas	-	-	-	-
Prêmios ganhos	(18.581.864)	-	-	(18.581.864)
Avisados/ alterações	-	13.729.421	9.622	13.739.043
Atualização monetária / juros	-	6.326	3.263	9.589
Variação do IBNR	-	802.065	-	802.065
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>446.045</b>	<b>3.634.944</b>	<b>60.721</b>	<b>4.141.710</b>
<b>Circulante</b>	<b>446.045</b>	<b>3.634.944</b>	<b>60.721</b>	<b>4.141.710</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>88.629</b>

(a) Aquisição do saldo da Paraná Clínicas, conforme nota 4.4.1.

Descrição	2021		2020	
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios concedidos (Remissão)	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>446.045</b>	<b>3.634.944</b>	<b>60.721</b>	<b>4.141.710</b>
Emissões	19.564.332	-	-	19.564.332
Pagamentos/ baixas	-	(16.703.708)	(4.443)	(16.708.151)
Prêmios ganhos	(19.542.018)	-	-	(19.542.018)
Avisados/ alterações	-	17.147.268	8.434	17.155.702
Atualização monetária/ juros	-	12.626	3.910	16.536
Variação do IBNR	-	(250.661)	-	(250.661)
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>468.359</b>	<b>3.840.469</b>	<b>68.622</b>	<b>4.377.450</b>
<b>Circulante</b>	<b>468.359</b>	<b>3.840.469</b>	<b>68.622</b>	<b>4.377.450</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>105.779</b>

## 21.2. Danos

Descrição	2021		2020	
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>1.799.065</b>	<b>733.492</b>	<b>-</b>	<b>2.532.557</b>
Emissões	1.683.752	-	-	1.683.752
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	(155.278)	(1.122.935)	-	(1.278.213)
Prêmios ganhos	(1.699.850)	-	-	(1.699.850)
Avisados/ alterações	-	1.069.154	-	1.069.154
Atualização monetária/ juros	-	11.301	-	11.301
Variação do IBNR	-	(5.116)	-	(5.116)
Operações descontinuadas (a)	(1.627.689)	(663.498)	-	(2.291.187)
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	<b>22.398</b>	<b>-</b>	<b>22.398</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>22.398</b>	<b>-</b>	<b>22.398</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>19.011</b>

(a) Alienação da carteira de auto e ramos elementares, conforme nota 13.

Descrição	2021		2020	
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios concedidos	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>-</b>	<b>22.398</b>	<b>-</b>	<b>22.398</b>
Pagamentos/ cancelamentos/ baixas	-	(2.160)	-	(2.160)
Avisados/ alterações	-	6.926	-	6.926
Atualização monetária/ juros	-	1.722	-	1.722
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>-</b>	<b>28.886</b>	<b>-</b>	<b>28.886</b>
<b>Circulante</b>	<b>-</b>	<b>28.886</b>	<b>-</b>	<b>28.886</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.557</b>

## 21.3. Pessoas

A seguir, a informação de provisões técnicas de pessoas, sem previdência privada, que está sendo apresentada à parte, na nota 21.5, devido as suas especificidades:

Descrição	2021		2020	
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Total
<b>Saldo em 01/01/2020</b>	<b>46.161</b>	<b>261.806</b>	<b>10.412</b>	<b>318.379</b>
Emissões	609.251	-	-	609.251
Avisados, líquido de pagamento e cancelamentos	(92.349)	-	-	(92.349)
Prêmios ganhos	(472.087)	-	10.638	(461.449)
Atualização monetária / juros	-	15.023	-	15.023
Variação IBNR/ IBNC/ IBNER	-	11.633	-	11.633
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>81.976</b>	<b>299.100</b>	<b>10.477</b>	<b>391.553</b>
<b>Circulante</b>	<b>81.976</b>	<b>299.100</b>	<b>10.477</b>	<b>391.553</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>168.499</b>

Descrição	2021		2020	
	Provisão de prêmios não ganhos	Provisão de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	Provisão matemática de benefícios a conceder	Total
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>81.976</b>	<b>299.100</b>	<b>10.477</b>	<b>391.553</b>
Emissões	650.635	-	-	650.635
Avisados, líquido de pagamento e cancelamentos	(109.874)	-	-	(109.874)
Prêmios ganhos	(547.110)	-	170	(546.940)
Atualização monetária / juros	-	22.607	-	22.607
Variação IBNR/ IBNC/ IBNER	-	32.831	-	32.831
<b>Saldo em 31/12/2021</b>	<b>75.627</b>	<b>354.708</b>	<b>10.371</b>	<b>440.706</b>
<b>Circulante</b>	<b>75.627</b>	<b>354.708</b>	<b>10.371</b>	<b>440.706</b>

# Confiamos no futuro, INVESTIMOS no PRESENTE



Descrição	Saldo em 31/12/2020		Atualização monetária		Pagamentos/baixas (28.514)		Consolidado Saldo em 31/12/2021	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
<b>Trabalhistas</b>	<b>94.673</b>	<b>5.776</b>	<b>3.325</b>	<b>3.325</b>	<b>(28.514)</b>	<b>(28.514)</b>	<b>75.260</b>	<b>10.012</b>
<b>Circulante</b>	<b>94.673</b>	<b>5.776</b>	<b>3.325</b>	<b>3.325</b>	<b>(28.514)</b>	<b>(28.514)</b>	<b>75.260</b>	<b>10.012</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>65.248</b>	<b>65.248</b>
<b>Cíveis e outros:</b>								
Cíveis	426.884	219.394	88.645	(233.537)	-	-	501.386	-
Outros	35.845	26.369	2.783	(29.801)	-	-	35.196	-
Honorários	43.997	31.932	-	(24.292)	-	-	51.637	-
<b>Subtotal</b>	<b>506.726</b>	<b>277.695</b>	<b>91.428</b>	<b>(287.630)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>588.219</b>	<b>166.082</b>
<b>Circulante</b>	<b>506.726</b>	<b>277.695</b>	<b>91.428</b>	<b>(287.630)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>588.219</b>	<b>166.082</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>422.137</b>	<b>422.137</b>
<b>Tributárias:</b>								
PIS	292.787	8	5.048	-	-	-	297.843	-
COFINS	504.223	-	8.536	-	-	-	512.759	-
IRPJ	72.541	-	1.406	-	-	-	73.947	-
CSLL (c)	605.967	-	1.908	(600.932)	-	-	6.943	-
INSS	355.872	-	6.049	(4.370)	-	-	357.551	-
Outras ações tributárias	4.244	1.246	71	(2.419)	-	-	3.142	-
Honorários	38.710	3.173	849	(2.428)	-	-	40.304	-
<b>Subtotal</b>	<b>1.874.344</b>	<b>4.427</b>	<b>23.867</b>	<b>(610.149)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.292.489</b>	<b>1.292.489</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.874.344</b>	<b>4.427</b>	<b>23.867</b>	<b>(610.149)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.292.489</b>	<b>1.292.489</b>
<b>Total</b>	<b>2.475.743</b>	<b>287.898</b>	<b>118.620</b>	<b>(926.293)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.955.968</b>	<b>1.955.968</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.475.743</b>	<b>287.898</b>	<b>118.620</b>	<b>(926.293)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.955.968</b>	<b>1.955.968</b>
<b>Não circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.779.874</b>	<b>1.779.874</b>

(c) Variação devida à baixa do processo de majoração da alíquota da CSLL e a conversão em renda a favor da União do respectivo depósito judicial, conforme nota 22.2.1.

### 22.2.1. Obrigações fiscais

As principais ações judiciais oriundas de obrigações fiscais em 31/12/2021 e 2020 são:

#### COFINS

As controladas das áreas de seguros e previdência: TRADITIO (nova denominação da SALIC), SULASEG, CIA. SAÚDE e SAÚDE, incorporada pela CIA. SAÚDE, questionam judicialmente a majoração da alíquota da COFINS em 1% (Lei nº 10.684 de 30/05/2003) incidentes sobre as receitas obtidas com prêmios emitidos, em decorrência da comercialização das apólices de seguros e previdência. Em junho de 2018, o pleno do STF julgou o RE 578.846, em sede de repercussão geral, pelo qual foi reafirmado a constitucionalidade da exigência da alíquota majorada da COFINS devida por instituições financeiras e entidades de seguro. As controladas ainda questionam a incidência da COFINS sobre a receita da atividade de seguro (Lei 9.178/1998). Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda em relação à majoração da alíquota de 1% sobre as atividades de seguro e remota sobre outras receitas. Os valores questionados no passado estavam sendo depositados judicialmente e provisionados e, atualmente, as companhias estão recolhendo a contribuição majorada em 1% incidente sobre as receitas da atividade.

O Decreto nº 8.426, de 01 de abril de 2015, restabeleceu a alíquota de 4% de contribuição para a COFINS, para as empresas que se encontram no regime não cumulativo, incidentes sobre receitas financeiras, até então isentas de tributação. Diante disso, a controladora e as controladas SAEPAR e SANTA CRUZ impetraram um Mandado de Segurança com pedido de concessão de medida liminar para não serem submetidas à referida contribuição sobre as receitas financeiras. Atualmente as companhias estão recolhendo as contribuições. Os advogados responsáveis pela causa reputam como possíveis as chances de perda.

As controladas CIA. SAÚDE e TRADITIO (nova denominação da SALIC) ajuizaram Mandado de Segurança para questionar a incidência da COFINS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017. A CIA. SAÚDE realizou depósitos judiciais até a competência dezembro de 2019 com o objetivo de suspender a exigibilidade do crédito tributário. A TRADITIO por sua vez, realizou os depósitos judiciais do período de 01/2017 a 11/2020 que ocorreu no mês de dezembro de 2020.

Em 05/1999 as companhias SULASEG, SANTA CRUZ e TRADITIO (nova denominação da SALIC) impetraram Mandado de Segurança com o propósito de afastar a cobrança da COFINS que lhes foi imposta por meio da Lei nº 9.178/1998, tendo a matéria sido equacionada, conforme decisão monocrática exarada pelo Ministro Cezar Peluso, transitada em julgado em 12/02/2007. De acordo com esta decisão, o mérito desta disputa tributária foi julgado parcialmente favorável a pretensão das empresas do grupo SulAmérica.

Em 04/04/2009, dado o trânsito em julgado do Mandado de Segurança, foi conferido às autoras deste Mandado de Segurança a prerrogativa de levantar os depósitos correspondentes ao quinhão que foi a elas dado provimento. Em que pese os fatos anteriormente narrados, em 05/03/2020, o Tribunal Regional Federal (TRF) inovou no sentido de exigir a restituição dos valores anteriormente levantados, dispondo que se faz necessário apurar o montante passível de aproveitamento por parte das Autoras do Mandado de Segurança.

As companhias foram intimadas a efetuar depósitos desconsiderando os rendimentos financeiros provenientes dos recursos livres. Estes depósitos ocorreram em 09/2021 e 12/2021 no montante de R\$88.100. As companhias protocolizaram nos autos do processo petição comprovando os depósitos e requerendo seus levantamentos, visto que correspondem à COFINS sobre receitas financeiras, ou seja, créditos tributários extintos por decisão transitada em julgado, nos termos do artigo 156, inciso X, do Código Tributário Nacional (CTN).

#### PIS

As controladas das áreas de seguros, de previdência privada e capitalização, questionam judicialmente a legalidade da contribuição ao PIS à alíquota de 0,75% sobre a receita bruta operacional estabelecida pelas Emendas Constitucionais nº 01/1994, 10/1996 e 17/1997. Os valores questionados estão depositados judicialmente. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a probabilidade de perda, sendo remota em relação à ofensa aos princípios constitucionais da anterioridade e irretroatividade.

As controladas TRADITIO (nova denominação da SALIC), SANTA CRUZ e SULASEG obtiveram decisão transitada em julgado nos autos do processo 9701070780, assegurando o direito de calcular e pagar o PIS, no período de julho de 1997 a fevereiro de 1998, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da Emenda Constitucional (EC) 17/1997 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram. Com isso, reverteram a provisão relativa a esta parcela, no montante de R\$13.777 e aguardam o levantamento e a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos deste processo. Os demais processos sobre o tema permanecem aguardando decisão.

Em 24/05/2013, foi publicada uma decisão do STF nos autos do processo 9600055696, assegurando às suas controladas SANTA CRUZ, RIOSCAP (nova denominação da SULACAP), TRADITIO (nova denominação da SALIC) e CIA. SAÚDE, o direito de calcular e pagar o PIS, no período de janeiro de 1996 a junho de 1997, de acordo com a Lei Complementar nº 07/1970, sem observar as regras da EC 10/1996 e das Medidas Provisórias que a regulamentaram, que já transitou em julgado. Desta forma, em 2013, realizamos a baixa do valor de R\$55.235, e iniciamos os procedimentos necessários para levantamento dos depósitos judiciais. As demais companhias permanecem aguardando decisão em suas ações.

O Decreto nº 8.426, de 01 de abril de 2015, restabeleceu a alíquota de 0,65% de contribuição para o PIS, para as empresas que se encontram no regime não cumulativo, incidentes sobre receitas financeiras, até então isentas de tributação. Diante disso, a Companhia e as controladas SAEPAR e SANTA CRUZ impetraram um Mandado de Segurança com pedido de concessão de medida liminar para não serem submetidas às referidas contribuições sobre as receitas financeiras. Atualmente as companhias estão recolhendo as contribuições. Os advogados responsáveis pela causa reputam como possíveis as chances de perda.

As controladas CIA. SAÚDE e TRADITIO (nova denominação da SALIC), ajuizaram Mandado de Segurança para questionar a incidência da contribuição para o PIS sobre as receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores das reservas técnicas auferidas a partir de 2017. A CIA. SAÚDE realizou depósitos judiciais até a competência dezembro de 2019 com o objetivo de suspender a exigibilidade do crédito tributário. A TRADITIO (nova denominação da SALIC), por sua vez, realizou os depósitos judiciais do período de 01/2017 a 11/2020 que ocorreu no mês de dezembro de 2020.

#### IRPJ

A partir de 01/01/1997, dado o advento da Lei nº 9.316/1996, as despesas relacionadas com a CSLL passaram a ser inadmitidas para fins de dedução na base de cálculo do Imposto de Renda. Em decorrência da alteração legislativa acima mencionada, a Companhia e suas controladas SANTA CRUZ, SULASAUDE (incorporada pela CIA. SAÚDE), SULASEG, TRADITIO (nova denominação da SALIC), SAMI, CIA. SAÚDE E SAEPAR impetraram mandado de segurança, obtendo liminar que as franqueou proceder com o depósito judicial da parcela em disputa. Em maio de 2013, o STF declarou constitucional, em sede de repercussão geral, o referido dispositivo legal, declarando que tal alteração legislativa estava em perfeita consonância com o ordenamento legal, obstando, por conseguinte, a dedução da CSLL na base de cálculo do IRPJ. A partir de então, a Companhia passou a não deduzir a despesa de Contribuição Social na base de cálculo do Imposto de Renda. Nestes termos, os valores questionados estão depositados judicialmente e provisionados, em sua totalidade. As controladas SULASEG, SANTA CRUZ, CIA. SAÚDE e TRADITIO tiveram conversão em renda dos depósitos judiciais de suas ações. O valor baixado no mês de dezembro de 2018 foi de R\$87.836. Adicionalmente, a Companhia e as controladas SANTA CRUZ e CIA. SAÚDE, tiveram conversão em renda dos valores depositados nos autos de seus processos. O montante baixado foi de R\$8.852. A controlada SAEPAR obteve decisão judicial desfavorável transitada em julgado nos autos de seu processo em que discutia a matéria. Com isso, os depósitos judiciais realizados nos autos foram integralmente convertidos em renda. O montante baixado foi de R\$8.269. As controladas SANTA CRUZ e SAMI também tiveram a conversão em renda de dois de seus processos sobre a matéria. Com isso, procederam a baixa do montante de R\$580 e R\$4.302, respectivamente.

A Companhia e as controladas SAMI, PRODENT, SULAMED, ODONTO, SAGA, PARANÁ CLÍNICAS, CIA. SAÚDE, TRADITIO (nova denominação da SALIC), RIOSCAP (nova denominação da SULACAP), SANTA CRUZ, SAEPAR e SULASEG impetraram Mandado de Segurança, objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pelo IRPJ, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da Taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do STF, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações do IRPJ. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança.

#### CSLL

De janeiro de 1997 a dezembro de 1998, as companhias seguradoras ficaram sujeitas a recolher a CSLL à alíquota de 18% sobre o lucro tributável, alíquota aplicável às instituições financeiras, ofendendo o princípio da isonomia. As controladas da atividade de seguros obtiveram liminar para recolher a Contribuição Social à alíquota de 8%, depositando judicialmente a diferença de alíquota para os 18% cobrados, estando o passivo provisionado na sua totalidade. Os advogados que patrocinam a causa reputam como provável a expectativa de perda da demanda.

Com a edição da Lei nº 11.727/2008, as controladas da área financeira, de seguros, de previdência privada e capitalização ficaram sujeitas à majoração da alíquota da contribuição social a partir de maio de 2008, de 9% para 15%. Nesse sentido, as controladas de seguros e previdência complementar e a controlada SAMI passaram a questionar a constitucionalidade dessa majoração tendo impetrado Mandado de Segurança, provisionando e depositando integralmente até agosto de 2017 os valores questionados. A partir de setembro de 2017, as companhias optaram por descontinuar os depósitos judiciais e passaram a recolher os valores questionados. Em função de decisão desfavorável nas controladas SAMI e RIOSCAP (nova denominação da SULACAP), nas ações que discutiam essa matéria, os advogados que patrocinam as ações alteraram a probabilidade de perda das demais controladas de possível para provável. Das companhias que tiveram decisão desfavorável, somente a SAMI teve o valor depositado, no montante de R\$17.694, integralmente convertido em renda.

Adicionalmente, com a edição do artigo 72, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 10/1996, estas controladas passaram a ficar sujeitas ao recolhimento da CSLL à alíquota de 30%. Assim, foram impetrados os seguintes Mandados de Segurança: (i) 96.001.1556-7 pelo Sul América Seguros Gerais S.A., incorporada pela SANTA CRUZ, e (ii) 97.0002392-3 pela SULASAUDE (incorporada pela CIA. SAÚDE). As companhias aguardam decisão nestes processos, cuja probabilidade de perda é provável, sendo remota em relação à ofensa aos princípios constitucionais da anterioridade e irretroatividade.

A controlada RIOSCAP (nova denominação da SULACAP), teve conversão em renda integral dos valores depositados nos autos do processo 200851010153922 referente ao processo de Majoração da Alíquota da CSLL em 6% instituída pela Lei nº 11.727/2008, no montante de R\$26.920. No que tange ao desenvolvimento das disputas judiciais, tendo por objeto obrigações de natureza tributária, notificamos que, por determinação do juízo da 28ª Vara da Justiça Federal do TRF da 2ª Região nos Autos do MS 200851010144052, proposto pelas empresas seguradoras do grupo SulAmérica, afastar a imposição do aumento da alíquota da CSLL, instituída por meio da Lei nº 11.727/2008, restou-se resolvida tal disputa judicial com a conversão em renda dos depósitos judiciais com esta conexos, em proveito da União Federal, assim como com a liquidação do passivo constituído, associado a tal disputa tributária. O montante baixado da linha de depósitos judiciais soma a R\$608.277. Em função do quadro jurisprudencial desfavorável nesta discussão, a controlada CIA. SAÚDE optou por requerer sua destituição nos autos do processo 2008510115202327, no qual em 12/2021 houve a conversão total em renda em proveito da União Federal no montante de R\$31.361.

A controlada CIA. SAÚDE teve conversão em renda dos valores depositados nos autos do processo 9700121291 em julho de 2019, onde se discutia a majoração da alíquota da CSLL em 10%, instituída pela Lei nº 9.316/1996, no montante de R\$22.784. Ainda em relação a esta mesma ação, teve a conversão em renda do saldo remanescente dos valores depositados no montante de R\$830 em novembro de 2020. Com isso, o valor deste processo foi baixado em sua integralidade.

A Companhia e as controladas SAMI, PRODENT, SULAMED, ODONTO, SAGA, PARANÁ CLÍNICAS, CIA. SAÚDE, TRADITIO (nova denominação da SALIC), RIOSCAP (nova denominação da SULACAP), SANTA CRUZ, SAEPAR e SULASEG impetraram Mandado de Segurança, objetivando obter o reconhecimento judicial, no sentido de afastar a tributação pela CSLL, supostamente, incidente sobre receitas provenientes da correção com base na variação da Taxa SELIC, de débitos tributários apurados nos cálculos dos seus resultados fiscais. Na data de 24/09/2021, por decisão de sua maioria, o pleno do STF, sob o abrigo do Instituto da repercussão geral, firmou o entendimento de que tais receitas não deveriam submeter-se à tributação pelas exações da CSLL. Esta manifestação do STF poderá ainda ser objeto de recursos que limitem a fruição dos benefícios por parte das autoras do Mandado de Segurança.

### 22.2.2. Provisões judiciais

As principais ações de provisões judiciais em 31/12/2021 e 2020 são:

#### INSS

As controladas das áreas de seguro, previdência privada e capitalização questionam e depositavam judicialmente a contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas aos corretores de seguro, instituídas pela Lei Complementar nº 84/1996 e alterada pela Lei nº 9.876/1999, à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, por entender que os serviços de corretagem de seguros não são prestados às seguradoras, mas ao segurado, estando, desta forma, fora do campo de incidência da contribuição prevista no Inciso III, art. 22, da Lei nº 8.212/1991. Os valores questionados se encontram com sua exigibilidade suspensa por depósito judicial e provisões em sua totalidade até maio de 2015. Os advogados que patrocinam as causas reputam como provável a perda da demanda. No mês de junho de 2015, a CIA. SAÚDE, TRADITIO (nova denominação da SALIC), RIOSCAP (nova denominação da SULACAP) e SULASEG decidiram passar a recolher o INSS sobre os pagamentos aos prestadores corretores e descontinuar os depósitos judiciais referentes a essa discussão.

No mês de junho de 2020, as controladas TRADITIO (nova denominação da SALIC) e SANTA CRUZ obtiveram decisão desfavorável transitada em julgado em um dos processos em que discutem a matéria e aguardam a conversão em renda dos depósitos judiciais realizados nos autos. As demais companhias permanecem aguardando decisão nos autos de suas ações. Em 09/2020 a SANTA CRUZ teve a conversão em renda a favor da União dos depósitos judiciais realizados nos autos de um de seus processos sobre a matéria, no montante de R\$8.527. Em 07/2021, a RIOSCAP teve a conversão em renda a favor da União dos depósitos judiciais realizados nos autos de um de seus processos sobre a matéria no montante de R\$6.537.

No mês de agosto de 2020, o STF concluiu o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.673, no qual declarou a constitucionalidade do caput, do inciso III e do § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212/1991, na redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.876/1999, reconhecendo, consequentemente, a higidez constitucional da incidência de contribuição para seguridade social sobre os valores repassados pelas seguradoras, a título de comissão, aos corretores de seguros.

### 22.2.3. Contingências

Em 31/12/2021 e 2020, o valor total em discussão dos processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível pela Administração e pelos advogados que patrocinam as causas é de:

Descrição	2021		2020	
	2021	2020	2021	2020
Fiscais (a)	1.898.766	1.817.689	-	-
Cíveis	162.722	188.727	-	-
Trabalhistas	66.650	66.677	-	-
<b>Total</b>	<b>2.118.138</b>	<b>2.073.093</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

(a) Em 31/12/2021, do valor total de R\$1.898.766 (R\$1.817.689 em 2020), o montante de R\$13.844 (R\$14.799 em 2020) está provisionado por se referir basicamente a obrigações legais. A parcela não provisionada, no montante de R\$1.884.922 (R\$1.802.890 em 2020) é composta, principalmente, por: (i) autos de infração lavrados em face das controladas CIA. SAÚDE e TRADITIO (nova denominação da SALIC), em que se questiona a dedutibilidade da amortização de ágio oriundo de incorporação das controladoras SLT Participações S.A. e STIA Participações S.A., respectivamente, nos anos calendários 2005, 2006 e 2007; (ii) não homologação da compensação de tributos na esfera administrativa; (iii) glosa do prejuízo fiscal e base negativa; (iv) exigência de PIS e COFINS sobre as receitas financeiras vinculadas a ativos garantidores de provisões técnicas; (v) processo que pretende cobrar débitos de ISS decorrente de suposta falta de recolhimento do imposto sobre os serviços prestados no Município de São Paulo, em fase de apelação, dada sentença favorável nos Embargos de Execução propostos por parte da SulAmérica. Para este caso, os consultores legais atribuíram probabilidade de perda remota; (vi) auto de infração lavrado pelo Município do Rio de Janeiro para cobrança de ISS sobre seguro saúde, aguardando atribuição de probabilidade quanto ao recurso a ser proposto pela Procuradoria do Município do Rio de Janeiro, dando julgamento do Acórdão favorável a pretensão do grupo SulAmérica; e (vii) ação judicial proposta para repetição dos valores depositados como garantia da disputa judicial cujo o objeto consiste na ilegalidade da cobrança do ICMS pelo Estado do Rio de Janeiro, supostamente, incidente na venda de bens salvados, no total de R\$35.531.

### 23. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

### 23.1. Transações

As principais transações são:

Descrição	Categoria	Controladora	Companhia			
			Ativo		Passivo	
			2021	2020	2021	2020
Sulasapar Participações S.A. (b)	Controladora	Sulasapar Participações S.A.	-	-	20.492	13.551
Rio's Capitalização S.A. (nova denominação da SULACAP) (d)	Controlada indireta	Sul América Santa Cruz Participações S.A.	239	239	-	-
Sul América Companhia de Seguro Saúde (c) (d) (g)	Controlada indireta	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	33.832	25.260	66	-
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (d) (h)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	3.184	2.220	-	17
Sul América Investimentos Gestora De Recursos S.A. (d) (h)	Controlada indireta	Títulos e Valores Mobiliários S.A.	2.497	2.524	-	21
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	3.293	3.067	-	28
Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC) (b) (c) (d) (g)	Controlada indireta	Saepar Serviços e Participações S.A.	9.501	21.804	1	218
Sul América Santa Cruz Participações S.A. (c)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	4	-	-	-
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	33	21
Controladoras, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (a) (b)	Outros	Outros	-	-	58.738	38.450
<b>Total</b>			<b>52.550</b>	<b>55.114</b>	<b>79.330</b>	<b>52.306</b>

Descrição	Categoria	Controladora	Companhia			
			Receita		Despesa	
			2021	2020	2021	2020
Sul América Companhia de Seguro Saúde (i)	Controlada indireta	Traditio Companhia de Seguros (nova denominação da SALIC)	-	-	(6)	(6)
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (h)	Controlada indireta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	-	-	(23)	(217)
Sul América Investimentos Gestora De Recursos S.A. (h)	Controlada indireta	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	-	-	(29)	(265)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (f)	Controlada indireta	Saúde	-	-	(11)	(11)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada indireta	Saúde	-	-	(163)	(180)
<b>Total</b>			<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(232)</b>	<b>(679)</b>

- (a) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios;
- (b) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios;
- (c) Valor referente às transações em conta corrente entre empresas do grupo basicamente de reembolso de despesas administrativas que são liquidadas no mês subsequente ao da operação;
- (d) Valor referente ao reembolso das controladas com planos de incentivos em ações (stock options) de emissão da Companhia oferecidos aos administradores das empresas do grupo;
- (e) Valor referente ao seguro saúde dos funcionários da Companhia;
- (f) Valor referente ao seguro de vida grupal complementar oferecido a todos os colaboradores;
- (g) Valor referente ao rateio de aluguel dos prédios da matriz entre companhias da SulAmérica, a liquidação financeira ocorre no mês de abril;
- (h) Valor referente à taxa de administração de 0,25% sobre a carteira de ativos administrados, cuja liquidação é efetuada mensalmente; e
- (i) Valor referente ao seguro odontológico dos funcionários da Companhia.

Descrição	Categoria	Controladora	Consolidado			
			Ativo		Passivo	
			2021	2020	2021	2020
Sulasapar Participações S.A. (b)	Controladora	Sulasapar Participações S.A.	-	-	20.492	13.551
Sharecare Brasil Serv. De Consultoria Ltda (d) (f) (h)	Coligada					

# Confiamos no futuro, INVESTIMOS no PRESENTE



## 24.2. Reservas

### 24.2.1. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

### 24.2.2. Reserva estatutária

A reserva para expansão dos negócios sociais, constituída em até 71,25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, observado o disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, não poderá exceder o montante do capital social, conforme descrito no Estatuto Social. Esta reserva tem a finalidade de:

- (i) Assegurar recursos para investimentos em bens de ativo permanente;
- (ii) Reforço de capital de giro, objetivando assegurar condições operacionais adequadas à realização do objeto social; e
- (iii) Financiar operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações de emissão da Companhia.

A constituição da reserva estatutária pode ser dispensada por deliberação da Assembleia Geral na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório. Uma vez atingido o limite estabelecido no artigo 199 da Lei nº 6.404/1976, a Assembleia Geral, por proposta dos órgãos de administração, deverá deliberar sobre a destinação: para capitalização; ou para distribuição de dividendos aos acionistas.

### 24.2.3. Reserva de capital

Em 31/12/2020, o valor de R\$46.000 contabilizado como transação de capital entre sócios no patrimônio líquido na rubrica "Reservas de capital" corresponde a ajuste de preço que representa diferença adicional entre o valor da aquisição e do valor patrimonial da RIOSCAP. O pagamento pela compradora à vendedora foi acordado, em 23/09/2020, entre as partes do contrato para extinguir definitivamente as obrigações, incluindo a obrigação de indenização de perdas e de pagamento do saldo do incremento máximo de preço, para nada mais exigirem uma da outra a esse respeito.

### 24.3. Ajustes de avaliação patrimonial

A rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para a venda, relativos a títulos próprios e de suas controladas, os ganhos e perdas atuais do plano de benefício definido de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e os ganhos e perdas decorrentes de variação no percentual de participação acionária.

### 24.4. Ações em tesouraria

A seguir, a movimentação referente às ações em tesouraria:

Movimentação das ações em tesouraria	Companhia			Preço médio ponderado das unidades no período (em reais)
	Units	ON	PN	
<b>Ações em tesouraria em 01/01/2020</b>	<b>6.703.433</b>	<b>6.703.433</b>	<b>13.406.871</b>	<b>19,43</b>
Recuperação de ações no mercado - Programa de recompra (b)	13.977.551	13.977.551	27.955.102	44,98
Ações relativas a opções exercidas no exercício - bonificadas	(823.948)	(823.948)	(1.647.896)	22,24
Alienação de ações no exercício - bonificadas	(282.000)	(282.000)	(564.000)	21,72
Aquisição de ações no exercício - bonificadas	956.431	956.431	1.912.862	51,10
Bonificações e demais movimentações acionárias	324.579	324.579	649.160	40,47
<b>Ações em tesouraria em 31/12/2020 (a)</b>	<b>20.856.046</b>	<b>20.856.046</b>	<b>41.712.099</b>	<b>38,19</b>
Recuperação de ações no mercado - Programa de recompra (b)	3.707.500	3.707.500	7.415.000	32,89
Ações relativas a opções exercidas no exercício - bonificadas	(664.292)	(664.292)	(1.328.584)	37,89
Alienação de ações no exercício - bonificadas	(148.200)	(148.200)	(296.400)	37,97
Aquisição de ações no exercício - bonificadas	235.022	235.022	470.046	35,75
Bonificações e demais movimentações acionárias	1.382.069	1.382.069	2.764.138	41,19
<b>Ações em tesouraria em 31/12/2021 (a)</b>	<b>25.368.145</b>	<b>25.368.145</b>	<b>50.736.299</b>	<b>37,57</b>

(a) As units, recompradas para manutenção em tesouraria são desconstituídas em 1 ação ordinária e 2 preferenciais cada uma, representando, em 31/12/2021, 25.368.145 (20.856.046 em 2020) ações ordinárias e 50.736.299 (41.712.099 em 2020) ações preferenciais; e

(b) Os montantes de 3.707.500 units recompradas pela Companhia no período findo em 31/12/2021 e 13.977.551 units no exercício findo em 31/12/2020, conforme o programa de recompra de ações divulgado ao mercado através de fato relevante em dezembro/2020 e maio/2020, respectivamente, tem como finalidade maximizar a geração de valor para os acionistas da Companhia, uma vez que, na visão da Administração, o valor atual das suas ações no mercado não reflete o valor real dos seus ativos e a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados.

As compras e vendas de ações em tesouraria, ocorridas no período de 31/12/2021, foram de R\$130.332 e R\$5.064 (R\$677.590 de compras e R\$9.532 de vendas em 2020). Tais compras e vendas foram registradas sob as rubricas "Ações em tesouraria" e "Reservas de capital", sendo o custo mínimo de aquisição de units, para 31/12/2021, R\$28,20 (R\$34,31 em 2020) e o máximo de R\$45,12 (R\$65,00 em 2020). O valor de mercado das units, calculado com base na última cotação em 31/12/2021, é de R\$37,49 (R\$44,35 em 2020).

### 24.5. Política de distribuição de dividendos

#### 24.5.1. Dividendos obrigatórios

O estatuto social assegura aos acionistas a distribuição de um dividendo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício anual ajustado em consonância com a legislação em vigor.

#### 24.5.2. Dividendos adicionais

Os dividendos adicionais são aqueles propostos acima do montante obrigatório em um exercício social e aprovados para pagamento pela Assembleia Geral de Acionistas no ano seguinte.

#### 24.6. Resultado por ação

O lucro líquido por ação ordinária e preferencial considera não só as ações ordinárias e preferenciais em circulação, mas também as potenciais emissões e cancelamentos (diluidores e antidiluidores), decorrentes do plano geral de opção de aquisição de ações de emissão da Companhia.

Como o lucro por ação atribuível aos acionistas controladores da Companhia é igual ao da SulAmérica, apenas um conjunto de informações está apresentado a seguir.

Descrição	Companhia		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Lucro líquido do exercício atribuído às ações</b>	<b>170.220</b>	<b>162.326</b>	<b>332.546</b>
Média ponderada do número de ações	631.640.007	628.533.558	1.260.173.565
Média ponderada do número de ações em tesouraria	(24.007.106)	(48.014.212)	(72.021.318)
<b>Lucro por ação - básico (a) (em R\$)</b>	<b>607.632.901</b>	<b>580.519.346</b>	<b>1.188.152.247</b>
<b>Fator diluidor:</b>	<b>0,2801</b>	<b>0,2796</b>	<b>0,2799</b>
Média ponderada das quantidades de concessões e cancelamentos dos incentivos em ações de emissão da companhia	2.448.048	4.896.097	7.344.145
Média ponderada das ações em circulação - diluído	610.080.949	585.415.443	1.195.496.392
<b>Lucro por ação - diluído (b) (em R\$)</b>	<b>0,2790</b>	<b>0,2773</b>	<b>0,2782</b>

Descrição	Companhia		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
<b>Lucro líquido das operações continuadas do exercício atribuído às ações</b>	<b>399.788</b>	<b>397.822</b>	<b>797.610</b>
<b>Lucro líquido das operações descontinuadas do exercício atribuído às ações</b>	<b>777.017</b>	<b>773.196</b>	<b>1.550.213</b>
<b>Lucro líquido do período atribuído às ações</b>	<b>1.176.805</b>	<b>1.171.018</b>	<b>2.347.823</b>
Média ponderada do número de ações	593.876.162	590.955.438	1.184.831.600
Média ponderada do número de ações em tesouraria	(10.092.018)	(20.184.036)	(30.276.054)
Média ponderada das ações em circulação - básico	583.784.144	570.771.402	1.154.555.546
<b>Lucro por ação - básico (a) (em R\$)</b>	<b>2,0158</b>	<b>2,0516</b>	<b>2,0335</b>
<b>Fator diluidor:</b>			
Média ponderada das quantidades de concessões e cancelamentos dos incentivos em ações de emissão da companhia	2.702.424	5.404.847	8.107.271
Média ponderada das ações em circulação - diluído	586.486.568	576.176.249	1.162.662.817
<b>Lucro por ação - diluído (b) (em R\$)</b>	<b>2,0065</b>	<b>2,0324</b>	<b>2,0193</b>

(a) Básico

O lucro por ação básico é calculado a partir da divisão do lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria.

#### (b) Diluído

O lucro por ação diluído é calculado a partir da divisão do lucro atribuível aos detentores de ações pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação no ano, excluindo-se a média ponderada das ações em tesouraria.

O ajuste na média ponderada considera as quantidades das concessões e cancelamentos emitidos para o plano de incentivo em ações de emissão da Companhia durante o período.

### 24.7. Distribuição do resultado

Descrição	Companhia		
	2021	2020	Total
<b>Lucro antes dos impostos</b>	<b>320.191</b>	<b>2.255.603</b>	<b>2.575.794</b>
(-) Impostos	12.355	92.220	104.575
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>332.546</b>	<b>2.347.823</b>	<b>2.680.369</b>
(+) Outros ajustes	-	(135)	(135)
<b>Lucro líquido após outros ajustes</b>	<b>332.546</b>	<b>2.347.688</b>	<b>2.680.233</b>
Constituição da reserva legal (5%)	(16.627)	(117.384)	(134.011)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>315.919</b>	<b>2.230.304</b>	<b>2.546.223</b>
<b>Dividendos obrigatórios</b>	<b>78.980</b>	<b>557.576</b>	<b>636.556</b>
25% do lucro líquido ajustado (a)	-	-	-
(-) Dividendos antecipados a serem considerados nos dividendos obrigatórios (b)	-	-	-
(-) Juros sobre capital próprio líquido a serem considerados nos dividendos obrigatórios (b)	78.980	214.576	293.556
(-) Juros sobre capital próprio líquido não considerados nos dividendos obrigatórios	240	42.950	43.190
Bruto	90.000	290.000	380.000
Imposto de renda	(10.780)	(32.474)	(43.254)
<b>Total dos dividendos a pagar (c) = (a) - (b)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Destinação:</b>			
Constituição de reserva estatutária	225.919	1.597.304	1.823.223

### 25. Informações por segmento de negócios

#### 25.1. Demonstrações de resultados por segmento

Os segmentos de negócios da SulAmérica são identificados de acordo com a sua estrutura organizacional executiva, dividida em Unidades de Negócios (Business Units - BU), separados pela natureza e especificidade de cada tipo de segmento de seguro e os ativos e passivos informados são as provisões técnicas requeridas pelos órgãos reguladores e seus respectivos ativos garantidores, na forma requerida pela lei.

Essas informações são, principalmente, utilizadas pela Administração, seus principais executivos e acionistas, para avaliarem o desempenho das unidades de negócios, para o gerenciamento de capital, recursos e remuneração de funcionários e executivos.

Em 31/12/2021 e 2020, a SulAmérica tem os resultados apurados por unidades de negócios, conforme está demonstrado a seguir:

Descrição	Consolidado				
	2021				
	Gestão e administração				
	Saúde	Pessoas	de ativos	Outros	Total
<b>Receitas operacionais</b>	<b>19.531.639</b>	<b>1.310.689</b>	<b>95.685</b>	<b>65.460</b>	<b>21.003.473</b>
<b>Seguros</b>	<b>19.398.856</b>	<b>527.530</b>	<b>-</b>	<b>5.303</b>	<b>19.931.689</b>
Prêmios líquidos	19.351.757	527.409	-	(3.658)	19.875.508
Outras receitas operacionais	47.099	121	-	8.961	56.181
<b>Previdência</b>	<b>-</b>	<b>783.159</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>783.159</b>
Prêmios, rendas e taxa de gestão líquidos	-	783.159	-	-	783.159
<b>Capitalização, Planos de saúde administrados e Gestão e administração de ativos</b>	<b>80.246</b>	<b>-</b>	<b>95.685</b>	<b>(22.810)</b>	<b>153.121</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>52.537</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>82.967</b>	<b>135.504</b>
<b>Variações das provisões técnicas de prêmios</b>	<b>(26.234)</b>	<b>(614.338)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(640.572)</b>
Seguros	(26.234)	7.851	-	-	(18.383)
Previdência	-	(622.189)	-	-	(622.189)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(18.268.755)</b>	<b>(787.519)</b>	<b>(5.523)</b>	<b>(4.239)</b>	<b>(19.066.036)</b>
<b>Seguros</b>	<b>(18.244.078)</b>	<b>(646.027)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2.666)</b>	<b>(18.892.774)</b>
Sinistros	(16.541.882)	(440.370)	-	(4.206)	(16.986.458)
Custos de comercialização	(1.256.908)	(169.244)	-	-	(1.426.152)
Outras despesas operacionais	(445.288)	(36.413)	(3)	1.540	(480.164)
<b>Previdência</b>	<b>-</b>	<b>(141.492)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(141.492)</b>
Despesas com benefícios e resgate	-	(89.596)	-	-	(89.596)
Custos de comercialização	-	(35.810)	-	-	(35.810)
Outras despesas operacionais	-	(16.086)	-	-	(16.086)
<b>Capitalização, Planos de saúde administrados, Gestão e administração de ativos e Outras despesas operacionais</b>	<b>(24.677)</b>	<b>-</b>	<b>(5.520)</b>	<b>(1.573)</b>	<b>(31.770)</b>
<b>Margem bruta operacional</b>	<b>1.236.650</b>	<b>(91.168)</b>	<b>90.162</b>	<b>61.221</b>	<b>1.296.865</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(1.190.490)</b>	<b>(163.429)</b>	<b>(76.147)</b>	<b>(139.181)</b>	<b>(1.569.247)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>257.362</b>	<b>(6.935)</b>	<b>-</b>	<b>776</b>	<b>279.777</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>(1.411)</b>	<b>-</b>	<b>(11.171)</b>	<b>(5.876)</b>	<b>(18.458)</b>
<b>Resultado patrimonial</b>	<b>2.983</b>	<b>279</b>	<b>11</b>	<b>7.443</b>	<b>10.716</b>
<b>Resultado antes de impostos e contribuições</b>	<b>305.094</b>	<b>(261.253)</b>	<b>3.631</b>	<b>(47.819)</b>	<b>(347)</b>
Imposto de renda e contribuição social	127.898	75.565	(3.072)	132.650	333.041
<b>Lucro líquido do exercício proveniente das operações continuadas</b>	<b>432.992</b>	<b>(185.688)</b>	<b>559</b>	<b>84.831</b>	<b>332.694</b>

Descrição	Consolidado				
	2020				
	Gestão e administração				
	Saúde	Pessoas	de ativos	Outros	Total
<b>Receitas operacionais</b>	<b>18.521.749</b>	<b>1.389.213</b>	<b>93.602</b>	<b>28.059</b>	<b>20.032.623</b>
<b>Seguros</b>	<b>18.419.707</b>	<b>499.792</b>	<b>-</b>	<b>(3.942)</b>	<b>18.915.557</b>
Prêmios líquidos	18.376.316	497.943	-	(3.969)	18.870.290
Outras receitas operacionais	43.391	1.849	-	27	45.267
<b>Previdência</b>	<b>-</b>	<b>889.421</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>889.421</b>
Prêmios, rendas e taxa de gestão líquidos	-	889.405	-	-	889.405
Outras receitas operacionais	-	16	-	-	16
<b>Capitalização, Planos de saúde administrados e Gestão e administração de ativos</b>	<b>73.139</b>	<b>-</b>	<b>93.602</b>	<b>(11.323)</b>	<b>155.418</b>
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>28.903</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>43.324</b>	<b>72.227</b>
<b>Variações das provisões técnicas de prêmios</b>	<b>(31.273)</b>	<b>(785.559)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(816.832)</b>
Seguros	(31.273)	(74.558)	-	-	(65.831)
Previdência	-	(751.001)	-	-	(751.001)
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(16.007.140)</b>	<b>(567.039)</b>	<b>(5.959)</b>	<b>(24.508)</b>	<b>(16.604.646)</b>
<b>Seguros</b>	<b>(15.990.009)</b>	<b>(440.627)</b>	<b>-</b>	<b>(16.465)</b>	<b>(16.447.101)</b>
Sinistros	(14.257.349)	(269.441)	-	(2.446)	(14.529.236)

Descrição	Consolidado				
	2020				
	Gestão e administração				
	Saúde	Pessoas	de ativos	Outros	Total
Custos de comercialização	(1.219.509)	(142.514)	-	464	(1.361.559)
Outras despesas operacionais	(513.151)	(28.672)	-	(14.483)	(556.306)
<b>Previdência</b>	<b>-</b>	<b>(126.412)</b>	<b>-</b>	<b>(4.439)</b>	<b>(130.851)</b>
Despesas com benefícios e resgate	-	(79.017)	-	-	(79.017)
Custos de comercialização	-	(35.737)	-	-	(35.737)
Outras despesas operacionais	-	(11.658)	-	(4.439)	(16.097)
<b>Capitalização, Planos de saúde administrados, Gestão e administração de ativos e Outras despesas operacionais</b>	<b>(17.131)</b>	<b>-</b>	<b>(5.959)</b>	<b>(3.604)</b>	<b>(26.694)</b>
<b>Margem bruta operacional</b>	<b>2.483.336</b>	<b>36.615</b>	<b>87.643</b>	<b>3.551</b>	<b>2.611.145</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>(1.216.416)</b>	<b>(142.248)</b>	<b>(63.852)</b>		

Confiamos no futuro,  
**INVESTIMOS**  
no **PRESENTE**

Sul América S.A. | CNPJ 29.978.814/0001-87

SulAmérica

30.2. Custos de comercialização

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Comissões	(31.364)	(26.625)
Variação dos custos de comercialização diferidos	(4.446)	(9.112)
<b>Total</b>	<b>(35.810)</b>	<b>(35.737)</b>

31. Resultado de capitalização

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
<b>Receita operacional</b>		
Receitas com administração de títulos de capitalização	-	3.861
Tributos sobre as vendas	-	(26)
PIS	-	(162)
COFINS	-	(188)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(188)</b>
Outras receitas operacionais	1.078	11.166
<b>Total de receitas</b>	<b>1.078</b>	<b>14.839</b>
<b>Despesa operacional</b>		
Custo de comercialização	-	(2.485)
Outras despesas operacionais	(1.573)	(1.249)
<b>Total de despesas</b>	<b>(1.573)</b>	<b>(3.734)</b>
<b>Total</b>	<b>(495)</b>	<b>11.105</b>

32. Resultado dos planos de saúde administrados

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
<b>Receitas operacionais</b>		
Prestação de serviços	87.402	81.962
Tributos sobre as vendas	-	-
PIS	(754)	(1.069)
COFINS	(4.642)	(6.135)
ISS	(1.758)	(1.609)
<b>Total de receitas</b>	<b>80.248</b>	<b>73.149</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Custo de prestação de serviços	(2.167)	(3.012)
Auditoria médica	(3.051)	(3.831)
Outros	(19.459)	(10.158)
<b>Total de despesas</b>	<b>(24.677)</b>	<b>(17.001)</b>
<b>Total</b>	<b>55.571</b>	<b>56.148</b>

33. Gestão e administração de ativos

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
<b>Receitas operacionais</b>		
Taxa de administração	62.086	69.057
Taxa de performance	15.945	4.478
Tributos sobre as vendas	-	-
PIS	(653)	(651)
COFINS	(3.456)	(3.432)
ISS	(2.127)	(2.022)
<b>Total de receitas</b>	<b>71.795</b>	<b>67.430</b>
<b>Despesas operacionais</b>		
Comissão e corretagem	(2.299)	(2.664)
Custódia e controladoria	(3.038)	(3.084)
Outros	(183)	(211)
<b>Total de despesas</b>	<b>(5.520)</b>	<b>(5.959)</b>
<b>Total</b>	<b>66.275</b>	<b>61.471</b>

34. Outras receitas operacionais

Em 31/12/2021, o saldo da rubrica "Outras receitas operacionais" no montante de R\$135.504 (R\$72.227 em 2020) refere-se à prestação de serviços de intermediação e agenciamento em telemedicina no montante de R\$52.537 (R\$28.912 em 2020) e ao backoffice prestados por empresas do grupo no montante de R\$82.967 (R\$43.315 em 31/12/2020) iniciados em 01/07/2020.

35. Despesas administrativas

Descrição	Companhia	
	2021	2020
Pessoal próprio	(8.453)	(7.022)
Incentivo de ações	(757)	(16)
Serviços de terceiros	(3.781)	(11.702)
Localização e funcionamento	(1.812)	(1.969)
Despesas com tributos (a)	(24.586)	(13.317)
Outras despesas administrativas	(2.124)	(2.382)
<b>Total</b>	<b>(41.513)</b>	<b>(36.408)</b>

(a) A variação deve-se, principalmente, às contribuições de PIS e COFINS incidentes sobre a receita de JCP.

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Pessoal próprio	(745.474)	(694.652)
Incentivo de ações	(11.934)	(10.313)
Serviços de terceiros	(415.990)	(443.201)
Localização e funcionamento	(189.245)	(160.993)
Publicidade e propaganda	(73.411)	(72.596)
Participações no resultado	(78.988)	(70.968)
Despesas com tributos (a)	(1.138)	(55.606)
Outras despesas administrativas	(53.067)	(84.959)
<b>Total</b>	<b>(1.569.247)</b>	<b>(1.593.298)</b>

(a) Reversão no montante de R\$64.823 ocorrida em junho/2021 devido ao êxito obtido pela SulAmérica, em ação transitada em julgado em que se discutia a obrigação de pagamento da Taxa de Saúde Suplementar para ANS, conforme a nota 17.2.

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir, não incluindo honorários da diretoria:

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Remunerações	(384.037)	(351.835)
Encargos sociais	(121.574)	(112.281)
Indenizações e rescisões	(22.253)	(33.614)
Vale alimentação, refeição e transporte	(68.771)	(69.028)
Seguro de vida, saúde e odontológico	(37.250)	(26.716)
Previdência privada	(4.591)	(7.533)
Outros benefícios	(11.586)	(12.269)
<b>Total</b>	<b>(650.062)</b>	<b>(613.276)</b>

36. Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro e a abertura entre despesas e receitas financeiras, incluindo a respectiva classificação contábil, estão apresentadas nas tabelas a seguir:

36.1. Resultado financeiro por categoria

Descrição	Companhia	
	2021	2020
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>14.200</b>	<b>8.191</b>
Valor justo por meio de resultado	15.423	4.593
Disponível para venda	(1.223)	3.598
<b>Juros e correção monetária de empréstimos e financiamentos</b>	<b>(128.474)</b>	<b>(87.602)</b>
Outros	(2.086)	1.022
<b>Total</b>	<b>(116.360)</b>	<b>(78.389)</b>

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	<b>843.938</b>	<b>724.026</b>
Valor justo por meio de resultado	131.326	119.034
Disponível para venda	332.122	193.824
Mantido até o vencimento	380.490	411.168
<b>Juros e correção monetária de empréstimos e financiamentos</b>	<b>(128.474)</b>	<b>(87.602)</b>
<b>Operações de seguros - previdência e VGBL</b>	<b>(450.812)</b>	<b>(508.049)</b>
Operações de seguros - outros	28.979	32.098
<b>Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais, provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais</b>	<b>(95.110)</b>	<b>(57.487)</b>
Juros de mora	(10)	(13)
Outros	81.266	20.596
<b>Total</b>	<b>279.777</b>	<b>123.569</b>

36.2. Receitas financeiras

Descrição	Companhia	
	2021	2020
Valorização de cotas de fundos de investimentos	16.104	11.067
Títulos de renda fixa - públicos	1.192	3.918
Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais	-	1
Outras	1.073	3.138
<b>Total</b>	<b>18.369</b>	<b>18.124</b>

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Valorização de cotas de fundos de investimentos	2.320.165	2.907.789
Títulos de renda fixa - privados	73.666	44.514
Títulos de renda fixa - públicos	441.896	317.991
Títulos de renda variável	(1)	610
Operações de seguros	64.525	69.208
<b>Juros e atualização monetária sobre depósitos judiciais</b>	<b>63.978</b>	<b>65.753</b>
Atualização monetária de créditos tributários (a)	47.216	7.291
Outras	60.676	38.386
<b>Total</b>	<b>3.072.121</b>	<b>3.451.542</b>

(a) A variação refere-se basicamente à atualização dos créditos tributários reconhecidos no ano de 2021, conforme citado na nota 10.1.

36.3. Despesas financeiras

Descrição	Companhia	
	2021	2020
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(3.097)	(6.793)
Juros e correção monetária de empréstimos e financiamentos	(128.474)	(87.602)
Atualização monetária e juros da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(26)	(80)
Outras	(3.132)	(2.038)
<b>Total</b>	<b>(134.729)</b>	<b>(96.513)</b>

Descrição	Consolidado	
	2021	2020
Operações de seguros	(35.546)	(37.110)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	(1.991.789)	(2.546.634)
Juros e correção monetária de empréstimos e financiamentos	(128.474)	(87.602)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(159.088)	(123.240)
Atualização monetária e juros das provisões técnicas - operações de previdência e VGBL	(450.812)	(508.049)
Juros de mora	(10)	(13)
Arrendamento Mercantil	(16.935)	(15.632)
Outras	(9.690)	(9.693)
<b>Total</b>	<b>(2.792.344)</b>	<b>(3.327.973)</b>

**Conselho de Administração:** Patrick Antonio Claude de Larragoiti Lucas - Presidente; Carlos Infante Santos de Castro - Conselheiro; Cátia Yuassa Tokoro - Conselheiro (independente); Caio Cezar Monteiro Ramalho - Conselheiro (independente); Denizar Vianna Araújo - Conselheiro (independente); Gabriel Portella Fagundes Filho - Conselheiro; Jorge Hilário Gouvêa Vieira - Conselheiro; Louis Antoine de Ségur de Charbonnières - Conselheiro; Pierre Claude Perrenoud - Conselheiro (independente); Renato Russo - Conselheiro (independente); Walter Roberto de Oliveira Longo - Conselheiro (independente).

**Diretoria:** Ricardo Bottas Dourado dos Santos - Diretor Presidente; Clovis Poggetti Junior - Diretor Vice-Presidente de Controle e Relações com Investidores; Fabiane Reschke - Diretora; Laenio Pereira dos Santos - Diretor

**Contadora:** Flavia Vieira Pereira - CRC RJ-094933/O-3

37. Demonstração dos cálculos de imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	Companhia			
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social</b>	<b>320.191</b>	<b>320.191</b>	<b>705.390</b>	<b>705.390</b>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(80.048)	(28.817)	(176.348)	(63.485)
<b>Alíquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>
<b>Correntes:</b>				
<b>Adições:</b>				
Juros sobre o capital próprio	(38.945)	(14.020)	-	-
Provisões não dedutíveis	-	-	(46)	(17)
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(172)	(62)	(26)	(9)
Despesas indedutíveis	(144)	(52)	(178)	(64)
Outras adições	(167)	(61)	(398)	(140)
<b>Subtotal</b>	<b>(39.428)</b>	<b>(14.195)</b>	<b>(648)</b>	<b>(230)</b>
<b>Exclusões:</b>				
Resultado positivo de equivalência patrimonial	119.516	43.026	205.047	73.817
Juros sobre o capital próprio	-	-	39.595	14.254
Apuração de indébito tributário	4.322	1.576	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>123.838</b>	<b>44.602</b>	<b>244.642</b>	<b>88.071</b>
<b>Prejuízo fiscal e base negativa:</b>				
Constituições	(296)	(107)	(48.897)	(17.603)
<b>Redução de incentivos fiscais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>-</b>
<b>Receitas com imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>4.066</b>	<b>1.483</b>	<b>18.751</b>	<b>6.753</b>
<b>Diferidos:</b>				
Constituição de crédito tributário sobre prejuízo fiscal / base negativa	5.015	1.806	49.056	17.660
Constituição de débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	(11)	(4)	-	-
<b>Receitas com imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>5.004</b>	<b>1.802</b>	<b>49.056</b>	<b>17.660</b>
<b>Receitas com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>9.070</b>	<b>3.285</b>	<b>67.807</b>	<b>24.413</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>-2,83%</b>	<b>-1,03%</b>	<b>-9,61%</b>	<b>-3,46%</b>
<b>Alíquota efetiva combinada</b>		<b>-3,86%</b>		<b>-13,07%</b>

Descrição	Consolidado			
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
<b>Lucro / (Prejuízo) líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social</b>	<b>(347)</b>	<b>(347)</b>	<b>1.102.100</b>	<b>1.102.100</b>
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	87	69	(275.525)	(165.315)
Diferencial da alíquota da contribuição social (a)	-	13.267	-	9.237
<b>Alíquota nominal</b>	<b>25%</b>	<b>20%</b>	<b>25%</b>	<b>15%</b>
<b>Correntes:</b>				
<b>Adições:</b>				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	-	-	(30.197)	(17.137)
Despesas indedutíveis	(8.675)	(2.049)	(17.190)	(4.498)
Resultado negativo com equivalência patrimonial	(4.614)	(2.684)	(2.250)	(1.220)
Provisão para redução ao valor recuperável	(16.687)	(9.574)	(15.770)	(12.285)
Encargos sobre participações nos lucros	(225)	(199)	-	-
Outras	-	-	(7.219)	(5.717)
<b>Subtotal</b>	<b>(30.201)</b>	<b>(14.506)</b>	<b>(72.626)</b>	<b>(40.857)</b>
<b>Exclusões:</b>				
Atualizações de depósitos judiciais	3.107	1.994	4.414	2.558
Juros sobre o capital próprio	22.500	8.100	72.500	26.100
Reversão da provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	34.882	22.899	-	-
Reversão de provisões não dedutíveis	6.979	4.275	1.075	595
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	-	-	1.957	1.206
Apuração de indébito tributário	95.227	68.603	-	-
Outras	15.846	11.517	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>178.541</b>	<b>117.388</b>	<b>79.946</b>	<b>30.459</b>
<b>Prejuízo fiscal e base negativa:</b>				
Constituições (b)	(116.676)	(71.981)	(73.102)	(32.290)
Compensações (b)	905	2.158	6.834	5.473
<b>Subtotal</b>	<b>(115.771)</b>	<b>(69.823)</b>	<b>(66.268)</b>	<b>(26.817)</b>
<b>Redução de incentivos fiscais</b>	<b>3.230</b>	<b>-</b>	<b>20.314</b>	<b>-</b>
<b>Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social corrente</b>	<b>35.886</b>	<b>46.395</b>	<b>(314.159)</b>	<b>(193.293)</b>
<b>Diferidos:</b>				
Constituição de crédito tributário sobre prejuízo fiscal / base negativa	120.552	71.561	65.828	26.657
Constituição / (reversão) de crédito tributário sobre diferenças temporárias	(20.783)	(15.419)	19.763	18.595
Reversão de débitos tributários sobre atualizações de depósitos judiciais	60.539	34.310	48.441	28.612
Reversão da redução ao valor recuperável	-	-	(5.300)	-
<b>Receitas com imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>160.308</b>	<b>90.452</b>	<b>128.732</b>	<b>73.864</b>
<b>Receitas / (Despesas) com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>196.194</b>	<b>136.847</b>	<b>(185.427)</b>	<b>(119.429)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>56540,06%</b>	<b>39437,18%</b>		

Confiamos no futuro,  
**INVESTIMOS**  
no **PRESENTE**

Sul América S.A. | CNPJ 29.978.814/0001-87

SulAmérica

## Parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de fevereiro de 2022, o Conselho Fiscal da **Sul América S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da proposta para a destinação do resultado da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo as Notas Explicativas, o Relatório do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos e o Relatório dos Auditores Independentes, esse último emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. sem a apresentação de ênfases e/ou ressalvas e elaborado de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil.

Com base nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e nas análises realizadas pelo Conselho Fiscal ao longo do

exercício de 2021, este Conselho, por unanimidade, opina que os documentos apresentados refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e de gestão da Companhia, estando, portanto, em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Sul América S.A. a ser realizada em 30 de março de 2022.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2022.

Gaspar Carreira Junior  
CPF: 000.459.657-90

Leonardo de Mello Biar  
CPF: 083.298.297-07

Vítor Manuel Ribeiro da Cruz Moura  
CPF: 760.073.247-53

## Relatório das atividades do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Sul América S.A. ("Companhia") ("Comitê"), e em observância à Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Anual Resumido referente ao exercício social da Companhia findo em 31 de dezembro de 2021.

### ATIVIDADES DO COMITÊ:

O Comitê realizou 8 (oito) reuniões no exercício de 2021, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:

- Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente, Ernst & Young Auditores Independentes S.S., para o exercício de 2021;
- Supervisionou, por meio de reuniões e relatórios, as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (i) a sua independência; (ii) a qualidade dos serviços prestados; e (iii) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- Supervisionou, por meio de reuniões e relatórios, as atividades da área de controles internos da Companhia, bem como discutiu com a Administração e os auditores independentes a qualidade e integridade dos controles internos da Companhia, tendo considerado satisfatório o processo de monitoramento de riscos reportado pela área de controles internos;
- Avaliou e monitorou a qualidade e integridade do programa de gestão de riscos corporativos da Companhia, concluindo, após reuniões com a Administração e a análise de relatórios, pela adequação da estrutura de gerenciamento de riscos;
- Acompanhou, por meio de reuniões e relatórios, o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, tendo revisado as análises e premissas utilizadas pela Administração, e a adequação e transparência das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia;
- Monitorou o cumprimento do Código de Conduta Ética da Companhia;

g) Reuniu-se, discutiu com o diretor responsável pela auditoria interna e aprovou o plano de trabalho dessa área para o ano de 2021, tendo acompanhado os resultados dos trabalhos executados durante o ano e tomado conhecimento dos relatórios e recomendações da auditoria interna; e

h) Reuniu-se com a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e tomou conhecimento do relatório sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Por fim, o Comitê, no exercício de suas atribuições, procedeu a revisão e análise das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, emitido nesta data, e do relatório anual da Administração e, opinou, por unanimidade, que tais documentos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021. Com base nas atividades acima descritas recomendou a aprovação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para publicação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

Renato Russo  
Coordenador

Domingos Carelli Netto  
Membro

Jorge Roberto Manoel  
Membro

## Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

À Diretoria e Conselho de Administração da

### Sul América S.A.

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sul América S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### Realização dos créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional - SFH

Em 31 de dezembro de 2021, a Traditio Companhia de Seguros ("Traditio"), controlada da Companhia, possuía créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional - SFH, no montante total de R\$1.631.596 mil, líquido da provisão para perdas sobre os créditos a receber, cujo saldo é de R\$210.719 mil, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.1.2.

A Traditio vem realizando, ao longo dos últimos anos, desembolsos significativos relativos a processos judiciais associados à apólice pública do SFH. Os créditos a receber do FCVS são registrados contabilmente mediante o efetivo desembolso financeiro decorrente da execução dos processos judiciais, sendo atualizados pela taxa referencial divulgada pelo Banco Central do Brasil. A mensuração da provisão para perdas sobre os referidos créditos está baseada em premissas e metodologia que levam em conta a expectativa de perda com base na experiência de perdas históricas.

A avaliação das premissas e metodologia adotadas pela Administração para a mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS, foi considerada um dos principais assuntos de auditoria, em função da magnitude dos valores envolvidos e de toda complexidade e julgamento envolvidos na determinação do saldo da referida provisão.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a avaliação dos controles internos chave relacionados à identificação dos créditos a receber do FCVS, bem como ao processo de mensuração da respectiva provisão para perdas; (ii) o entendimento e avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas pela Administração na mensuração da provisão para perdas sobre os créditos a receber do FCVS; (iii) a avaliação e validação, com base em evidências de auditoria, da consistência da aplicação da metodologia utilizada na determinação da referida provisão; (iv) a inspeção, com base em amostragem, dos documentos suporte das transações que originaram os créditos a receber, incluindo a avaliação da integridade e exatidão das bases de dados utilizadas pela Administração; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração da

provisão para perdas esperadas sobre os créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS relativo ao seguro do Sistema Financeiro Habitacional - SFH, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

#### Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas

Conforme divulgado na nota explicativa nº 21, em 31 de dezembro de 2021, o saldo das provisões técnicas decorrentes dos contratos de seguro e de previdência privada complementar firmados pela Companhia era de R\$14.021.789 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da Administração na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, taxa de cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, expectativa de longevidade, entre outros.

A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Administração na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos mas não avisados, provisão matemática de benefícios concedidos e ao teste de adequação de passivos.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguro e de previdência privada complementar firmados pela Companhia; (ii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Administração da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iii) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (iv) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (v) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado de nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo das provisões técnicas constituídas pela Companhia, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que as metodologias, premissas e respectivos cálculos efetuados para a determinação das respectivas provisões técnicas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outros Assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-25P015199/O-6  
Roberto Martorelli  
Sócio  
Contador CRC-1RJ106103/O-0  
Marcelo Felipe L. de Sá  
Sócio  
Contador CRC-1RJ094644/O-0

EY

